



MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO
Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Distrito
Federal – SFA/DF

Relatório de Gestão do exercício de 2011

Brasília - Março de 2012



MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO
Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Distrito
Federal – SFA/DF

Relatório de Gestão do exercício de 2011

Relatório de Gestão do exercício de 2011 apresentado aos órgãos de controle interno e externo como prestação de contas anual a que esta Unidade está obrigada nos termos do art. 70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições da IN TCU Nº 63/2010, das Decisões Normativas TCU nº 117/2011 e 108/2010 e das orientações do órgão de controle interno, em especial, a Portaria CGU nº 2546/2010.

Brasília
2012

ALFREDO BARBOSA DOS SANTOS

Superintendente Federal

MARIA DO SOCORRO CRISOSTOMO LEITÃO DE CASTRO

Chefe da Seção de Planejamento e Acompanhamento – SePA

FABIANA AFONSO MARTINS

Chefe da Divisão Defesa Agropecuária - DDA

LUIZ CLÁUDIO COELHO

Chefe do Serviço de Saúde, Inspeção e Fiscalização Animal – SIFISA/DDA

JOSÉ CARLOS FONSECA BOQUADI

Chefe do Serviço da Sanidade, Inspeção e Fiscalização Vegetal – SIFISV/DDA

ARIADNE XAVIER

Chefe da Divisão de Política, Produção e Desenvolvimento Agropecuário - DPDAG

WILSON DANTAS DO NASCIMENTO

Chefe Substituto do Serviço de Apoio Administrativo – SAD

ALEXANDRE DIONÍZIO NETO

Chefe da Seção de Gestão de Pessoas - SGP

WILSON DANTAS DO NASCIMENTO

Chefe do Seção de Execução Orçamentária e Financeira – SEOF

ANDRÉ SILVA COSTA

Seção de Atividades Gerais – SAG

SUMÁRIO

LISTA DE ABREVIATURAS.....	6
LISTA DE TABELAS E QUADROS.....	7
ORGANOGRAMA	9
INTRODUÇÃO.....	10
A – CONTEÚDO GERAL	12
1 – IDENTIFICAÇÃO DA UNIDADE JURISDICIONADA.....	12
QUADRO A.1.1 - IDENTIFICAÇÃO DA UJ – RELATÓRIO DE GESTÃO INDIVIDUAL.....	12
2 – INFORMAÇÕES SOBRE O PLANEJAMENTO E GESTÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA DA UNIDADE, CONSIDERANDO O ATINGIMENTO DOS OBJETIVOS E METAS FÍSICAS E FINANCEIRAS, BEM COMO AS AÇÕES ADMINISTRATIVAS CONSUBSTANCIADAS EM PROJETOS E ATIVIDADES, CONTEMPLANDO:.....	13
2.1 RESPONSABILIDADES INSTITUCIONAIS DA UNIDADE.....	13
2.1.1 Competência Institucional.....	13
2.1.2 Objetivos estratégicos	14
2.2 ESTRATÉGIA DE ATUAÇÃO FRENTE ÀS RESPONSABILIDADES INSTITUCIONAIS.....	16
2.2.1 Análise do andamento do plano estratégico da unidade	16
2.2.2 Análise do plano de ação da unidade referente ao exercício de 2011	17
2.3 PROGRAMAS DE GOVERNO SOB A RESPONSABILIDADE DA UNIDADE.....	17
2.3.1 Programa: 0750 – Apoio Administrativo.....	17
2.3.2 Programa: 0357 – Segurança da Sanidade na Agropecuária.....	19
2.3.3 Programa: 0375 – Qualidade de Insumos e Serviços Agropecuários.....	38
2.3.4 Programa: 1442 – Desenvolvimento Sustentável do Agronegócio	55
2.3.5 Programa: 0356 - Segurança e Qualidade de Alimentos e Bebidas	57
2.4 DESEMPENHO ORÇAMENTÁRIO/FINANCEIRO	67
2.4.1 Programação Orçamentária da Despesa	67
2.4.2 Programação de Despesas Correntes.....	67
2.4.3 Programação de Despesas de Capital	67
2.4.4 Execução Orçamentária da Despesa.....	70
2.4.5 Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa dos créditos recebidos por movimentação.....	71
2.4.6 Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesa dos créditos recebidos por movimentação.....	69
2.4.7 Indicadores Institucionais.....	73
3 – INFORMAÇÕES SOBRE O RECONHECIMENTO DE PASSIVOS POR INSUFICIÊNCIA DE CRÉDITOS OU RECURSOS.....	84
4. INFORMAÇÕES SOBRE A MOVIMENTAÇÃO E OS SALDOS DE RESTOS A PAGAR DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	85
4.1 PAGAMENTOS E CANCELAMENTOS DE RESTOS A PAGAR DE EXERCÍCIOS ANTERIORES.....	85
4.2 ANÁLISE CRÍTICA	85
5 - INFORMAÇÕES SOBRE RECURSOS HUMANOS DA UNIDADE, CONTEMPLANDO AS SEGUINTE PERSPECTIVAS	86
5.1 COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE SERVIDORES ATIVOS.....	82
5.1.1 Demonstração da força de trabalho à disposição da unidade jurisdicionada.....	86
5.1.2 Situações que reduzem a força de trabalho efetiva da unidade jurisdicionada.....	86
5.1.3 Quantificação dos cargos em comissão e das funções gratificadas da unidade jurisdicionada.....	87
5.1.4 Qualificação do quadro de pessoal da unidade jurisdicionada segundo a idade.....	87
5.1.5 Qualificação do quadro de pessoal da unidade jurisdicionada segundo a escolaridade.....	84
5.2 COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE SERVIDORES INATIVOS E PENSIONISTAS.....	84
5.2.1 Classificação do quadro de servidores inativos da unidade jurisdicionada segundo o regime de proventos e de aposentadoria.....	88
5.2.2 Demonstração das origens das pensões pagas pela unidade jurisdicionada	88
5.3 COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE ESTAGIÁRIOS.....	88
5.4 DEMONSTRAÇÃO DOS CUSTOS DE PESSOAL DA UNIDADE JURISDICIONADA.....	85
5.5 TERCEIRIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA EMPREGADA PELA UNIDADE JURISDICIONADA.....	89
5.5.1 Informações sobre terceirização de cargos e atividades do plano de cargos do órgão	89
5.5.2 Autorizações expedidas pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão para realização de concursos públicos para substituição de terceirizados	89
5.5.3 Informações sobre a contratação de serviços de limpeza, higiene e vigilância ostensiva pela unidade.....	89
5.5.4 Informações sobre locação de mão de obra para atividades não abrangidas pelo plano de cargos do órgão.....	90
5.6 INDICADORES GERENCIAIS SOBRE RECURSOS HUMANOS	91
6 INFORMAÇÃO SOBRE AS TRANSFERÊNCIAS MEDIANTE CONVÊNIO, CONTRATO DE REPASSE, TERMO DE COOPERAÇÃO, TERMO DE COMPROMISSO OU OUTROS ACORDOS, AJUSTES OU INSTRUMENTOS CONGÊNERES, VIGENTES NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA.	92
6.1 INSTRUMENTOS DE TRANSFERÊNCIAS VIGENTES NO EXERCÍCIO.....	92
6.1.1 Relação dos instrumentos de transferência vigentes no exercício de 2011	92
6.1.2 Quantidade de instrumentos de transferências celebrados e valores repassados nos três últimos exercícios	92
6.1.3 Informações sobre o conjunto de instrumentos de transferências que vigerão no exercício de 2012 e seguintes.....	92
6.2 INFORMAÇÕES SOBRE A PRESTAÇÃO DE CONTAS RELATIVAS AOS CONVÊNIOS, TERMOS DE COOPERAÇÃO E CONTRATOS DE REPASSE.....	92
6.2.1 Informações sobre a análise das prestações de contas de convênios e de contratos de repasse.....	88
6.3 ANÁLISE CRÍTICA.....	89

7 - DECLARAÇÃO DA ÁREA RESPONSÁVEL ATESTANDO QUE AS INFORMAÇÕES REFERENTES A CONTRATOS E CONVÊNIOS OU OUTROS INSTRUMENTOS CONGÊNERES ESTÃO DISPONÍVEIS E ATUALIZADAS, RESPECTIVAMENTE, NO SISTEMA INTEGRADO DE ADMINISTRAÇÃO DE SERVIÇOS GERAIS – SIASG E NO SISTEMA DE GESTÃO DE CONVÊNIOS, CONTRATOS DE REPASSE E TERMOS DE PARCERIA – SICONV, CONFORME ESTABELECE O ART. 19 DA LEI Nº 12.309, DE 9 DE AGOSTO DE 2010.....	94
8- INFORMAÇÕES SOBRE O CUMPRIMENTO DAS OBRIGAÇÕES ESTABELECIDAS NA LEI Nº 8.730, DE 10 DE NOVEMBRO DE 1993, RELACIONADAS À ENTREGA E AO TRATAMENTO DAS DECLARAÇÕES DE BENS E RENDAS.....	95
8.1 SITUAÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS OBRIGAÇÕES IMPOSTAS PELA LEI 8.730/93.....	95
8.2 ANÁLISE CRÍTICA.....	95
9 - INFORMAÇÕES SOBRE O FUNCIONAMENTO DO SISTEMA DE CONTROLE INTERNO DA UJ, CONTEMPLANDO OS SEGUINTE ASPECTOS:	96
10 - INFORMAÇÕES QUANTO À ADOÇÃO DE CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL NA AQUISIÇÃO DE BENS, MATERIAIS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO (TI) E NA CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS OU OBRAS, TENDO COMO REFERÊNCIA A INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 1/2010 E A PORTARIA Nº 2/2010, AMBAS DA SECRETARIA DE LOGÍSTICA E TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO DO MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO E INFORMAÇÕES RELACIONADAS À SEPARAÇÃO DE RESÍDUOS RECICLÁVEIS DESCARTADOS EM CONFORMIDADE COM O DECRETO Nº 5.940/2006.....	98
10.1 GESTÃO AMBIENTAL E LICITAÇÕES SUSTENTÁVEIS.....	95
11- INFORMAÇÕES SOBRE A GESTÃO DO PATRIMÔNIO IMOBILIÁRIO DE RESPONSABILIDADE DA UJ, CLASSIFICADO COMO “BENS DE USO ESPECIAL”, DE PROPRIEDADE DA UNIÃO OU LOCADO DE TERCEIROS.	100
11.1 GESTÃO DE BENS IMÓVEIS DE USO ESPECIAL.....	100
12 - INFORMAÇÕES SOBRE A GESTÃO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO (TI) DA UJ.....	98
12.1 GESTÃO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO (TI).....	98
13 - INFORMAÇÕES SOBRE A UTILIZAÇÃO DE CARTÕES DE PAGAMENTO DO GOVERNO FEDERAL, OBSERVANDO-SE AS DISPOSIÇÕES DOS DECRETOS NºS 5.355/2005 E 6.370/2008.....	103
13.1 DESPESAS COM CARTÃO DE CRÉDITO CORPORATIVO.....	103
13.1.2 Utilização dos cartões de crédito corporativo da unidade	103
14 - INFORMAÇÕES SOBRE RENÚNCIA TRIBUTÁRIA.....	104
15 - INFORMAÇÕES SOBRE AS PROVIDÊNCIAS ADOTADAS PARA ATENDER ÀS DELIBERAÇÕES EXARADAS EM ACÓRDÃO DO TCU OU EM RELATÓRIOS DE AUDITORIA DO ÓRGÃO DE CONTROLE INTERNO A QUE A UNIDADE JURISDICIONADA SE VINCULA OU AS JUSTIFICATIVAS PARA O NÃO CUMPRIMENTO.....	105
16 - INFORMAÇÕES SOBRE O TRATAMENTO DAS RECOMENDAÇÕES REALIZADAS PELA UNIDADE DE CONTROLE INTERNO, CASO EXISTA NA ESTRUTURA DO ÓRGÃO, APRESENTANDO AS JUSTIFICATIVAS PARA OS CASOS DE NÃO ACATAMENTO.	106
B – INFORMAÇÕES CONTÁBEIS DA GESTÃO	107
1 - DECLARAÇÃO DO CONTADOR RESPONSÁVEL PELA UNIDADE JURISDICIONADA ATESTANDO QUE OS DEMONSTRATIVOS CONTÁBEIS (BALANÇOS ORÇAMENTÁRIO, FINANCEIRO E PATRIMONIAL E A DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS, PREVISTOS NA LEI Nº 4.320, DE 17 DE MARÇO DE 1964) E O DEMONSTRATIVO LEVANTADO POR UNIDADE GESTORA RESPONSÁVEL – UGR (VÁLIDO APENAS PARA AS UNIDADES GESTORAS NÃO EXECUTORAS) REFLETEM A ADEQUADA SITUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA, FINANCEIRA E PATRIMONIAL DA UNIDADE JURISDICIONADA QUE APRESENTA RELATÓRIO DE GESTÃO.	107
1.1 DECLARAÇÃO DO CONTADOR ATESTANDO A CONFORMIDADE DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS.....	107
RESULTADOS E CONCLUSÕES.....	108

LISTA DE ABREVIATURAS

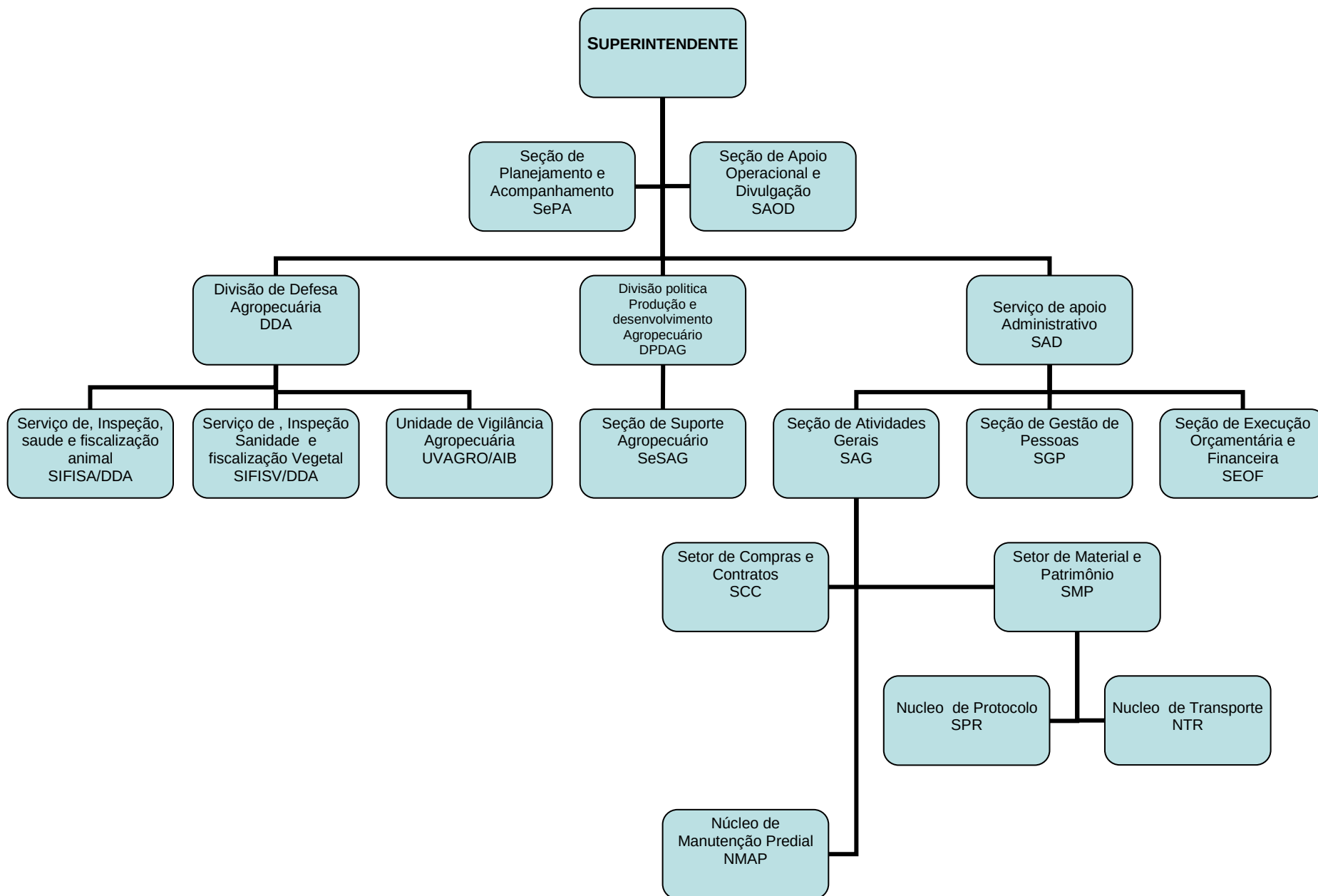
SFA/DF - Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Distrito Federal
MAPA - Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
SePA - Seção de Planejamento e Acompanhamento
SAOD - Seção de Apoio Operacional e Divulgação
DDA - Divisão de Defesa Agropecuária
SIFISA - Serviço de Saúde, Inspeção e Fiscalização Animal
SIFISV - Serviço de Sanidade, Inspeção e Fiscalização Vegetal
UVAGRO - Unidade de Vigilância Agropecuária
SAD - Serviço de Apoio Administrativo
SAG - Seção de Atividades Gerais
SGP - Seção de Gestão de Pessoas
SEOF - Seção de Execução Orçamentária e Financeira
SEAGRI - DF - Secretaria de Estado de Agricultura e Desenvolvimento Agrário do Distrito Federal
GTA - Guia de Trânsito Animal
BPF - Boas Práticas de Fabricação
EMBRAPA - Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
SIF - Serviço de Inspeção Federal
FISCALSEM1 - Fiscalização de sementes e mudas
FISCINAN - Fiscalização de insumos destinados à alimentação animal
FISCGENE - Fiscalização de material genético animal
PCEVEGETAL - Prevenção, Controle e Erradicação de Pragas dos Vegetais
PCEANIMAL - Prevenção, Controle e Erradicação de Doenças dos Animais
FEBREAFTOSA - Erradicação da Febre Aftosa
VIGIFITO1 - Vigilância e Fiscalização Trânsito Interestadual de Vegetais, Produtos e Insumos
FISCPLANTA - Vigilância e Fiscalização do Trânsito Internacional de Vegetais, seus Produtos e Insumos
FISCANIMAL - Vigilância e Fisc.Trânsito Internacional de Animais, seus Produtos e Insumos
IPVEGETAL2 - Inspeção e Fiscalização de Produtos de Origem Vegetal
PADCLASSIF - Padronização, Classificação, Fiscalização e Inspeção de Produtos Vegetais
INSPANIMAL3 - Inspeção e Fiscalização de Produtos de Origem Animal

LISTA DE TABELAS E QUADROS

Quadro A.1.1 - Dados Identificadores da Unidade Jurisdicionada.....	12
Quadro A.2.2 - Execução Física e Financeira Das Ações Realizadas Pela UJ – Ação 4716.....	18
Quadro A.2.2 - Execução Física e Financeira Das Ações Realizadas Pela UJ – Ação 2134.....	24
Quadro A.2.2 - Execução Física e Financeira Das Ações Realizadas Pela UJ – Ação 2139.....	26
Quadro A.2.2 - Execução Física e Financeira Das Ações Realizadas Pela UJ – Ação 2180.....	28
Quadro A.2.2 - Execução Física e Financeira Das Ações Realizadas Pela UJ – Ação 2181.....	30
Quadro A.2.2 - Execução Física e Financeira Das Ações Realizadas Pela UJ – Ação 4738.....	31
Quadro A.2.2 - Execução Física e Financeira Das Ações Realizadas Pela UJ – Ação 4842.....	34
Quadro A.2.2 - Execução Física e Financeira Das Ações Realizadas Pela UJ – Ação 8572	35
Quadro A.2.2 - Execução Física e Financeira Das Ações Realizadas Pela UJ – Ação 8658.....	37
Quadro A.2.2 - Execução Física e Financeira Das Ações Realizadas Pela UJ – Ação 2124.....	44
Quadro A.2.2 - Execução Física e Financeira Das Ações Realizadas Pela UJ – Ação 2140.....	46
Quadro A.2.2 - Execução Física e Financeira Das Ações Realizadas Pela UJ – Ação 2141.....	49
Quadro A.2.2 - Execução Física e Financeira Das Ações Realizadas Pela UJ – Ação 2177.....	50
Quadro A.2.2 - Execução Física e Financeira Das Ações Realizadas Pela UJ – Ação 2179.....	52
Quadro A.2.2 - Execução Física e Financeira Das Ações Realizadas Pela UJ – Ação 2909.....	54
Quadro A.2.2 - Execução Física e Financeira Das Ações Realizadas Pela UJ – Ação 4720.....	56
Quadro A.2.2 - Execução Física e Financeira Das Ações Realizadas Pela UJ – Ação 8938.....	60
Quadro A.2.2 - Execução Física e Financeira Das Ações Realizadas Pela UJ – Ação 8939.....	62
Quadro A.2.2 - Execução Física e Financeira Das Ações Realizadas Pela UJ – Ação 4746.....	64
Quadro A.2.2 - Execução Física e Financeira Das Ações Realizadas Pela UJ – Ação 4745.....	66
Quadro A.2.7 - Movimentação Orçamentária por Grupo de Despesa.....	69
Quadro A.2.11 - Despesas por Modalidade de Contratação dos Créditos Recebidos por Movimentação.....	70
Quadro A.2.12 - Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa dos Créditos Recebidos por Movimentação.....	71
Quadro A.2.13 - Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesa dos Créditos Recebidos por Movimentação.....	72
Quadro A.4.1 – Situação dos Restos a Pagar de Exercícios Anteriores.....	85
Quadro A.5.1 - Força de Trabalho da UJ – Situação apurada em 31/12....	86
Quadro A.5.2 - Situações que Reduzem a Força de Trabalho da UJ – Situação apurada em 31/12.....	86
Quadro A.5.3 - Detalhamento Estrutura de Cargos em Comissão e Funções Gratificadas da UJ – Situação apurada em 31/12.....	87
Quadro A.5.4 - Quantidade de Servidores da UJ por Faixa Etária - Situação apurada em 31/12.....	87
Quadro A.5.5 – Quantidade de Servidores da UJ por Nível de Escolaridade - Situação apurada em 31/12.....	87
Quadro A.5.8 – Composição do Quadro de Estagiários.....	88
Quadro A.5.13 Tabela 33 - Contratos de Prestação de Serviços com Locação de Mão de Obra.....	90
Quadro A.6.4 - Resumo da Prestação de Contas sobre Transferências Concedidas pela UJ na Modalidade de Convênio, Termo de Cooperação e de Contratos de Repasse.....	92
Quadro A.6.5 - Visão Geral da Análise das Prestações de Contas de Convênios e Contratos de Repasse.....	92
Quadro A.8.1 - Demonstrativo do Cumprimento, por Autoridades e Servidores da UJ, da Obrigação de Entregar a DBR.....	95
Quadro A.9.1 - Estrutura de Controles Internos da UJ.....	96
Quadro A.10.1 - Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis.....	98

Quadro A.11.1 - Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial de Propriedade da União.....	100
Quadro A.11.2 - Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial Locados de Terceiros.....	100
Quadro A.11.3 - Discriminação dos Bens Imóveis de Propriedade da União sob responsabilidade da UJ.....	101
Quadro A.12.1 - Gestão da Tecnologia da Informação da Unidade Jurisdicionada.....	102
Quadro A.13.1 - Despesa Com Cartão de Crédito Corporativo por UG e por Portador.....	103
Quadro A.13.2 - Despesa Com Cartão de Crédito Corporativo (Série Histórica).....	103

ORGANOGRAMA SFA/DF



INTRODUÇÃO

O Relatório de Gestão da Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Distrito Federal – SFA/DF para o exercício de 2011 foi elaborado de acordo com os normativos estabelecidos pelo Tribunal de Contas da União – TCU e pela Controladoria Geral da União - CGU, bem como refletiu a realização das atividades meio e finalística da unidade, com foco na satisfação dos anseios dos atores sociais do setor agropecuário e da população local, estando o mesmo estruturado nos termos do Roteiro previamente estabelecido pelos órgãos de controle, nos termos da Decisão Normativa TCU nº 108/2010.

Na metodologia e roteiro definido legalmente para esta modalidade de natureza jurídica da UJ, não se aplicam a nossa natureza jurídica ou deixam de serem preenchidos em razão de definição legal ou da sua não ocorrência os seguintes itens:

PARTE A – CONTEÚDO GERAL:

- 3 - Informações sobre o reconhecimento de passivos por insuficiência de créditos ou recursos;
- 14 - Informações sobre Renúncia Tributária;
- 17 – Outras informações consideradas relevantes pela unidade para demonstrar a conformidade e o desempenho da gestão no exercício.

PARTE B – INFORMAÇÕES CONTÁBEIS DA GESTÃO:

- 2. Demonstrações contábeis previstas na Lei nº 4.320/64, incluindo as notas explicativas, conforme disposto na Resolução CFC nº 1.133/2008 (NBC T 16.6).
- 3. Demonstrações contábeis previstas na Lei nº 6.404/76, incluindo as notas explicativas.
- Informações sobre a composição acionária do capital social, indicando os principais acionistas e
- 4. respectivos percentuais de participação, assim como a posição da UJ como detentora de investimento permanente em outras sociedades (investidora).
- 5. Parecer da auditoria independente sobre as demonstrações contábeis, quando a legislação dispuser a respeito.

PARTE C - CONTEÚDO ESPECÍFICO POR UNIDADE JURISDICIONADA OU GRUPO DE UNIDADES AFINS: Item 21, aplicável somente a sede do Ministério.

O presente instrumento destaca as ações relevantes e também as dificuldades enfrentadas durante o exercício de 2011. É, portanto, através dele que se pode aferir se os objetivos e metas foram alcançados.

As atividades gerenciais e de assistência desenvolvidas durante o ano de 2011 caracterizaram-se pela continuidade e aprimoramento da linha de atuação definida em sede de gestão estratégica, em especial o PPA e as diretrizes inseridas no SIGPLAN. A experiência acumulada, técnica e humana, permitiu direcionar de maneira eficaz os programas específicos com vistas à melhoria progressiva do atendimento ao cidadão usuário, à garantia da segurança alimentar da população, à reestruturação dos processos de trabalho e ao aprimoramento das parcerias e relacionamentos com os mais diversos segmentos sociais em 2011.

No exercício, ressalte-se, não ocorreram doenças em animais em trânsito pelo DF.

A grande dificuldade encontrada para a correta gestão da unidade ainda diz respeito ao componente humano, seja pela carência destes, seja pelas dificuldades de capacitação dos mesmos, em especial, nos temas ligados a gestão, uma vez que, ainda que não haja estudos promovidos pelo órgão central sobre a força de trabalho, a SFA-DF tem solicitado, pelo menos, a reposição daqueles que deixam a unidade. Consolidamos diversos conceitos e atividades de gestão estratégica, incrementando o leque de relacionamentos institucionais, com foco em fomento à pesquisa e desenvolvimento tecnológico e à qualificação do produtor agropecuário, além de promover o

aumento quali-quantitativo de produtos voltados para a exportação, vocação do DF. Ademais, continuamos os esforços para implementar mais conceitos da gestão estratégica no próximo exercício, aperfeiçoando os canais de comunicação e participação da sociedade local, ainda que soluções de continuidade estejam presentes no cotidiano das repartições públicas.

Vale lembrar que o DF, sob o acompanhamento da SFA/DF, é referência em vários temas ligados ao Agronegócio, em especial, os pungentes números da produção avícola e o fato de sermos área livre de aftosa desde 1993, por meio da presença constante em estabelecimentos fiscalizados e inspecionados e de reuniões com os segmentos produtivos no DF.

Buscou-se em 2011, primordialmente, não somente o alcance das metas previstas, mas um estudo apurado dessas metas, visando a subsidiar o sistema estruturado pelas instâncias superiores do MAPA, de modo a reavaliar os fins almejados pela sociedade brasileira. Ainda, a realização de estudos para a readequação do espaço físico da superintendência, a fim de dar um sentido mais racional ao fluxo do trabalho e de melhor atender ao público que procura a unidade. Por fim, buscamos nos estruturar para a ampliação do quadro de servidores, para o atendimento das necessidades do serviço e o aprimoramento e consolidação da Gestão Estratégica.

A – CONTEÚDO GERAL

1 – Identificação da Unidade Jurisdicionada

Quadro A.1.1 - Identificação da UJ – Relatório de Gestão Individual

Poder e Órgão de vinculação			
Poder: Executivo			
Órgão de Vinculação: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento			Código SIORG: 14
Identificação da Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa: Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Distrito Federal			
Denominação abreviada: SFA/DF			
Código SIORG: 2802	Código LOA: Não se Aplica		Código SIAFI: 130014
Situação: Ativa			
Natureza Jurídica: Órgão da Administração Direta do Poder Executivo			
Principal Atividade: Serviços Relacionados com Agricultura e Pecuária, exceto atividades clínica em veterinária			Código CNAE: Agricultura: A.01.61-9 Pecuária: A.01.62-7
Telefones/Fax de contato:	(061) 3329-7100	(061) 3329-7150	(061) 3328-1024/ 3326-2561
Endereço eletrônico: gab-df@agricultura.gov.br			
Página da Internet: http://www.agricultura.gov.br			
Endereço Postal: SBN – Ed. Palácio do Desenvolvimento - Qd.1 - Bloco “D” - 5º Andar - CEP: 70057-900 - Brasília – D/F – (61) 3329.7100			
Normas relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Normas de criação e alteração da Unidade Jurisdicionada			
Texto: Instituída pelo Decreto nº 5.351 de 21/01/2005, publicado no D.O.U., de 24 de janeiro de 2005.			
Outras normas infralegais relacionadas à gestão e estrutura da Unidade Jurisdicionada			
Portaria nº 428, de 9 de junho de 2010 - REGIMENTO INTERNO DAS SUPERINTENDÊNCIAS FEDERAIS DE AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO – Anexo 1			
Manuais e publicações relacionadas às atividades da Unidade Jurisdicionada			
Não se aplica			
Unidades Gestoras e Gestões relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Código SIAFI	Nome		
Não se aplica	Não se aplica		
Gestões relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Código SIAFI	Nome		
Não se aplica	Não se aplica		
Relacionamento entre Unidades Gestoras e Gestões			
Código SIAFI da Unidade Gestora	Código SIAFI da Gestão		
130014	00001		

2 – Informações sobre o planejamento e gestão orçamentária e financeira da unidade, considerando o atingimento dos objetivos e metas físicas e financeiras, bem como as ações administrativas consubstanciadas em projetos e atividades, contemplando:

2.1 Responsabilidades institucionais da unidade

2.1.1 Competência Institucional

A Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Distrito Federal – SFA/DF, unidade descentralizada do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - MAPA, tem como missão principal garantir a qualidade dos alimentos, matérias e insumos agropecuários ofertados à sociedade, por meio de ações de educação, padronização, inspeção e fiscalização, dentro da cadeia agropecuária na sua área de responsabilidade, tendo jurisdição no Distrito Federal e no Entorno.

Exerce sua competência institucional desde a produção, processamento, transporte e comercialização dos alimentos, da defesa ao desenvolvimento agropecuário e nas políticas de capacitação e melhoramento da agricultura como um todo, à inocuidade dos alimentos até o fortalecimento da economia brasileira, numa ação integrada entre os mais diversos órgãos e instituições, sempre com foco na adoção dos conceitos e metas definidos pelo planejamento estratégico do MAPA, em especial, de tornar a agropecuária nacional e local mais sustentável em todos os seus aspectos.

Conforme o artigo 1º da Portaria 428, de 9 de Junho de 2010, às Superintendências Federais de Agricultura, Pecuária e Abastecimento, unidades descentralizadas do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, diretamente subordinadas ao Ministro de Estado, consoante orientação técnica dos órgãos específicos singulares e setoriais do Ministério, compete executar atividades e ações de:

- I - defesa sanitária, inspeção, classificação e fiscalização agropecuárias;
- II - fomento e desenvolvimento agropecuário e da heveicultura;
- III - assistência técnica e extensão rural;
- IV - infraestrutura rural, cooperativismo e associativismo rural;
- V - produção e comercialização de produtos agropecuários, inclusive do café, cana-de-açúcar, açúcar e álcool;
- VI - administração e desenvolvimento de pessoas, bem assim de serviços gerais;
- VII - planejamento estratégico e planejamento operacional;
- VIII - programação, acompanhamento e execução orçamentária e financeira dos recursos alocados;
- IX - qualidade e produtividade dos serviços prestados aos seus usuários; e
- X - aperfeiçoamento da gestão da Superintendência Federal.

Observando a configuração orgânico-estrutural das Superintendências, aprovada pela portaria nº 428/2010, a estrutura desta superintendência é a seguinte:

I - UNIDADES DE ASSISTÊNCIA DIRETA:

(...)

- b) Seção de Planejamento e Acompanhamento - SePA/SFA-DF;
- c) Seção de Apoio Operacional e Divulgação - SAOD/SFA-DF;

II - UNIDADES CENTRAIS DE EXECUÇÃO FINALÍSTICA:

- a) Divisão de Defesa Agropecuária - DDA/SFA - UF;

1. Serviço de Saúde, Inspeção e Fiscalização Animal - SIFISA/DDA/SFA-DF; e
 2. Serviço de Sanidade, Inspeção e Fiscalização Vegetal - SIFISV/DDA/SFA-DF.
- (...)

III - UNIDADES DESCENTRALIZADAS DE EXECUÇÃO FINALÍSTICA:

(...)

1. Seção de Suporte à Vigilância Agropecuária - Área Vegetal - SVAV/BSB/ SVA/SFA - UF;

(...)

- b) Unidade de Vigilância Agropecuária - UVAGRO/BSB/ DDA - UF;

(...)

IV - UNIDADES DE APOIO OPERACIONAL:

- b) Serviço de Apoio Administrativo - SAD/SFA -UF;

1. Seção de Atividades Gerais - SAG/SAD/ SFA - UF;

- 1.1. Setor de Manutenção Predial - SMAP/ SAG/ SFA UF;

- 1.2. Núcleo de Manutenção Predial - NMAP/SAG/SFA-UF

- 1.3. Setor de Compras e Contratos - SCC/ SAD/ SFA UF;

- 1.4. Setor de Material e Patrimônio - SMP/ SAD/ SFA-UF;

- 1.5. Núcleo de Protocolo - NPR/ SAD/ SFA - UF;

- 1.6. Núcleo de Transporte - NTR/ SAD/ SFA - UF;

2. Seção de Gestão de Pessoas - SGP/ SAD/SFA - UF;

3. Seção de Execução Orçamentária e Financeira - SEOF/ SAD/SFA - UF.

(...)

Sob a coordenação destas unidades, a SFA-DF teve durante o ano de 2011 o gerenciamento dos seguintes programas, constantes no PPA 2008-2011:

- 0750 – Apoio Administrativo
- 1442 – Desenvolvimento Sustentável do Agronegócio;
- 0375 – Qualidade dos Insumos e Serviços Agropecuários;
- 0357 – Segurança da Sanidade na Agropecuária
- 0356 – Segurança e Qualidade de Alimentos e Bebidas

2.1.2 Objetivos estratégicos

O Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, tem a missão de promover o desenvolvimento sustentável e a competitividade do agronegócio em benefício da sociedade brasileira e por visão, até o ano de 2015, ser reconhecido pela qualidade e agilidade na implementação de políticas e na prestação de serviços para o desenvolvimento sustentável do agronegócio.

Pela grande importância econômica do segmento do agronegócio para o país, onde a agropecuária tem contribuído de forma robusta para a elevação do saldo da balança comercial brasileira, o MAPA age por meio de suas Superintendências nos estados, cujas especificidades influenciam as ações a serem desenvolvidas em todas as unidades.

Baseado nestas circunstâncias, a Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Distrito Federal - SFA-DF é responsável pela execução de importantes programas e ações contidas no Plano Plurianual 2008/2011, com ênfase no desenvolvimento do agronegócio bem como na defesa, inspeção e fiscalização de insumos, produtos e subprodutos agropecuários.

Dentre os mais diversos programas e ações do PPA, à SFA-DF são atribuídos um total de 5 (cinco) programas e 21 (vinte e uma) ações.

Como se verá adiante, apenas as ações mais relevantes foram detalhadas. Estas ações são repassadas às Superintendências pelas Secretarias e Departamentos institucionais do MAPA, por

meio de Gerentes de Programas, Gerentes Executivos e Coordenadores de Ação Nacional – CAN’s, com o controle, supervisão e implementação feita por Coordenadores de Ação Estadual, denominados CAE’s.

Ainda que o Plano Plurianual – PPA tenha definido para o MAPA uma gama variada de programas e ações, o cenário político, econômico e social do Distrito Federal e do Entorno, bem como limitações de ordens diversas, obrigaram a SFA/DF a delimitar o seu escopo de atuação. Somente após consistentes debates entre os nossos técnicos e os da sede foi possível definir e priorizar programas – apresentados no item anterior - e as ações (denominadas em nosso âmbito como Planos Internos – PIs), dentro de uma estratégia nacional. Nesse sentido, a equipe focou a segurança alimentar da sociedade local e dos destinos de exportação, bem como o aumento da produção e da produtividade de produtos e subprodutos agropecuários mais significativos, como, por exemplo, a produção avícola.

Diante desta constatação, os principais objetivos estratégicos da SFA/DF estão contidos no mapa estratégico do Ministério onde destacamos abaixo:

- Garantir a segurança alimentar
- Segurança do alimento, abastecimento e preço.
- Ser referencia em informações estratégicas para o agronegócio.
- Garantir a inocuidade e qualidade dos alimentos.
- Estimular a agregação de valor na produção agropecuária.
- Aprimorar a articulação do agronegócio e sua participação nas ações do MAPA

Em face dos objetivos estratégicos alinhamos abaixo alguns destaques a comprovar que a SFA/DF contribuiu para o desenvolvimento do agronegócio no Distrito Federal:

1- No ano de 2011, a SFA/DF, não firmou convênio com a SEAGRI-DF - Secretaria de Estado da Agricultura, Pecuária e Abastecimento do Distrito Federal, ainda que as atividades continuassem sendo desenvolvidas pelo DF, garantindo, dessa forma, a defesa do mercado produtor e consumidor local. Todavia, foram realizadas tratativas com aquela Secretaria para firmar convênio para o período 2012/2015, o qual se encontra em estágio bem avançado. Reafirma-se que o Distrito Federal continua sendo classificado, por exemplo, como área de risco mínimo de foco de febre **aftosa**, comprovado pela não ocorrência de casos desta enfermidade na região desde 1993, consolidando o Distrito Federal entre as melhores condições sanitárias do país.

2 – Com relação ao SIFISA, destaca-se o empenho da equipe em receber a Missão da União Européia, a fim de demonstrar as qualificações do agronegócio local, com vistas a viabilizar a exportação de carne bovina para aquela região. Manteve-se o conjunto de ações de prevenção e combate de doenças dos animais e pragas dos vegetais, bem como, a retirada do mercado de produtos agropecuários em desacordo com as normas, garantido a qualidade desses produtos para a população.

3 – Em 2011, com o objetivo de aumentar a excelência administrativa dos nossos serviços, bem como a qualidade do produto oferecido à população, manteve-se o acompanhamento da adoção e utilização, por parte das empresas, de programas de autocontrole de práticas de fabricação, que resultou em menores índices de não-conformidades dos produtos fiscalizados.

4 - No ano de 2011, os esforços do setor responsável por alimentos orgânicos se concentraram na garantia da implantação e consolidação do recente conjunto normativo para a área, que demandaram ajustes e adequações de todos os atores sociais, dada a novidade.

5 – O Serviço Inspeção, Sanidade e Fiscalização Vegetal - SIFISV no ano de 2011, além de atuar nas atividades de rotina, manteve constante programa de reuniões técnicas, cursos e estágios e treinamentos em serviço para capacitação de fiscais, na classificação e registro de produtos e estabelecimentos e por fim na realização de auditorias técnicas e operacionais nas unidades de produção destes insumos. Em especial, ações fiscais em conjunto com a Polícia Civil do DF e a realização de capacitação de 40 técnicos e analistas do GDF (SEAGRI-DF, CREA-DF E IBRAM) em temas relevantes. Em virtude de ação fiscal, foram descartadas 6 mil toneladas de composto de

lixo urbano, por excesso de metal pesado, material que poderia ter sido utilizados por produtores locais como adubo e fertilizantes.

2.2 Estratégia de atuação frente às responsabilidades Institucionais

2.2.1 Análise do andamento do plano estratégico da unidade

A SFA/DF, por definição regimental, atua como braço executivo das políticas públicas definidas pelo governo federal. A atuação estratégica está alinhada com o desenvolvimento sustentável e o aumento da competitividade do Agronegócio, sempre com foco na satisfação da sociedade.

Subordinada ao PLANO ESTRATÉGICO do MAPA, a SFA/DF, dentro das perspectivas estabelecidas de atuação, a saber, Sociedade, Agronegócio e Parceiros, Processos Internos e Pessoas, Aprendizado e Crescimento, elegeu campos prioritários para o desempenho das suas atividades.

Na perspectiva Sociedade, os focos estratégicos são: garantir a Segurança Alimentar da população local e nacional, na medida em que concentramos nossas ações na inspeção de produtos agropecuários, impedir a entrada e saída de pragas e doenças no DF e combater fraudes e adulterações, enfim, propiciar aos consumidores produtos e serviços sanitariamente adequados. Basta verificar os indicadores apresentados adiante para constatar como melhoraram as práticas de fiscalização, defesa e inspeção, com a conseqüente redução da ocorrência de fraudes.

No que concerne ao fomento do Agronegócio e ao estabelecimento de relações institucionais saudáveis, concentramos esforços na instituição de grupos e comissões multidisciplinares e com ampla representação dos diversos segmentos produtivos e sociais, promovendo, dessa forma, participação, formulação de políticas públicas e desenvolvimento da Agropecuária nacional. Exemplo concreto de tal postura é a reativação da Comissão de Sementes e Mudanças do DF, capitaneada pela SFA/DF e contando com a presença de diversos atores sociais, tais como, GDF, EMBRAPA e associações de produtores.

Os processos internos, além de alinhados e determinados pela Administração superior, são desenhados e redesenhados de modo a garantir o alcance das políticas públicas definidas no PPA e no caminhar das demandas apresentadas pela sociedade. Busca-se, ainda, estimular a agregação de valor na produção agropecuária, por meio do desenvolvimento de projetos tecnológicos voltados para o agronegócio. Nesse sentido, aumentou-se a interlocução com os órgãos centrais da sede do MAPA, por meio de reuniões de avaliação do andamento dos trabalhos, com foco em realimentar o planejamento que vem das secretarias nacionais.

Podemos destacar ainda no campo da excelência administrativa, a eficiência e transparência na execução orçamentária e financeira, fundamental para a consecução dos trabalhos na Superintendência, bem como a contínua melhora da infraestrutura e dos processos de trabalhos.

Não devemos esquecer nosso quadro funcional, pois sem eles não somos o que somos. Assim, as perspectivas de aprendizado e crescimento dependem desses profissionais, que labutam diuturnamente para cumprir suas obrigações. Nesse sentido, valorizar o ambiente de trabalho com infraestrutura adequada às condições ambientais, desenvolver comunicação interna e ágil, valorizar e motivar as pessoas, por meio de treinamento e engajamento dos servidores nas novas tecnologias, continuam como prioridades.

Ademais, a SFA/DF, ainda que conte com planejamento estratégico mais centralizado, está atenta às necessidades de correção de rota, reagindo tempestivamente, na medida em que, por exemplo, ao detectar um caso de mormo (doença equina), prontamente reagiu, ainda que não houvesse programação para atender tal demanda.

Mesmo com as dificuldades orçamentárias impostas e a eterna carência de recursos humanos, conforme explicitado em parágrafo anterior, e de capacitação destes, a unidade atingiu suas metas e, em alguns casos, superou-as.

2.2.2 Análise do plano de ação da unidade referente ao exercício de 2011

A SFA/DF, em respeito às suas competências institucionais e na persecução de seus objetivos estratégicos, atua em consonância com as limitações de recursos impostas. O plano de ação, oriundo de determinações dos órgãos centrais do MAPA, é compartilhado e revisado permanentemente, a fim de maximizar os resultados.

Nesse sentido, optamos por focar a atuação em grandes grupos temáticos. Em primeiro lugar, privilegiou-se a garantia da inocuidade e da qualidade dos alimentos, assim, foram intensificadas as ações de inspeção e defesa agropecuária. Do ponto de vista das práticas administrativas, temos investido na reformulação de processos de trabalho e sistemas, tais como os encontros dos grupos de gestão estratégica e reestruturações de rotinas operacionais e, nesse aspecto, cabe ressaltar a realização de reuniões periódicas do grupo de gestão e de reuniões com os representantes do tema no MAPA (sede).

Estimular e promover a participação de servidores em ações de capacitação também tem sido prioridade na gestão no âmbito da SFA/DF. No campo das relações institucionais, além de estimular a capacitação e a participação dos segmentos produtivos, por meio de seminários, encontros e reuniões de trabalho, temos viabilizado a realização de convênios, bem como temos aperfeiçoado a coordenação das ações da SFA/DF com os outros entes federados, a saber, o Governo do Distrito Federal e os Municípios do Entorno. Vale ressaltar as ações de fomento ao desenvolvimento de Sistemas de Produção Agropecuária Sustentáveis, à criação de capital intelectual protegido e à inovação no agronegócio.

Se é certo que as deficiências de pessoal e orçamentárias são impostas, o desempenho da SFA/DF tem superado as metas definidas, resultado decorrente de prévio planejamento e alta capacidade de adaptabilidade.

2.3 Programas de governo sob a responsabilidade da Unidade

O MAPA delega às Superintendências Federais de Agricultura a execução de alguns Programas aliados as definições que constam no PPA 2008/2011.

A Superintendência Federal de Agricultura no Distrito Federal – SFA/DF operacionaliza 05(cinco) destes programas, os quais desencadeiam 21 (vinte e uma ações) ações, que demonstram as atividades mais significantes.

Esses programas revelam a importância da cadeia produtiva do Agronegócio, pois abrigam atividades finalísticas do MAPA, refletindo nos trabalhos de planejamento, execução e acompanhamento por toda equipe envolvida nas Superintendências Regionais.

2.3.1 Programa: 0750 – Apoio Administrativo

Compete à unidade, programar, desenvolver, orientar, coordenar, promover, executar e acompanhar as atividades gerais da SFA/DF.

2.3.1.1 Dados gerais:

Tipo	Apoio as políticas públicas e áreas especiais.
Objetivo geral	Promover os órgãos da união dos meios administrativos para a implantação e gestão de seus programas finalísticos.
Objetivos Específicos	Executar e acompanhar as atividades relacionadas a execução orçamentária e financiados recursos alocados para a unidade
Gerente do programa	Não existe gerente no SIGPLAN
Responsável pelo programa	Alfredo Barbosa dos santos

no âmbito da UJ	
Indicadores utilizados	Não existem indicadores definidos para o Programa
Público-alvo (beneficiários)	Governo

2.3.1.2 Principais Ações do Programa

➤ 4716 - Operação dos serviços administrativos das unidades descentralizadas

Visa ao Suporte administrativo e operacional da unidade

2.3.1.3 Gestão das ações

2.3.1.3.1 Ação 4716 - Operação dos serviços administrativos das unidades descentralizadas

2.3.1.3.1.1 Dados gerais:

Tipo	Atividade
Finalidade	Constituir um centro de custos administrativos das Superintendências Federais do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento nos Estados e Distrito Federal, integrantes do Orçamento da União, agregando as despesas que não são passíveis de apropriação em programas ou ações finalísticas.
Descrição	Atendimento dos custos dos serviços administrativos, quando os mesmos não puderem ser apropriados aos programas e ações finalísticos.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	SFA/DF/SPOA/MAPA
Coordenador nacional da ação	Luis Chaguri Neto
Unidades executoras	Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Distrito Federal

Fonte: SIPLAN

2.3.1.3.1.2 Resultados:

Execução Física e Financeira das Ações Realizadas pela UJ

Quadro A.2.2 Execução Física e Financeira – Ação 4716

Programa	Ação	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Execução Física			Execução Financeira	
					Meta prevista	Meta realizada	Meta a ser realizada em 2012	Meta prevista	Meta realizada
750	4716	A	1	unidade	1	1	1	427.503,26	475.725,94

Fonte: SIPLAN

2.3.1.3.1.3 Desempenho Operacional

O exercício de 2011 foi marcado pela intensa redução dos recursos, na medida em que os valores utilizados no ano foram inferiores ao exercício de 2010, ainda que as despesas fixas, tais como, água, luz, telefone, conservação, limpeza e outras tantas, tenham sido reajustadas. Vale lembrar que os sucessivos orçamentos da SFA-DF vem sendo reduzidos no decorrer dos últimos anos. Ainda sim, conseguimos fechar o exercício, ao custo de mais redução de despesas e cortes de investimentos.

Indicador(es) Utilizado(s)

Utilidade	-
Indicador	Não há indicador
Descrição	-
Tipo	-
Fórmula de Cálculo	-
Método de aferição	-
Serviço Responsável pelo Cálculo e/ou Medição	-
Resultado do Indicador em 2011	-

Análise de desempenho

Descrição das disfunções estruturais ou situacionais que impactaram o resultado obtido neste indicador	Não houve
Descrição das principais medidas implementadas e/ou a implementar para tratar as causas de insucesso neste indicador e quem são os responsáveis.	Não houve

2.3.2 Programa: 0357 – Segurança da Sanidade na Agropecuária

A eficiência da defesa agropecuária é assegurada pelo cumprimento de normas fitozoossanitárias estabelecidas em decorrência da segurança alimentar da população brasileira e de acordos comerciais celebrados entre agentes econômicos do país.

Cada vez mais é exigido pelos parceiros comerciais maior controle zoofitossanitário dos produtos oferecidos.

Defender e incrementar a Defesa Sanitária Agropecuária é obrigação das instituições públicas, privadas e da sociedade.

O País tem o maior rebanho comercial do mundo, o que exige controle sanitário efetivo dessa população em seu território.

O Distrito Federal, cuja pauta de exportações se baseia principalmente em produtos agropecuários, vem dando atenção especial a esse tema.

A existência de Cadastro Agropecuário atualizado, com o controle eletrônico da emissão de Guia de Trânsito Animal - GTA, a eficiência no controle do trânsito de animais, vegetais e seus subprodutos, a importância de orientar o produtor rural e a sociedade através da Educação Sanitária, a aplicação de sanções, quando necessário, a implantação, manutenção da área livre de doenças como a febre aftosa, além do controle de doenças como brucelose, tuberculose e raiva dos herbívoros, entre outros, são assuntos da rotina do Serviço de Saúde, Inspeção e Fiscalização Animal da Superintendência Federal de Agricultura no Distrito Federal – SFA/DF.

Os impactos econômicos e sociais adversos decorrentes da defesa agropecuária operar abaixo das necessidades do agronegócio refletem-se no comprometimento da produção e da

produtividade agropecuária, com consequências na redução das exportações, em função da diminuição dos acessos e manutenção de mercado, no desemprego, na redução da renda no campo e na migração do campo para a periferia dos grandes centros urbanos, com impactos negativos para o País e comprometimento da segurança alimentar, da saúde humana e do meio ambiente.

Esse programa visa a elevar a qualidade e a produtividade dos rebanhos animais mediante a redução de doenças além do aprimoramento das aptidões das suas funções produtivas e reprodutivas.

2.3.2.1 Dados gerais

Tipo	- Finalístico
Objetivo geral	- Minimizar o risco de introdução e disseminação de pragas e doenças que afetam a produção agropecuária, atendendo às exigências de padrões fitozoossanitários dos mercados internos e externos.
Objetivos Específicos	- Minimizar o risco de introdução e disseminação de pragas e doenças que afetam a produção agropecuária, atendendo às exigências de padrões fitozoossanitários dos mercados internos e externos. - Garantir a segurança alimentar. - Vigilância e Fiscalização do Trânsito Interestadual e Internacional de animais, vegetais, seus produtos e insumos.
Gerente do programa	- Enio Antonio Marques Pereira
Responsável pelo programa no âmbito da UJ	- Luiz Cláudio Coelho
Indicadores ou parâmetros utilizados (*)	- Nº de fiscalizações de Estabelecimentos. - Nº de Auditorias Executadas - Tempo de resposta nas ocorrências zoossanitárias - Área declarada livre de febre aftosa com vacinação. - Área declarada livre de febre aftosa sem vacinação. - Nº de estabelecimentos certificados como livres ou monitorados para brucelose e tuberculose bovina e bubalina. - Nº de ocorrências da peste suína clássica. - Nº de ocorrências de casos da doença da vaca louca. - Nº de ocorrências de raiva bovina. - Plantéis avícolas certificados pelo programa nacional de sanidade avícola. - Taxa de conformidade no controle de fronteiras. - Taxa de incidência da doença “cancro cítrico”.
Público-alvo (beneficiários)	- Produtores, consumidores, exportadores, importadores, transportadores, inclusive passageiros, armazenadores e demais integrantes da cadeia produtiva agropecuária.

2.3.2.2 Principais Ações do Programa

➤ 2134 - Vigilância e Fiscalização do Trânsito Interestadual de Vegetais, seus Produtos e Insumos (PI VIGIFITO)

Visa a manter em níveis satisfatórios o estado fitossanitário da agricultura nacional, protegendo áreas reconhecidas como livres de pragas e prevenindo/monitorando a dispersão de pragas no país. A ação se dá por meio da integração e da cooperação técnica com as instâncias estaduais (no Distrito Federal, as ações relacionadas ao trânsito interestadual de vegetais e seus

respectivos produtos são executadas pela Secretaria de Estado de Agricultura e Desenvolvimento Agrário do Distrito Federal – SEAGRI-DF e são supervisionadas pelo Serviço de Inspeção, Fiscalização e Sanidade Vegetal – SIFISV/SFA-DF) no trato da vigilância e do controle fitossanitário do trânsito de vegetais no território nacional.

➤ **2139 - Vigilância e Fiscalização do Trânsito Interestadual de Animais, seus Produtos e Insumos (PI VIGIZOO)**

Essa ação controla o trânsito animal intra e interestadual, bem como a fiscalização de eventos que envolvem aglomeração de animais, objetivando evitar a entrada e/ou disseminação de doenças, preservando o Distrito Federal como área livre de Febre Aftosa, Doença de Newcastle, Influenza Aviária, Peste Suína Clássica e outras.

As barreiras zoossanitárias fixas e móveis realizam fiscalizações onde os animais transportados são inspecionados e contabilizados, classificando-os por espécie, origem e destino, além da condição sanitária dos animais.

Seja qual for a via de trânsito, a apresentação de documentação é obrigatória. O documento oficial para transporte de animal no Brasil é a Guia de Trânsito Animal - GTA, que contém as informações sobre a origem, destino e condições sanitárias, bem como a finalidade do animal que está sendo transportado.

A GTA somente é emitida se a propriedade de origem dos animais vem atendendo os requisitos sanitários obrigatórios, evitando desta forma, o trânsito de animais passíveis de estarem transitando com doenças de controle oficial.

➤ **2180 – Vigilância e Fiscalização do Trânsito Internacional de Vegetais, seus Produtos e Insumos (PI=FISCPLANTA)**

Essa ação consiste na fiscalização e inspeção do trânsito internacional de material vegetal no Aeroporto Internacional de Brasília, na Base Aérea de Brasília e no Porto Seco do DF.

Objetivos: Minimizar o risco de introdução e disseminação de pragas que afetam a produção agrícola, atendendo às exigências de padrões fitossanitários dos mercados internos e externos.

Justificativa: Prevenir o ingresso, a disseminação e o estabelecimento de pragas, assegurando a sanidade dos vegetais e a inocuidade dos alimentos, além de evitar danos ao meio ambiente, certificando a qualidade dos produtos e insumos importados e exportados e evitando prejuízos à economia brasileira e à Saúde.

Metodologia de trabalho: Inicialmente é feita a conferência documental da carga. As mercadorias são então examinadas macroscopicamente, no ato da fiscalização, independentemente da coleta ou não de amostras, observando-se as condições gerais de armazenagem, dos invólucros, assim como a existência de sinais ou sintomas que indiquem prováveis problemas sanitários. Em seguida, podem ser feitos os exames complementares do produto nas instalações da unidade VIGIAGRO. A finalização do processo ocorre no momento da liberação do produto pelo MAPA e autorização de internalização. Também são realizados trabalhos relacionados à destinação do lixo de bordo de aeronaves oriundas de outros países e à inspeção de produtos em bagagens de passageiros.

Os trabalhos são realizados com base nas legislações das áreas técnicas específicas (fiscalização de insumos agropecuários; defesa fitossanitária e inspeção de produtos e subprodutos vegetais), no Manual do VIGIAGRO (IN 36/2006) e nos acordos internacionais.

➤ **2181 - Fiscalização do Trânsito Internacional de Animais, seus Produtos e Insumos (PI=FISCANIMAL)**

Essa ação consiste na fiscalização e inspeção do trânsito internacional de material vegetal no Aeroporto Internacional de Brasília, na Base Aérea de Brasília e no Porto Seco do DF.

Objetivos: Minimizar o risco de introdução e disseminação de doenças que afetam a produção pecuária, atendendo às exigências de padrões sanitários dos mercados internos e externos.

Justificativa: Prevenir o ingresso, a disseminação e o estabelecimento de enfermidades, assegurando a saúde dos animais e a inocuidade dos alimentos, além de evitar danos ao meio ambiente, certificando a qualidade dos produtos e insumos importados e exportados e evitando prejuízos à economia brasileira e à Saúde Pública.

Metodologia de trabalho: Inicialmente é feita a conferência documental da carga. As mercadorias são então examinadas macroscopicamente, no ato da fiscalização, independentemente da coleta ou não de amostras, observando-se as condições gerais de armazenagem, dos invólucros, assim como a existência de sinais ou sintomas que indiquem prováveis problemas sanitários. Em seguida, podem ser feitos os exames complementares do produto nas instalações da unidade VIGIAGRO. A finalização do processo ocorre no momento da liberação do produto pelo MAPA e autorização de sua internalização. Também são realizados trabalhos relacionados à destinação do lixo de bordo de aeronaves oriundas de outros países e à inspeção de produtos em bagagens de passageiros.

Os trabalhos são realizados com base nas legislações das áreas técnicas específicas (fiscalização de insumos pecuários; defesa sanitária e inspeção de produtos de origem animal), no Manual do VIGIAGRO (IN 36/2006) e nos acordos internacionais.

➤ **4738 – Erradicação da Mosca da Carambola (PI ERRADMOSCA)**

Considerando o intercâmbio interestadual de frutos que possam ser hospedeiros de *Bactrocera carambolae*, o Plano Interno tem como objetivo realizar monitoramento para impedir a entrada desta praga no Distrito Federal, através de colocação de armadilhas com iscas em locais estratégicos em áreas do DF.

➤ **4842 – Erradicação da Febre Aftosa (PI FEBREAFTOSA)**

O constante investimento e aprimoramento das ações de defesa sanitária animal, cadastramento das unidades de produção, vacinação de bovinos, atendimentos às notificações de suspeitas, controle do trânsito de animais e de seus produtos e subprodutos, fiscalização sanitária e epidemiológica e aperfeiçoamento do sistema de informação, além de educação sanitária desempenhadas pela SFA-DF em parceria com a Secretaria de Estado de Agricultura e Desenvolvimento Rural do Distrito Federal - SEAGRI-DF, vem garantindo o Distrito Federal como “zona livre de febre aftosa com vacinação” desde 1999, o que vem corroborando na manutenção do Brasil como um dos principais produtores e exportadores mundiais de carne bovina.

➤ **8572 – Prevenção, controle e erradicação de pragas dos vegetais (PCEVEGETAL)**

Supervisão e acompanhamento de trabalhos de monitoramento e surgimento de pragas no Distrito Federal. Atividades realizadas pelo Órgão Estadual Defesa Sanitária Vegetal – OEDSV e supervisão do SIFISV/SFA-DF. Realização de auditorias após os levantamentos efetuados pelo OEDSV, mediante realização de coleta e análises laboratoriais. Promoção de atividades educativas, envolvendo questões de sanidade, inocuidade e qualidade dos produtos vegetais.

➤ **8658 - Prevenção, Controle e Erradicação de Doenças dos Animais (PI PCEANIMAL)**

Objetiva garantir a segurança zoonosológica, visando a agregar valor qualitativo aos animais, seus produtos e subprodutos, por meio da prevenção, controle e erradicação de enfermidades dos animais, de acordo com os parâmetros técnicos e sanitários recomendados pelos organismos internacionais, através da aplicação das diretrizes zoonosológicas, com o estabelecimento de barreiras sanitárias, caracterização de propriedades de risco, certificação de propriedades livres de enfermidades, campanhas de prevenção e constante manutenção do sistema de informação zoonosológica.

2.3.2.3 Gestão das ações

2.3.2.3.1 Ação 2134 - Vigilância e Fiscalização do Trânsito Interestadual de Vegetais, seus Produtos e Insumos (PI VIGIFITO)

2.3.2.3.1.1 Dados gerais

Tipo	ATIVIDADE
Finalidade	Garantir a sanidade vegetal, controlando a disseminação de pragas que afetam a agricultura brasileira.
Descrição	Elaboração de normas; coordenação, integração e cooperação técnica com as instâncias estaduais e municipais no trato da vigilância e do controle fitossanitário do trânsito de vegetais e seus produtos no território nacional; capacitação técnica; análise de risco e quarentena vegetal.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Departamento de Sanidade Vegetal - DSV/SDA/MAPA
Coordenador nacional da ação	Cósm de Carvalho Coutinho
Unidades executoras	Superintendência Federal de Agricultura no Distrito Federal - SFA/DF

2.3.2.3.1.2 Resultados

Alguns resultados se baseiam na supervisão de controle de trânsito de vegetais em barreiras fitossanitárias realizado pela SEAGRI-DF. O Controle é medido pela fiscalização de entrada e saída de produtos de origem vegetal do DF, emissão e exigência quando necessário de documentos como Permissão de Trânsito de Vegetais.

Atividades envolvendo Fiscalizações/Acompanhamento de materiais em quarentena foram realizadas conforme programação.

Não houve celebração de convênio MAPA- SEAGRI-DF.

Fiscalizações em Estações Quarentenárias Credenciadas ao MAPA e acompanhamento de materiais em quarentena realizados conforme programação anual.

As principais atividades, referentes ao PI VIGIFITO desenvolvidas pela Sanidade Vegetal/ SIFISV/DDA/SFA/DF estão relacionadas a seguir.

Atividades Programadas e Executadas pela Sanidade Vegetal do SIFISV/DDA/SFA/DF - 2011						
	UNID	1º TRIM	2º TRIM	3º TRIM	4º TRIM	TOTAL
1. Análise de processos de importação e exportação de vegetais						
Programado	nº	-	-	-	-	-
Realizado	nº	153	115	81	129	478
2. Supervisão das atividades realizadas nas barreiras fitossanitárias no DF*						
Programado	nº	6	6	6	6	24

Realizado	nº	12	12	12	12	48
3. Supervisão em Estações Quarentenárias						
Programado	nº	2	2	2	2	8
Realizado	nº	3	3	3	2	11
4. Fiscalização de Material em Quarentena						
Programado	nº	8	8	8	8	32
Realizado	nº	18	18	18	12	66
5. Controle de trânsito de produtos vegetais em Barreiras Fitossanitárias (fiscalizações)**						
Programado	nº	7500	7500	7500	7500	30000
Realizado	nº	7876	9452	9706	9657	36691

* Barreiras de controle sanitário da SEAGRI-DF

** Realizado pela SEAGRI-DF e supervisionado pela SFA-DF

Execução física e financeira das ações realizadas pela UJ

Quadro A.2.2 Execução Física e Financeira – Ação 2134

Função	Sub Função	Programa	Ação	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Execução Física			Execução Financeira	
							Meta prevista	Meta realizada	Meta a ser realizada em 2012	Meta prevista	Meta realizada
20	604	357	2134	A	3	P.F.*	30.000	34.458	36691	R\$9.592,80	R\$9.395,65

* Partidas Fiscalizadas / *** Valor de recursos conforme POA 2012, incluindo recursos a serem disponibilizados para convênio com a SEAGRI-DF.

2.3.2.3.1.3 Desempenho Operacional

O controle de trânsito de produtos vegetais em barreiras fitossanitárias interestaduais, conforme tabela “Atividades Programadas e Executadas pela Sanidade Vegetal do SIFISV/DDA/SFA/DF – 2011”, é realizado pela SEAGRI-DF por meio de fiscalizações de produtos vegetais em trânsito pelo Distrito Federal. Em caso de não conformidade quanto ao trânsito dos produtos citados são proibidas de transitar pelo Distrito Federal, devolvidas à origem ou apreendidas e destruídas. Esse controle é supervisionado mensalmente pela Sanidade Vegetal-SIFISV/SFA-DF.

Análise de processos de importação/exportação de materiais vegetais, supervisões em estações quarentenárias e fiscalizações referentes a materiais em quarentena são realizadas, conforme meta programada, pela Sanidade Vegetal-SIFISV/SFA-DF.

Indicador (es) Utilizado(s)

Utilidade	Impedir a entrada e a disseminação de pragas vegetais, provenientes de outros estados e/ou países, com vistas a evitar danos à economia, ao meio ambiente e à saúde da população
Indicador	Quantidade de fiscalizações realizadas (considerando quantidade de supervisões e fiscalizações realizadas, quantidade de partidas fiscalizadas pela SEAGRI-DF sob a supervisão do SIFISV/SFA-DF)
Descrição	É um indicador que possibilita medir o controle de trânsito nacional e internacional de vegetais e suas partes
Tipo	Atividade
Fórmula de Cálculo	$\frac{\text{Nº de fiscalizações realizadas}}{\text{Nº de fiscalizações programadas}}$
Método de aferição	Ações realizadas pela Sanidade Vegetal/SIFISV/SFA-DF ou sob a supervisão desta contabilizadas por Termos de Fiscalização e Relatórios de atividades.

Serviço Responsável pelo Cálculo e/ou Medição	Sanidade Vegetal/Serviço de Inspeção, Fiscalização e Sanidade Vegetal – SIFISV
Resultado do Indicador em 2011	114,91%

Análise de desempenho

Descrição das disfunções estruturais ou situacionais que impactaram o resultado obtido neste indicador	Considerando a qualidade de serviço realizado nas barreiras sanitárias do df, faz-se necessária melhoria quanto ao quadro de pessoas e estrutura física.
Descrição das principais medidas implementadas e/ou a implementar para tratar as causas de insucesso neste indicador e quem são os responsáveis.	Melhorar estrutura de barreiras sanitárias do df, bem como implementar o número de fiscalizações móveis.

2.3.2.3.2 Ação: 2139 - Vigilância e Fiscalização do Trânsito Interestadual de Animais, seus Produtos e Insumos (PI VIGIZOO)

2.3.2.3.2.1 Dados gerais

Tipo	Atividade
Finalidade	Manter em níveis satisfatórios o estado sanitário dos rebanhos nacionais, protegendo áreas reconhecidas como livres de agentes causadores de doenças.
Descrição	Elaboração de normas; coordenação, integração e cooperação técnica com as instâncias estaduais e municipais no trato da vigilância e do controle zoossanitário do trânsito de animais no território nacional; capacitação de recursos humanos na área de vigilância zoossanitária; análise de risco e quarentena animal.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	- SDA - Secretaria de Defesa Agropecuária do MAPA
Coordenador de Ação Nacional	- Guilherme Henrique Figueiredo Marques
Unidades executoras	- Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Distrito Federal

2.3.2.3.2.2. Resultados

Essa ação foi acompanhada pela Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Distrito Federal – SFA-DF e executada pela Secretaria de Estado de Agricultura e Desenvolvimento Rural – SEAGRI-DF. O Serviço de Saúde, Inspeção e Fiscalização Animal – SIFISA/SFA-DF atuou nas supervisões das atividades desenvolvidas pela SEAGRI-DF seja em eventos que envolvam aglomerações de animais, bem como nas barreiras fixas e móveis localizados nas rodovias que passam pelo Distrito Federal.

Em 2011, não foram detectadas doenças em animais em trânsito sejam oriundos de outras unidades da federação, ou trânsito intraestadual. Ao todo foram realizadas 19.942 e 2.208 fiscalizações pelas barreiras fixas e móveis, respectivamente.

A relação de GTAs emitidas, discriminadas por espécies, estão relacionadas a seguir:

ESPÉCIES	Nº GTA Emitidas	Quantidade de animais/Ovos
Bovina	2.244	29.074
Bubalina	8	124
Suína	3.669	466.466
Ovina	224	3.150
Caprina	47	198
Equina	5.347	17.173

Asinina	31	89
Muar	172	726
Galinha	6.968	20.828.106
Pintos de 01 dia	9.443	113.063.503
Outras Aves Domésticas	1.108	313.831
Ovos Férteis	7.100	290.042.276
Aves Silvestres	225	10.798
Frangos	12.490	62.132.218
Aves Exóticas	3	17
Aves Ornamentais	146	5.220
Animais Silvestres	-	-
Peixes	5	800
Peixes Ornamentais	4	272
Outros	141	11.757
TOTAL	49.375	486.925.798

Execução física e financeira das ações realizadas pela UJ

Quadro A.2.2 Execução Física e Financeira – Ação 2139

Função	Sub Função	Programa	Ação	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Execução Física			Execução Financeira	
							Meta prevista	Meta realizada	Meta a ser realizada em 2012	Meta prevista	Meta realizada
20	604	357	2139	A	3	FISC	60.000	71.525	60.000	0,00	0,00

2.3.2.3.2.3 Desempenho Operacional

O controle do trânsito de animais no Distrito Federal apresentou percentual de 132,45% em relação ao que estava previsto, principalmente em virtude da não previsibilidade do número de veículos transitando pelo Distrito Federal e da demanda de GTA's emitidas.

Indicador (es) Utilizado(s)

Utilidade	- Manter a condição de zona livre de febre aftosa com vacinação e evitar a entrada de doenças animais.
Indicador	- Taxa de número de fiscalizações realizadas referentes ao Trânsito animal dividido pelo número de fiscalizações programadas: em percentagem
Descrição	- É um indicador que possibilita confirmar a quantidade de animais que transitam pelo Distrito Federal.
Tipo	- Eficácia
Fórmula de Cálculo	$\frac{\text{Número Total de fiscalizações realizadas}}{\text{Total de fiscalizações programadas}} \times 100$
Método de aferição	- Relatórios emitidos pela SEAGRI-DF – Secretaria de Agricultura, Pecuária e Abastecimento do Distrito Federal
Serviço Responsável pelo Cálculo e/ou Medição	- Serviço de Saúde, Inspeção e Fiscalização Animal – SIFISA-DF
Resultado do Indicador em 2011	132,45%

Análise de desempenho

Descrição das disfunções estruturais ou situacionais que impactaram o resultado obtido neste indicador	Apesar de 132,45% das cargas de animais inspecionadas de execução em relação ao que estava previsto, continua a necessidade de incrementar a quantidade de postos fixos de fiscalização e intensificar as fiscalizações móveis nas rodovias do Distrito Federal.
Descrição das principais medidas implementadas e/ou a implementar para tratar as causas de insucesso neste indicador e quem são os responsáveis.	Não houve

2.3.2.3.3 Ação: 2180 - Vigilância e Fiscalização do Trânsito Internacional de Vegetais, seus Produtos e Insumos (PI=FISCPLANTA)

2.3.2.3.3.1 Dados gerais

Tipo	Atividade
Finalidade	Impedir a entrada e a disseminação de pragas vegetais, oriundas de outros países, com vistas a evitar danos à economia, ao meio ambiente e à saúde da população, bem como inspecionar a qualidade dos produtos agrícolas no trânsito internacional. Certificar a fitossanidade dos produtos nacionais na exportação.
Descrição	Vigilância e controle fitossanitário em portos, aeroportos, postos de fronteira e aduanas especiais nas importações e exportações de produtos agrícolas e na análise de risco e quarentena vegetal.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Secretaria de Defesa Agropecuária do MAPA - SDA/MAPA
Coordenador de Ação Nacional	Marcos de Barros Valadão
Unidades executoras	UVAGRO-AIB (e Porto Seco-DF, sob sua gerência)

2.3.2.3.3.2 Resultados

O volume dos trabalhos relacionados à ação depende da intensidade do trânsito internacional de cargas e passageiros, que oscila conforme as políticas adotadas pelos países na área do agronegócio, custos de infraestrutura e logística disponíveis e oferta de voos, entre outros fatores. Depende, também, dos diferentes perfis de passageiros, ora portando plantas e mudas, ora trazendo em suas bagagens produtos de origem vegetal em desacordo com a legislação brasileira.

Em 2011, seguindo as tendências dos anos anteriores, grande parte do material vegetal em trânsito comercial internacional no DF constituiu-se de importações e exportações de material de propagação destinado à pesquisa científica, assim como embalagens e suportes de madeira, utilizadas no comércio internacional de mercadorias.

As importações informais, não comerciais, realizadas via bagagem de passageiros internacionais, constituíram-se de frutos, mudas, bulbos, estacas, raízes, flores, sementes, grãos, farinhas e madeiras diversas, entre outros itens.

O número de partidas inspecionadas no Distrito Federal em 2011 somou, nesta ação, um total de 4.037, superior às 3.086 partidas de 2010. Tal aumento está relacionado ao crescimento do número de voos internacionais com destino à Brasília ocorrido em 2011, que atingiu a marca de 40 voos semanais, contra 32 voos semanais em 2010, reflexo da política de desafogamento dos Aeroportos Internacionais de São Paulo e Rio de Janeiro, implantada pela Infraero e demais órgãos brasileiros na esfera da aviação civil nacional, além do crescimento de demandas por tais voos pela região Centro-oeste.

Em virtude do aumento das demandas ocorrido em 2011, a força de trabalho da Unidade de Vigilância Agropecuária no Aeroporto Internacional de Brasília também cresceu: houve adição de 1 FFA Eng. Agrônomo. Considerando as tendências de contínuo aumento de demanda para os próximos anos, tendo em vista também os grandes eventos esportivos de 2013, 2014 e 2016 a serem realizados neste país, necessário se faz o aumento estratégico da equipe desta Unidade.

A ação demandou o trabalho de cinco FFAs Engenheiros Agrônomos, 03 agentes administrativos, 01 motorista e a utilização de dois veículos.

Execução física e financeira das ações realizadas pela UJ

Quadro A.2.2 Execução Física e Financeira – Ação 2180

Função	Sub Função	Programa	Ação	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Execução Física			Execução Financeira	
							Meta prevista	Meta realizada	Meta a ser realizada em 2012	Meta prevista	Meta realizada
20	604	357	2180	A	3	Unidade	3.660	4.037	3.660	7.740,00	7.638,65

2.3.2.3.3 Desempenho operacional

A fiscalização do cumprimento da legislação fitossanitária brasileira envolve a análise documental e a inspeção física das cargas ou bagagens em trânsito internacional no Aeroporto Internacional de Brasília, na Base Aérea de Brasília e no Porto Seco do DF.

Nessas ações, são emitidos Termos de Fiscalização, Termos de Ocorrência, Prescrições de Quarentena, Termos de Depositário, Termos de Apreensão, Termos de Destruição, Certificados Fitosanitários, entre outros.

Cálculo Realizado:

Partidas inspecionadas	4.037
Desconformidades	- 631
Conformidade	3.406
Taxa de conformidade = $(3.833/4.037) \times 100 =$	84,37%

Indicador(es) Utilizado(s)

Utilidade	Dar base à avaliação de riscos de ingresso de pragas exóticas no país via importação de plantas e produtos de origem vegetal, bem como à avaliação da fitossanidade dos produtos nacionais exportados.
Indicador	337 - Taxa de Conformidade no Controle de Fronteiras / Unidade de Medida: percentagem
Descrição	Relação percentual entre as permissões de trânsito emitidas e o número de partidas inspecionadas, com base na percepção de enfermidades.
Tipo	Efetividade
Fórmula de Cálculo	$\frac{\text{Número de Partidas Inspecionadas em Conformidade}}{\text{Total de Partidas Inspecionadas}} \times 100$
Método de aferição	Termos de Fiscalização, Termos de Ocorrência, Prescrições de Quarentena, Termos de Depositário, Termos de Apreensão, Termos de Destruição, Certificados Fitosanitários, entre outros.
Serviço Responsável pelo Cálculo e/ou Medição	UVAGRO-AIB/DDA/SFA-DF
Resultado do Indicador em 2011	84,37%

Análise de desempenho

Descrição das disfunções estruturais ou situacionais que impactaram o resultado obtido neste indicador	Carência de normatização com previsão de multa aos viajantes internacionais que tragam produtos agropecuários em desacordo com a legislação brasileira.
Descrição das principais medidas implementadas e/ou a implementar para tratar as causas de insucesso neste indicador e quem são os responsáveis.	Foi realizada a veiculação de mensagem oficial de áudio do MAPA, no terminal de passageiros do AIB, orientando os passageiros sobre as proibições de trânsito de produtos agropecuários no Brasil. Foram distribuídos folders informativos no mesmo sentido.

2.3.2.3.4 Ação: 2181 Vigilância e Fiscalização do Trânsito Internacional de Animais, seus Produtos e Insumos (PI=FISCANIMAL)

2.3.2.3.4.1. Dados gerais

Tipo	Atividade
Finalidade	Impedir a entrada de agentes causadores de doenças de animais, oriundos de outros países, com vistas a evitar danos à economia, ao meio ambiente e à saúde da população, bem como inspecionar a qualidade dos produtos pecuários, no trânsito internacional. Certificar a zoossanidade dos produtos nacionais na exportação.
Descrição	Vigilância e controle zoossanitário em portos, aeroportos, postos de fronteiras e aduanas especiais nas importações e exportações de produtos pecuários e na análise de riscos e quarentena animal.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Secretaria de Defesa Agropecuária - SDA/MAPA
Coordenador de Ação Nacional	Marcos de Barros Valadão
Unidade executora	UVAGRO-AIB (e Porto Seco-DF, sob sua gerência)

2.3.2.3.4.2 Resultados

O volume dos trabalhos relacionados à ação depende da intensidade do trânsito internacional de cargas e passageiros, que oscila conforme as políticas adotadas pelos países na área do agronegócio, custos de infraestrutura e logística disponíveis e oferta de voos, entre outros fatores. Depende, também, dos diferentes perfis de passageiros, ora portando animais de estimação, ora trazendo em suas bagagens produtos de origem animal em desacordo com a legislação brasileira.

Em 2011, seguindo as tendências dos anos anteriores, o volume de produtos de origem animal em trânsito comercial internacional no DF constituiu-se de importações de embutidos e importações de alimentos pelas embaixadas.

As importações informais, não comerciais, realizadas via bagagem de passageiros internacionais, constituíram-se novamente de pescados, laticínios, embutidos, carnes, produtos apícolas e produtos veterinários, entre outros itens.

O número de partidas (remessas) inspecionadas no Distrito Federal em 2011 somou, nesta ação, um total de 2.751, superior às 2.697 partidas de 2010. Tal aumento está relacionado ao crescimento do número de voos internacionais com destino à Brasília ocorrido em 2011, que atingiu a marca de 40 voos semanais, contra 32 voos semanais em 2010, reflexo da política de desafogamento dos Aeroportos Internacionais de São Paulo e Rio de Janeiro, implantada pela Infraero e demais órgãos brasileiros na esfera da aviação civil nacional, além do crescimento de demandas por tais voos pela região Centro-oeste.

Em virtude do aumento das demandas ocorrido em 2011, a força de trabalho da Unidade de Vigilância Agropecuária no Aeroporto Internacional de Brasília também cresceu: houve adição de 1 FFA Méd. Veterinário. Considerando as tendências de contínuo aumento de demanda para os próximos anos, tendo em vista também os grandes eventos esportivos de 2013, 2014 e 2016 a serem realizados neste país, necessário se faz o aumento estratégico da equipe desta Unidade.

A ação demandou o trabalho de cinco FFAs Médicos Veterinários, 03 agentes administrativos, 01 motorista e a utilização de dois veículos.

Execução física e financeira das ações realizadas pela UJ

Quadro A.2.2 Execução Física e Financeira – Ação 2181

Função	Sub Função	Programa	Ação	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Execução Física			Execução Financeira	
							Meta prevista	Meta realizada	Meta a ser realizada em 2012	Meta prevista	Meta realizada
20	604	357	2181	A	3	Unidade	2.760	2.751	2.760	48.200,00	39.827,54

2.3.2.3.4.3 Desempenho Operacional

A fiscalização do cumprimento da legislação zoossanitária brasileira envolve a análise documental e a inspeção física das cargas ou bagagens em trânsito internacional no Aeroporto Internacional de Brasília, na Base Aérea de Brasília e no Porto Seco do DF.

Nessas ações, são emitidos Termos de Fiscalização, Termos de Ocorrência, Prescrições de Quarentena, Termos de Depositário, Termos de Apreensão, Termos de Destruição, Certificados Fitossanitários, entre outros.

Cálculo Realizado:

Partidas inspecionadas	2.751
Desconformidades	- 1.058
Conformidade	1.693
Taxa de conformidade = $(1.693/2.751) \times 100 =$	61,53%

Indicador(es) Utilizado(s)

Utilidade	Dar base à avaliação de riscos de ingresso de enfermidades zoossanitárias no país via importação de animais e produtos de origem animal, bem como à avaliação da zoossanidade dos produtos nacionais exportados.
Indicador	337 - Taxa de Conformidade no Controle de Fronteiras / Unidade de Medida: percentagem
Descrição	Relação percentual entre as permissões de trânsito emitidas e o número de partidas inspecionadas, com base na percepção de enfermidades.
Tipo	Efetividade
Fórmula de Cálculo	$\frac{\text{Número de Partidas Inspecionadas em Conformidade}}{\text{Total de Partidas Inspecionadas}} \times 100$
Método de aferição	Termos de Fiscalização, Termos de Ocorrência, Prescrições de Quarentena, Termos de Depositário, Termos de Apreensão, Termos de Destruição, Certificados Fitossanitários, entre outros.
Serviço Responsável pelo Cálculo e/ou Medição	UVAGRO-AIB/DDA/SFA-DF
Resultado do Indicador em 2011	61,53%

Análise de desempenho

Descrição das disfunções estruturais ou situacionais que impactaram o resultado obtido neste indicador	Carência de normatização com previsão de multa aos viajantes internacionais que tragam produtos agropecuários em desacordo com a legislação brasileira, ação, essa, sob responsabilidade da SDA/MAPA.
Descrição das principais medidas implementadas e/ou a implementar para tratar as causas de insucesso neste indicador e quem são os responsáveis.	Foi realizada a veiculação de mensagem oficial de áudio do MAPA, no terminal de passageiros do AIB, orientando os passageiros sobre as proibições de trânsito de produtos agropecuários no Brasil. Foram distribuídos folders informativos no mesmo sentido.

2.3.2.3.5 Ação: 4738 - Erradicação da mosca da carambola (PI ERRADMOSCA)

2.3.2.3.5.1 Dados gerais

Tipo	Atividade de Monitoramento
Finalidade	Elevar o acesso brasileiro ao mercado internacional de frutas, por meio da erradicação da "Bactrocera Carambolae" e da garantia de sanidade vegetal contra a praga em todo o território nacional
Descrição	Monitoramento, fiscalização fitossanitária, capacitação técnica em unidades federativas infectadas, contíguas ou próximas, consideradas de risco moderado a elevado, e monitoramento nos pontos de fronteiras e ingresso nas demais unidades, classificadas como de baixo risco de surgimento de foco da praga; revisão dos instrumentos normativos e celebração de acordos de cooperação técnica internacional.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Departamento de Sanidade Vegetal - DSV/SDA/MAPA
Coordenador Nacional da Ação	Maria Júlia S. Godoy
Unidades executoras	Superintendência Federal de Agricultura no Distrito Federal

2.3.2.3.5.2 Resultados

Com base na realização de monitoramento mensal de *Bactrocera carambolae* no DF por meio de instalação de armadilhas "Jackson" em locais estratégicos (Aeroporto Internacional de Brasília, CEASA, Nova Rodoviária e próximo às Barreiras de Fiscalização da SEAGRI-DF (04), as quais estão localizadas na BR 020, BR 040, BR 060 e BR 251), a área de 580.194 ha (área aproximada do DF) se encontra livre da praga.

Execução física e financeira das ações realizadas pela UJ

Quadro A.2.2 Execução Física e Financeira – Ação 4738

Função	Sub Função	Programa	Ação	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Execução Física			Execução Financeira	
							Meta prevista	Meta realizada	Meta a ser realizada em 2012	Meta prevista	Meta realizada
20	604	0357	4738	A	3	Área controlada (ha)	580.194 ha	580.194 ha	580.194 ha	200,00	200,00

2.3.2.3.5.3 Desempenho Operacional

Realização de colocação de armadilhas em áreas do Distrito Federal para monitoramento de presença/ausência da mosca da carambola (*Bactrocera carambolae*).

Indicador(es) Utilizado(s)

Utilidade	Monitorar entrada da praga em áreas do Distrito Federal.
Indicador **	Área livre da praga.
Descrição	Realização de manutenção, troca e leitura de armadilhas.
Tipo	Atividade de monitoramento.
Fórmula de Cálculo	Área controlada (ha).
Método de aferição	Leitura de dados referentes ao monitoramento realizado mensalmente.
Serviço Responsável pelo Cálculo e/ou Medição	Sanidade Vegetal/ SIFISV/SFA-DF.
Resultado do Indicador Em 2011	100%

Análise de desempenho

Descrição das disfunções estruturais ou situacionais que impactaram o resultado obtido neste indicador	Não houve disfunção a ser considerada.
Descrição das principais medidas implementadas e/ou a implementar para tratar as causas de insucesso neste indicador e quem são os responsáveis.	As metas foram realizadas conforme programado.

2.3.2.3.6 Ação: 4842 – Erradicação da Febre Aftosa (PI FEBREAFTOSA)

2.3.2.3.6.1. Dados gerais

Tipo	- ATIVIDADE
Finalidade	- Manter a condição sanitária na zona livre de febre aftosa e erradicar a doença das regiões Norte e Nordeste, objetivando o acesso do produto nacional ao mercado.
Descrição	- Realização de reuniões dos circuitos pecuários para estabelecimento das prioridades e estratégias zoonossanitária; elaboração de normas sanitárias; educação sanitária; cadastramento das unidades de produção, de vacinação, de atendimento a notificações de suspeitas e de controle do trânsito de animais e de seus produtos e subprodutos; rastreamento, fiscalização e controle da eficiência e da eficácia das vacinas produzidas; realização de diagnóstico e monitoramento soropidemiológico nas unidades federativas; fiscalização sanitária e epidemiológica; e aperfeiçoamento do sistema de informação e análise epidemiológica.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas	- Secretaria de Defesa Agropecuária do MAPA
Coordenador nacional da ação	- Guilherme Henrique Figueiredo Marques
Unidades executoras	- Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Distrito Federal no Distrito Federal

2.3.2.3.6.2 Resultados

A estratégia de vacinação que vinha sendo adotada no DF até o ano de 2010 preconizava que todos os bovinos e bubalinos fossem vacinados semestralmente, em campanhas que ocorrem durante os meses de maio e novembro. Tais bovídeos somavam um total de 99.013 animais, distribuídas em 2.668 propriedades, devidamente cadastradas e acompanhadas pela DDV/SEAGRI-DF, segundo dados da campanha de novembro de 2010, quando foram vacinados 94,5% dos animais e, 92,8% do rebanho do DF.

As atividades de fiscalização em propriedades inadimplentes e refratárias à vacinação antiaftosa ocorrem após os meses de maio e novembro e são desempenhadas pela DDV/SEAGRI-DF a fim de aumentar os índices de vacinação. Desse modo, foram atingidas as marcas de 98,1% dos animais e 98,5% de propriedades do DF vacinados ao fechamento da campanha de novembro de 2010.

A SEAGRI-DF requereu nova estratégia de vacinação no território do Distrito Federal em 18/03/2011 e, de acordo com o previsto na Instrução Normativa nº 44 de 02 de outubro de 2007, em seu artigo 17, inciso III, alínea b, conforme o que segue:

- Vacinação de todos os bovinos e bubalinos durante a campanha do mês de maio, com duração de 31 dias, e;

- Vacinação dos bovinos e bubalinos com idade até 24 meses durante a campanha do mês de novembro, com duração de 30 dias.

Tal estratégia encontra fundamentação legal e científica, já que há previsão na Instrução Normativa supracitada e em trabalhos conduzidos pelo Centro Panamericano de Febre Aftosa (PANAFTOSA), que recomenda a vacinação semestral em animais até 24 meses de idade. A partir desta idade, a vacinação poderia ocorrer anualmente, sem prejuízo da resposta imune dos animais, pois animais imunizados por pelo menos 3 vezes com a vacina oleosa adquirem níveis satisfatórios de proteção imunológica.

O Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, considerando o histórico de 17 anos sem a ocorrência de febre aftosa no DF, com o último foco declarado no ano de 1993, os elevados índices de vacinação no Distrito Federal, o sistema informatizado de cadastro e declaração, com a devida fiscalização por parte da Diretoria de Defesa e Vigilância Sanitária da SEAGRI-DF, a localização do DF que está inserido no estado de Goiás, o que gera a necessidade de confluência de ações e demais atividades de defesa agropecuária, acatou o pleito acerca da adoção de nova estratégia de vacinação.

A campanha de vacinação de bovinos e bubalinos no mês de maio de 2011 obteve 2.625 propriedades com registros de vacinação das 2.840 cadastradas pela SEAGRI-DF, nestas foram vacinados 98.334 bovídeos dos 104.206 existentes, ou seja, foram vacinados 94,36% dos bovinos existentes no DF.

Nesta etapa, foram fiscalizadas 44 propriedades, com um total de 1.582 bovídeos e 230 propriedades tiveram a vacinação assistida com um total de 5.412 bovídeos.

Já na campanha do mês de novembro de 2011, somente foram vacinados os bovídeos com idade até 24 meses, obtendo-se 2.119 propriedades com registros de vacinação das 2.527, nestas foram vacinados 43.128 bovídeos dos 48.003 existentes, ou seja, foram vacinados 89,84%.

Nesta etapa, foram fiscalizadas 23 propriedades, com um total de 854 bovídeos e 260 propriedades tiveram a vacinação assistida com um total de 9.760 bovídeos.

Execução física e financeira das ações realizadas pela UJ

Quadro A.2.2 Execução Física e Financeira – Ação 4842

Função	Sub Função	Programa	Ação	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Execução Física			Execução Financeira	
							Meta prevista	Meta realizada	Meta a ser realizada em 2012	Meta prevista	Meta realizada
20	604	357	4842	A	3	Km²	5.802	5.802	5.802	9.427,80	8.526,95

2.3.2.3.6.3 Desempenho Operacional

Os elevados índices de vacinação antiaftosa no Distrito Federal, a contínua manutenção do cadastro de propriedades e da declaração de vacinação e demais atividades de defesa agropecuária, com a devida fiscalização por parte da Diretoria de Defesa e Vigilância Sanitária da SEAGRI-DF e supervisão da SFA-DF vem garantindo a manutenção da condição de Unidade Federativa livre de Febre Aftosa com Vacinação.

Indicador (es) Utilizado(s)

Utilidade	- Manter a condição de zona livre de febre aftosa com vacinação.
Indicador	- Taxa de Erradicação da Febre Aftosa em Bovídeos / Unidade de Medida: percentagem
Descrição	- É um indicador que possibilita confirmar ou não a condição de zona livre da doença na UF.
Tipo	- Efetividade
Fórmula de Cálculo	$\frac{\text{Número Total de Animais Efetivamente Vacinados}}{\text{Total de Bovídeos no DF}} \times 100$
Método de aferição	- Relatórios emitidos pela SEAGRI-DF – Secretaria de Agricultura, Pecuária e Abastecimento do Distrito Federal
Serviço Responsável pelo Cálculo e/ou Medição	- Serviço de Saúde, Inspeção e Fiscalização Animal - SIFISA
Resultado do Indicador em 2011	94,36% (primeira etapa-maio) 89,84% (segunda etapa-novembro)

Análise de desempenho

Descrição das disfunções estruturais ou situacionais que impactaram o resultado obtido neste indicador	A meta para execução de ações referentes ao Plano Interno em questão foi quase realizada em sua totalidade. Para atingir 100% de realização, ampliar e reprogramar as metas para outras pragas de importância para o DF.
Descrição das principais medidas implementadas e/ou a implementar para tratar as causas de insucesso neste indicador e quem são os responsáveis.	Reprogramar meta e indicadores para melhor adequação às ações deste Plano Interno.

2.3.2.3.7 Ação: 8572 - Prevenção, controle e erradicação de pragas dos vegetais (PCEVEGETAL)

2.3.2.3.7.1 Dados gerais

Tipo	Atividades/fiscalizações
Finalidade	Garantir a segurança fitossanitária nacional, visando agregar valor qualitativo e quantitativo aos produtos vegetais e subprodutos, por meio de prevenção, controle e erradicação de pragas da horticultura, de plantas medicinais e condimentares, de flores plantas ornamentais, da cacauicultura, da cana-de-açúcar, da fruticultura e citricultura, da cafeicultura, das oleaginosas, de plantas fibrosas, de cereais, da silvicultura, de raízes e outras espécies vegetais para torná-los produtivos, competitivos e atender as exigências do mercado nacional e internacional.
Descrição	Elaboração de diretrizes fitossanitárias; identificação de prioridades de pesquisa para pragas; levantamento fitossanitários de detecção, delimitação e verificação, estabelecimento de barreiras fitossanitárias, elaboração de planos de contingências e de emergências para pragas presentes; caracterização de áreas e locais livres de pragas; estabelecimento de sistema de manejo de risco de pragas, campanhas nacionais e regionais de prevenção e controle; credenciamento de empresas que operam no comércio internacional de produtos vegetais, sistema de informação fitossanitária; edição de atos normativos (Instruções Normativas e Portarias), acordos internacionais, estabelecimento de convênios com órgãos públicos estaduais, iniciativa privada e outros órgãos afins executores de defesa fitossanitária..
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Departamento de Sanidade Vegetal - DSV/SDA/MAPA
Coordenador Nacional da Ação	Carlos Artur Franz
Unidades executoras	Superintendência Federal de Agricultura no Distrito Federal - SFA/DF

2.3.2.3.7.2 Resultados

Foram realizadas atividades de controle de ferrugem asiática de soja (vazio sanitário da cultura da soja), cuja área de controle foi de aproximadamente de 55.000 ha e referentes à área de 47 ha relacionada às fiscalizações de controle do agente etiológico da Sigatoka Negra em bananeiras, sendo o DF área livre da praga

Execução física e financeira das ações realizadas pela UJ

Quadro A.2.2 Execução Física e Financeira – Ação 8572

Função	Sub Função	Programa	Ação	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Execução Física			Execução Financeira	
							Meta prevista	Meta realizada	Meta a ser realizada em 2012	Meta prevista	Meta realizada
20	604	0357	8572	A	3	Área controlada	55882 ha	55047 ha	55882 ha	3.530,00	3.465,98

2.3.2.3.7.3 Desempenho Operacional

Controle de trânsito nacional de produtos vegetais e presença/ausência de agentes etiológicos de doenças como Sigatoka Negra e Ferrugem Asiática.

Indicador(es) Utilizado(s)

Utilidade	Controlar presença/ausência de pragas de importância econômica em áreas do DF.
Indicador **	Área controlada (considerando controle de presença de pragas e controle/manutenção de área livre de doenças).
Descrição	Indicador baseado em medição de eficiência no controle de presença/ausência de pragas.
Tipo	Controle de área livre.
Fórmula de Cálculo	Área controlada
Método de aferição	Área de controle representada por amostragens de material a ser analisado in loco e em laboratório.
Serviço Responsável pelo Cálculo e/ou Medição	SEAGRI-DF/ SFA-DF/ LANAGRO-MAPA
Resultado do Indicador Em 2011	98,5%

Análise de desempenho

Descrição das disfunções estruturais ou situacionais que impactaram o resultado obtido neste indicador	A meta para execução de ações referentes ao Plano Interno em questão foi quase realizada em sua totalidade. Para atingir 100% de realização, ampliar e reprogramar as metas para outras pragas de importância para o DF.
Descrição das principais medidas implementadas e/ou a implementar para tratar as causas de insucesso neste indicador e quem são os responsáveis.	Reprogramar meta e indicadores para melhor adequação às ações deste Plano Interno.

2.3.2.3.8 Ação: 8658 - Prevenção, Controle e Erradicação de Doenças dos Animais (PI PCEANIMAL)

2.3.2.3.8.1 Dados gerais

Tipo	Atividade
Finalidade	Garantir a segurança zoossanitária nacional, visando agregar valor qualitativo aos animais, seus produtos e subprodutos, por meio da prevenção, controle e erradicação de enfermidades dos animais, de acordo com os parâmetros técnicos e sanitários recomendados pelos organismos internacionais.
Descrição	Estabelecimento de diretrizes zoossanitárias para o País, com o estabelecimento de barreiras sanitárias e estações de quarentena; elaboração de planos de contingência e de emergência; caracterização de áreas do País, zonas ou propriedades livres de enfermidades; campanhas nacionais e regionais de prevenção e controle local; consolidação de sistema de informação zoossanitária; edição de atos normativos (Instruções Normativas e Portarias) e acordos internacionais.
Unidade responsável pelas decisões	– Secretaria de Defesa Agropecuária do MAPA

estratégicas	
Coordenador Nacional da Ação	Guilherme Henrique Figueiredo Marques
Unidades executoras	Superintendência Federal de Agricultura no Distrito Federal

2.3.2.3.8.2 Resultados

Dentro desta ação, as atividades realizadas e seus dados discriminados são relacionados a seguir:

Brucelose: Consistiu na realização de exames sorológicos e na imunização das fêmeas com idade de 03 a 08 meses de idade em 708 propriedades. Em todos os rebanhos com animais positivos, foram aplicadas as medidas previstas na legislação vigente.

Tuberculose – Consistiu na realização de testes intradérmicos (tuberculinização) em bovídeos a partir de 6 semanas de idade em 186 propriedades. Nos rebanhos com animais positivos, foram aplicadas as medidas previstas na legislação vigente.

Anemia Infecciosa Equina – No Distrito Federal existem 04 entidades controladas para A.I.E. e 04 laboratórios credenciados para realização desse exame, ambos sob supervisão do serviço oficial.

Sanidade Suína – No ano de 2011 foi certificada uma Granja de Reprodutores Suídeos (GRSC). Foi realizado um inquérito soroepidemiológico para Peste Suína Clássica, não tendo sido detectado nenhum animal positivo mantendo dessa forma a condição de livre dessa doença. Nenhuma outra doença de notificação obrigatória foi detectada no Distrito Federal nesse período.

Sanidade Avícola – Foi realizada as monitorias trimestrais para as doenças aviárias de notificação obrigatória em todas as 13 granjas de reprodução existentes no DF não sendo detectada nenhuma delas, mantendo seus produtos liberados para comercialização em todo o território nacional.

Execução física e financeira das ações realizadas pela UJ

Quadro A.2.2 Execução Física e Financeira – Ação 8658

Função	Sub Função	Programa	Ação	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Execução Física			Execução Financeira	
							Meta prevista	Meta realizada	Meta a ser realizada em 2012	Meta prevista	Meta realizada
20	604	357	8658	A	3	P.A*	2.000	5.375	5000	51.465,20	39.478,78

*Propriedade Atendida

2.3.2.3.8.3 Desempenho Operacional

A contínua manutenção do cadastro de propriedades e demais atividades defesa agropecuária, executadas pela Diretoria de Defesa e Vigilância Sanitária da SEAGRI-DF sob supervisão da SFA-DF vem garantindo a isenção de doenças notificáveis nos diversos plantéis animais do Distrito Federal.

Indicador(es) Utilizado(s)

Utilidade	- Verificar a existência ou não de doenças de notificação obrigatória no plantel animal do Distrito Federal
Indicador **	- Taxa de Supervisões em estabelecimentos avícolas / Unidade de Medida: percentagem
Descrição	- O indicador refere-se ao monitoramento sanitário das criações de subsistência e de todas as granjas comerciais quando há a comunicação ao serviço oficial de defesa sanitária animal do aumento da taxa de mortalidade acima do normal, além do registro das propriedades, controle sanitário e certificação de núcleos e estabelecimentos produtores de animais, cadastro e registro dos sistemas produtivos diferenciados de interesse do DSA.
Tipo	- Eficácia
Fórmula de Cálculo	$\frac{\text{Número de Estabelecimentos Supervisionados} \times 100}{\text{Número Total de Estabelecimentos Registrados}}$
Método de aferição	- Supervisão dos Responsáveis Técnicos das Empresas Integradoras e da Secretaria de Agricultura.
Serviço Responsável pelo Cálculo e/ou Medição	- Serviço de Saúde, Inspeção e Fiscalização Animal – SIFISA-DF
Resultado do Indicador Em 2012	100%

Análise de desempenho

Descrição das disfunções estruturais ou situacionais que impactaram o resultado obtido neste indicador	- Não Houve
Descrição das principais medidas implementadas e/ou a implementar para tratar as causas de insucesso neste indicador e quem são os responsáveis.	- Não Houve

Ações que apresentaram problemas de execução: foram encontradas dificuldades de ordem técnica na celebração de contrato de repasse pelo SICONV no ano de 2011 para a Secretaria de Agricultura e Desenvolvimento Rural do Distrito Federal – SEAGRI-DF, em função da inadimplência do Governo do Distrito Federal – GDF.

O contingenciamento de recursos federais dificultou a realização de todas as atividades referentes à sanidade Agropecuária.

Ações que superaram de forma significativa as metas estabelecidas: Apesar das dificuldades apresentadas, todas as ações de Defesa Sanitária desenvolveram suas funções não havendo mudança do status sanitário nos rebanhos do Distrito Federal;

Ações Prioritárias na LDO: A Segurança da Sanidade na Agropecuária está contemplada na LDO e contribui fortemente para a promoção do crescimento econômico do setor primário do Brasil.

2.3.3 – Programa: 0375 – Qualidade de Insumos e Serviços Agropecuários

A qualidade dos insumos e serviços agrícolas e pecuários tem influência direta na produtividade, sendo fator preponderante no incremento da competitividade do agronegócio brasileiro. Para garantir os padrões de qualidade e conformidade desses produtos e serviços, faz-se necessária ação permanente de fiscalização por parte do poder público sobre as empresas e sobre os produtos e serviços colocados no mercado à disposição dos consumidores.

Esse programa, portanto, desempenhado pelo Serviço de Saúde, Inspeção e Fiscalização Animal (SIFISA), busca garantir níveis adequados de conformidade e qualidade dos insumos colocados à disposição dos consumidores, fabricantes e produtores rurais. Deste modo, as ações de fiscalização elevam a renda dos profissionais do setor agropecuário por meio do aumento nos níveis de produtividade, qualidade e inocuidade dos produtos oferecidos.

2.3.3.1 Dados gerais

Tipo	Finalístico
Objetivo geral	Salvaguardar a produção e a produtividade agropecuária pela garantia de níveis adequados de conformidade e qualidade dos insumos básicos colocados à disposição dos produtores
Objetivos Específicos	Garantir a qualidade dos insumos agropecuários produzidos e comercializados no Distrito Federal.
Gerente do programa	Francisco Sérgio Ferreira Jardim
Responsável pelo programa no âmbito da UJ	José Carlos Fonseca Boquadi
Indicadores ou parâmetros utilizados (*)	Estabelecimentos fiscalizados
Público-alvo (beneficiários)	Agricultores, estabelecimentos produtores e comerciais, laboratórios, certificadores, reembaladores e armazenadores de insumos agropecuários.

* Foi utilizado como parâmetro o produto do programa fornecido pelo SIPLAN (Sistema Integrado de Planejamento do MAPA)

2.3.3.2 Principais Ações do Programa

➤ 2019 - Fiscalização de Material Genético Animal (PI=FISCGENE)

A qualidade dos produtos ofertados no mercado está diretamente relacionada à qualidade do material genético existente no rebanho brasileiro. Nesse intuito, são imprescindíveis as atividades de registro e fiscalização dos estabelecimentos de multiplicação animal, nos quais são verificadas as ações de biossegurança, certificação zootécnica, rastreabilidade, entre outras, visando o crescimento da produção animal no Brasil.

Entre as atividades desenvolvidas nesta ação no Distrito Federal, cita-se:

- Registro de estabelecimentos aviários (avoeiros, matrizeiros e incubatórios);
- Registro e fiscalização de laboratórios de FIV (Fecundação *in vitro*);
- Registro e fiscalização de estabelecimentos comerciais de sêmen animal.

➤ 2124 – Fiscalização de Insumos destinados a Alimentação Animal (PI=FISCINAN)

O setor de fiscalização de produtos destinados à alimentação animal exerce papel fundamental para o desenvolvimento da pecuária nacional, atuando no registro e na fiscalização dos estabelecimentos fabricantes e no comércio de produtos expostos à venda. Este procedimento é de importância estratégica e contribui efetivamente para que as indústrias estejam em conformidade com as normas legais vigentes. Toda a ação do setor é direcionada para que os produtos disponibilizados aos consumidores estejam conformes. A conformidade dos mesmos significa que foram fabricados com a utilização de ingredientes (matérias primas) adequados e autorizados, de

maneira a fornecer os nutrientes necessários ao bom desempenho dos animais e ainda a cumprir com os requisitos de segurança de uso. Outro ponto relevante é a fiscalização do cumprimento das restrições/proibições de uso de insumos por parte das indústrias. Como exemplo o da proibição de uso da cama de aviários e boa parte das proteínas de ruminantes na alimentação de ruminantes. Este procedimento visa a manter o controle da doença da vaca louca e o status do Brasil de livre da doença. Ou ainda, o controle da proibição de alguns aditivos em animais produtores de carne para o consumo humano como: penicilina, tetraciclina, sulfonamidas sistêmicas, nitrofuranos, cloranfenicol, arsenicais e antimoniais, carbadox, olaquinox, violeta genciana e anabolizantes. Também é relevante mencionar que a legislação vigente já obriga que todos os estabelecimentos fabricantes tenham implementado os procedimentos de boas práticas de fabricação. Procedimento este que contribuiu efetivamente para a melhoria dos controles de qualidade dos produtos expostos à venda. Todo esse esforço visa à melhoria do desempenho na criação dos animais que fornecerão produtos e subprodutos seguros para serem utilizados na alimentação dos brasileiros, bem como para a geração de excedentes exportáveis. Outro ponto relevante da atuação da fiscalização de produtos destinados à alimentação animal é na contribuição para aumentar a conformidade e a segurança de uso dos produtos e consequentemente a saúde dos consumidores brasileiros. O efetivo controle do setor contribui ainda para a manutenção de mercados externos já conquistados e abertura de novos mercados. A fiscalização de produtos destinados à alimentação animal tem como fundamento o que consta da Lei nº 6.198, de 26 de dezembro de 1974 e o Decreto nº 6.296, de 11 de dezembro de 2007-

Entre as ações executadas, podem-se destacar:

- Registro e/ou fiscalização de estabelecimentos fabricantes, importadores, manipuladores e fracionadores e comerciantes de: aditivos, alimentos, rações, concentrados, ingredientes, núcleos e premixes;
- Registro e fiscalização de produtos; aditivos, alimentos, rações, concentrados, ingredientes, núcleos e premixes. Ressalta-se que em 2010 foram alterados os procedimentos, ficando isento de registro alguns produtos classificados como: suplemento para ruminante, premix, núcleo, concentrado, ração, alimento e ingredientes. O propósito dessa nova orientação é desburocratizar procedimentos principalmente para produtos com procedimentos de fabricação já parametrizados.
- Colheita de amostras dos produtos destinados à alimentação de animais para realização de análises fiscais;
- Auditoria da implantação das Boas Práticas de Fabricação (BPF) nos estabelecimentos industriais. Foram realizadas 7 auditorias de BPF;
- Apuração de denúncias referentes ao setor de produtos destinados para a alimentação animal.

➤ **2140 – Fiscalização de Produtos de Uso Veterinário (PI=FISPROVET)**

A qualidade e segurança na fabricação e/ou comercialização dos produtos de uso veterinário influenciam diretamente na eficácia e na viabilidade de utilização dos mesmos. Para tanto, com respaldo no Decreto-Lei nº 467, de 13 de fevereiro de 1969, e no Decreto nº 5.053, de 22 de abril de 2004, são necessárias fiscalizações contínuas nos estabelecimentos produtores e comerciantes pelo órgão competente.

Entre as ações executadas, podem-se destacar:

- Registro de estabelecimento comercial no MAPA;
- Renovação da licença de estabelecimento comercial;
- Fiscalização de estabelecimentos que manipulam, distribuem ou comercializam produtos de uso veterinário;

- Fiscalização de produtos veterinários de uso controlado e orientação sobre sua correta comercialização;
- Auditoria da implantação e execução das Boas Práticas de Manipulação em estabelecimentos manipuladores de produtos de uso veterinário;
- Autorização de importação de produtos de uso veterinário.
- Apuração de denúncias referentes a produtos de uso veterinário.

➤ **2141 – Fiscalização de Fertilizantes, Corretivos e Inoculantes (PI=FISFECOI)**

A importância da fiscalização de fertilizantes é salvaguardar a produção e a produtividade agropecuária pela garantia de níveis adequados de conformidade e qualidade dos fertilizantes colocados à disposição dos produtores.

➤ **2177 - Fiscalização de Serviços Agrícolas (PI-FISCAGRIC)**

A ação está relacionada à fiscalização dos serviços de aviação agrícola com aplicação de agrotóxicos ou combate a incêndios realizados por aeronaves de empresas registradas no DF ou autorizadas a operar no DF ou até mesmo aeronaves clandestinas operando ilegalmente.

➤ **2179 – Fiscalização de Sementes e Mudas (PI=FISCALSEM1)**

A importância da fiscalização de sementes e mudas tem a finalidade de garantir a oferta de materiais de propagação vegetal de qualidade para os produtores rurais, bem como certificar a produção destes insumos visando a garantir a conformidade dos padrões pré-estabelecidos de qualidade fisiológica, fitossanitária e identidade genética.

➤ **2909 - Fiscalização de Agrotóxicos e Afins (PI=FISAGROTOX)**

A importância da fiscalização de fertilizantes é assegurar que os agrotóxicos e afins ofertados no mercado interno e externo, sejam efetivos no controle de pragas de plantas cultivadas, que atendam aos requisitos legais para a proteção do meio ambiente e da saúde humana.

2.3.3.3 Gestão das ações

2.3.3.3.1 Ação: 2019 - Fiscalização de Material Genético Animal (PI=FISCGENE)

2.3.3.3.1.1 Dados gerais

Tipo	Atividade
Finalidade	Assegurar a qualidade e a identidade do material genético animal e dos serviços de multiplicação animal ofertados aos produtores, com vistas ao aumento da produção e da produtividade da pecuária nacional.
Descrição	Realização de atividades de inspeção e fiscalização de material genético animal e auditoria de sistemas de controle de qualidade nos estabelecimentos que os industrializem ou distribuam, com a finalidade de assegurar a identidade e a qualidade, incluindo ainda para isso análises fiscais em laboratórios oficiais nos produtos terminados. Capacitação de fiscais federais agropecuários em biotecnologia da reprodução, boas prática de manipulação e auditoria.

	Participação em reuniões, simpósios e congressos nacionais e internacionais.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Secretaria de Defesa Agropecuária – SDA/MAPA
Coordenador Nacional da Ação	Beronete Barros de Freitas Araujo
Unidades executoras	Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no DF

2.3.3.3.1.2 Resultados

No SIPLAN, foram programadas 05 fiscalizações no cronograma físico corrigido para o ano de 2011. No total foram realizadas 04 fiscalizações, ou seja, 80% das fiscalizações previstas.

Execução física e financeira das ações realizadas pela UJ

Quadro A.2.2 Execução Física e Financeira – Ação 2019

2.3.3.3.1.3 Desempenho Operacional

A rotina de trabalho na área de Material Genético Animal consiste no registro de estabelecimentos que produzem, processam, comercializam, armazenam e importam material genético animal, e de prestadores de serviços na área de reprodução animal. No Distrito Federal, a fiscalização de material genético animal se restringe, atualmente, a um laboratório de Fecundação *in vitro* (FIV) e um estabelecimento comercial de sêmen, e ao registro de estabelecimentos avícolas (avozeiros, matrizeiros e incubatórios).

Indicador(es) Utilizado(s)

Utilidade	Verificar percentual de atendimento às metas programadas.
Indicador **	Taxa de Estabelecimentos Fiscalizados Unidade de Medida: percentagem
Descrição	Relação entre o número de fiscalizações executadas pelo número de fiscalizações previstas no POA.
Tipo	Eficácia
Fórmula de Cálculo	$\frac{\text{Total de Fiscalizações Executadas}}{\text{Total de Fiscalizações Programadas}} \times 100$
Método de aferição	Termo de Fiscalização.
Serviço Responsável pelo Cálculo e/ou Medição	Serviço de Saúde, Inspeção e Fiscalização Animal (SIFISA)

Função	Sub Função	Programa	Ação	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Execução Física			Execução Financeira	
							Meta prevista	Meta realizada	Meta a ser realizada em 2012	Meta prevista	Meta realizada
20	125	375	2019	A	3	FISC	5	4	5	1.526,84	1.482,22

Resultado do Indicador Em 2012	80%
---------------------------------------	-----

Análise de desempenho

Descrição das disfunções estruturais ou situacionais que impactaram o resultado obtido neste indicador	Não houve
Descrição das principais medidas implementadas e/ou a implementar para tratar as causas de insucesso neste indicador e quem são os responsáveis.	Não houve

O resultado de 80% do Indicador de 2011 deve-se ao fato do Distrito Federal possuir apenas 2 estabelecimentos de fiscalização contínua (um laboratório de FIV e um comercial de sêmen). O restante das fiscalizações previstas no ano passado foi reservado para os estabelecimentos avícolas, os quais são fiscalizados conforme a demanda dos mesmos para a obtenção do registro no MAPA.

2.3.3.3.2 Ação: 2124 - Fiscalização de Insumos destinados a Alimentação Animal (FISCINAN)

2.3.3.3.2.1 Dados gerais

Tipo	Atividade
Finalidade	Assegurar a qualidade e a conformidade dos insumos destinados à alimentação animal.
Descrição	Fiscalização das condições higiênico-sanitárias estabelecimentos fabricantes, importadores, fracionadores e comerciantes de produtos destinados à alimentação animal; Fiscalização da conformidade e inocuidade dos produtos destinados à alimentação animal; Elaboração e revisão de normas técnicas relativas aos produtos destinados à alimentação animal; Realização de reuniões técnicas e treinamentos em serviços com vistas ao aprimoramento dos processos de fiscalização; e participação em reuniões, simpósios e congressos nacionais e internacionais sobre insumos destinados à alimentação animal.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Secretaria de Defesa Agropecuária - SDA/MAPA
Coordenador de Ação Nacional	Fernanda Marcussi Tacci
Unidades executoras	Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no DF

2.3.3.3.2.2 Resultados

No Sistema de Planejamento (SIPLAN) do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, em 2011, foram programadas 40 fiscalizações no cronograma físico para esta ação. No total foram realizadas 45 fiscalizações, ou seja, 112,5% das atividades previstas. Adicionalmente, foram realizados procedimentos de orientação dos Dirigentes e Responsáveis Técnicos das empresas no sentido de socializar as informações pertinentes ao cumprimento dos vários dispositivos legais vigentes, particularmente em relação às novas regras de rotulagem de produtos destinados à alimentação animal. Também foram realizadas 7 auditorias para verificação

da implementação dos procedimentos de Boas Práticas de Fabricação em todos os estabelecimentos de alimentos para animais do Distrito Federal.

Foram realizadas, durante essas fiscalizações, colheita de amostras de produtos destinados à alimentação animal nos estabelecimentos fabricantes e comerciantes. Em 2011 foi programado a colheita de 59 amostras fiscais, entretanto, no decorrer do exercício foram colhidas 80 amostras, ou seja, 135,5%. As amostras foram enviadas ao laboratório oficial do MAPA no estado de Goiás (LANAGRO-GO) para análises físico-química, microbiológica e microscópica (pesquisa de subproduto de origem animal em rações destinadas a ruminantes). A meta programada foi superada em 35,5% do previsto no cronograma enviado anualmente a este serviço pelo DFIP (Departamento de Fiscalização de Insumos Pecuários).

Em relação às amostras colhidas todas apresentaram conformidade, o que pode inferir que de maneira geral os produtos destinados à alimentação animal no Distrito Federal estão dentro dos padrões esperados pelo consumidor. Na fiscalização do comércio foram encontrados alguns produtos clandestinos, os quais foram apreendidos e tomadas as providências cabíveis em relação ao estabelecimento fabricante, bem como em relação ao estabelecimento comercial. O propósito do setor de fiscalização de produtos destinados à alimentação animal no DF é atingir a plena conscientização do papel de cada um dos atores envolvidos e, o foco de todos os fabricantes na busca de 100% de conformidade nos produtos comercializados.

Os dados discriminados das atividades realizadas no ano de 2011, dentro desta ação, estão apresentados na tabela a seguir:

Execução física e financeira das ações realizadas pela UJ

Quadro A.2.2 Execução Física e Financeira – Ação 2124

Função	Sub Função	Programa	Ação	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Execução Física			Execução Financeira	
							Meta prevista	Meta realizada	Meta a ser realizada em 2012	Meta prevista	Meta realizada
20	125	375	2124	A	3	FISC	33	45	42	5.976,41	5.597,57

2.3.3.3.2.3 Desempenho operacional

Dentro dos parâmetros preconizados no SIPLAN, os objetivos foram alcançados com a realização de fiscalizações e atendimento a demanda existente.

Indicador(es) Utilizado(s)

Utilidade	Verificar percentual de atendimento às metas programadas
Indicador	Taxa de Estabelecimentos Fiscalizados / Unidade de Medida: percentagem
Descrição	Relação entre o número de fiscalizações executadas pelo número de fiscalizações programadas
Tipo	Eficácia
Fórmula de Cálculo	$\frac{\text{Total de Fiscalizações Executadas}}{\text{Total de Fiscalizações Programadas}} \times 100$
Método de aferição	Termo de Fiscalização

Serviço Responsável pelo Cálculo e/ou Medição	Serviço de saúde, inspeção e fiscalização animal (SIFISA)
Resultado do Indicador em 2011	100%

* Foi utilizado como parâmetro o produto da ação fornecido pelo SIPLAN (Sistema de Planejamento do MAPA).

Análise do desempenho

Descrição das disfunções estruturais ou situacionais que impactaram o resultado obtido neste indicador	Não Houve
Descrição das principais medidas implementadas e/ou a implementar para tratar as causas de insucesso neste indicador e quem são os responsáveis.	Não Houve

2.3.3.3.4 Ação: 2140 – Fiscalização de Produtos de Uso Veterinário (PI=FISPROVET)

2.3.3.3.4.1 Dados gerais

Tipo	Atividade
Finalidade	Assegurar a oferta de produtos de uso veterinário, em conformidade com as normas de sanidade, a fim de garantir aos consumidores níveis de segurança e qualidade compatíveis com as necessidades dos programas de sanidade animal e com os padrões e exigências internacionais.
Descrição	Licenciamento de estabelecimentos produtores e comerciais e registro de produtos de uso veterinário para fins de licenciamento. Capacitação de fiscais federais agropecuários em boas práticas de fabricação, auditoria, segurança, eficácia e estabilidade de produtos de uso veterinário. Participação em reuniões, simpósios e congressos nacionais e internacionais.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Secretaria de Defesa Agropecuária – SDA/MAPA
Coordenador nacional da ação	Cleber Taylor Melo Carneiro
Unidades executoras	Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no DF

2.3.3.3.4.2 Resultados

No SIPLAN, foram programadas 100 fiscalizações no cronograma físico para o ano de 2011. No total foram realizadas 100 fiscalizações, ou seja, 100% das fiscalizações previstas.

O registro de estabelecimentos comerciais de produtos de uso veterinário tem validade de um ano, devendo ser encaminhado à SFA, anualmente, o pedido de renovação.

Não foi possível, até o presente momento, registrar todos os estabelecimentos comerciais de produtos veterinários do Distrito Federal. Este fato deve-se ao desconhecimento, por parte dos responsáveis técnicos e comerciantes, da necessidade de registro destes estabelecimentos no MAPA; ao constante surgimento de novos estabelecimentos; e à existência de apenas um Fiscal Federal Agropecuário nesta ação, sendo que o mesmo atua nas outras duas ações pertencentes ao Programa de Qualidade de Insumos e Serviços Pecuários. Tampouco é possível a fiscalização de todos os estabelecimentos registrados anualmente, pelo último motivo anteriormente citado.

Produtos de uso veterinário irregulares, ou provenientes de estabelecimentos irregulares, podem trazer riscos à saúde animal e humana, pois não possuem garantia de qualidade,

eficácia e segurança. Assim, as apreensões, e conseqüentes lavraturas dos autos de infração, ocorreram devido à:

- Produção e/ou comercialização de produtos de uso veterinário não registrados no MAPA;
- Produção e/ou comercialização de produtos sem informação da data de fabricação e de validade na sua rotulagem;
- Comercializar produtos de uso veterinário provenientes de fabricante não registrado no MAPA;
- Comercialização de produtos com prazo de validade vencido;
- Comercialização de produtos fracionados de sua embalagem original de fábrica.

Os dados discriminados das atividades realizadas no ano de 2011, dentro desta ação, estão apresentados na tabela abaixo:

Principais Atividades Desenvolvidas	Unidade	Programado	Executado
Estabelecimentos fiscalizados (SIPLAN)	Estabelecimento	100	100
Estabelecimentos comerciais registrados	Estabelecimento	-	58
Registros renovados (comércio)	Estabelecimento	-	107
Registros cancelados (comércio)	Estabelecimento	-	1
Estabelecimento importador registrado	Estabelecimento	-	0
Autorizações de importação de produtos	Requerimento	-	27
Autos de Apreensão	Auto	-	52
Autos de Infração	Auto	-	63

Execução física e financeira das atividades desenvolvidas pela UJ

Quadro A.2.2 Execução Física e Financeira – Ação 2140

Função	Sub Função	Programa	Ação	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Execução Física			Execução Financeira	
							Meta prevista	Meta realizada	Meta a ser realizada em 2012	Meta prevista	Meta realizada
20	125	375	2140	A	3	FISC	100	100	100	2.599,41	2.599,41

2.3.3.3.4.3 Desempenho operacional

No Distrito Federal, a fiscalização nesta ação restringe-se aos estabelecimentos que manipulam, distribuem e comercializam produtos de uso veterinário. Este fato deve-se à ausência de estabelecimentos fabricantes no DF. Portanto, dentro dos parâmetros preconizados no SIPLAN, os objetivos foram alcançados na sua totalidade.

Também foram atendidas as solicitações de registro e renovação de licença de estabelecimentos manipuladores, distribuidores e comerciantes.

Indicador(es) Utilizado(s)

Utilidade	Verificar percentual de atendimento às metas programadas.
Indicador	Taxa de Estabelecimentos Fiscalizados / Unidade de Medida: percentagem
Descrição	Relação entre o número de fiscalizações executadas pelo número de fiscalizações programadas.
Tipo	Eficácia

Fórmula de Cálculo	$\frac{\text{Total de Fiscalizações Executadas} \times 100}{\text{Total de Fiscalizações Programadas}}$
Método de aferição	Termo de Fiscalização.
Serviço Responsável pelo Cálculo e/ou Medição	Serviço de Saúde, Inspeção e Fiscalização Animal (SIFISA)
Resultado do Indicador em 2011	100%

Análise do desempenho

Descrição das disfunções estruturais ou situacionais que impactaram o resultado obtido neste indicador	Não Houve
Descrição das principais medidas implementadas e/ou a implementar para tratar as causas de insucesso neste indicador e quem são os responsáveis.	Não Houve

O resultado de 100% do Indicador de 2011 deve-se ao comprometimento do Fiscal Federal Agropecuário nas ações fiscalizatórias e ao empenho dos servidores de apoio deste serviço.

4.1.3.3.4 Ação: 2141 - Fiscalização de Fertilizantes, Corretivos e Inoculantes (PI=FISFECOI)

4.1.3.3.4.1 Dados gerais

Tipo	Atividade
Finalidade	Melhorar os níveis de conformidade e qualidade dos fertilizantes, corretivos e inoculantes colocados à disposição dos produtores rurais.
Descrição	A Fiscalização de Fertilizantes, Corretivos e Inoculantes consiste da execução dos seguintes processos: 1) Registro de estabelecimentos produtores e comerciais de fertilizantes, corretivos e inoculantes; 2) Registro de produtos; 3) Fiscalização sobre a produção, importação e comercialização desses insumos agrícolas; 4) Elaboração e revisão de normas técnicas relativas à padronização, classificação e registro de produtos e estabelecimentos; 5) Monitoramento e avaliação das ações de fiscalização, por meio da realização de supervisões e auditorias nas unidades descentralizadas no MAPA. Acrescenta-se a esses esforços de a realização de reuniões técnicas e treinamentos em serviços com vistas ao aprimoramento desses processos.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Secretaria de Defesa Agropecuária - SDA/MAPA
Coordenador Nacional da Ação	Hideraldo José Coelho
Unidade executora	Coordenação de Fertilizantes, Corretivos e Inoculantes – CFIC

2.3.3.3.4.2 Resultados

No Sistema de Planejamento - SIPLAN, em 2011, o Coordenador de Ação Nacional – CAN e o Coordenador de Ação Estadual – CAE previram ao todo 300 fiscalizações no cronograma físico para esta ação. Provavelmente, houve a distribuição automática, por unidade da federação, visto que para todos os meses, há a previsão de 25 fiscalizações, ininterruptamente [25 x 12 = 300]. O POA2011, encaminhado à Coordenação de Fertilizantes, Corretivos e Inoculantes – CFIC, previu um total de 80 fiscalizações para o ano de 2011. Trata-se assim do valor a ser considerado. A coluna Previsto Corrigido foi devidamente alterada para a meta física correta.

Foram realizadas, ao todo 115 fiscalizações, ou seja, 143,75% do total corrigido, superando, assim as metas programadas em 43,75%. A quantidade de fiscalizações justificam-se em razão o universo de ação do Distrito Federal [número de Empresas - EP e Estabelecimentos Comerciais – EC]. O DF possui 4 Empresas Produtoras e 51 Estabelecimentos Comerciais registrados. Além dessas, temos a Empresa de Serviço de Limpeza Urbana – SLU, que comercializa material secundário denominado Composto de Lixo Urbano- mediante a autorização CFIC nº 016/2010. Tal estabelecimento produziu, em média, o total de 12.000tn de composto de lixo urbano em 2011.

Em 2011 foi dada prioridade ao registro e à fiscalização de Estabelecimentos Comerciais que atuam na venda de volumes mais significativos, para que a abrangência do universo de trabalho desse segmento fosse mais representativa. Assim, deu-se prioridade à fiscalização nos cinco Estabelecimentos Produtores retrocitados, os quais foram 100% fiscalizados, e estivemos, também, visitando os Estabelecimentos Comerciais que vendem maiores volumes de fertilizantes com o objetivo de realizarem seus registros e a sua renovação de registro, junto ao MAPA. Em 2011, 10 novos Estabelecimentos Comerciais e 1 novo Estabelecimento Produtor de Fertilizante Orgânico Composto foram registrados.

Nas fiscalizações realizadas nos estabelecimentos, sejam produtores ou comerciais, são realizadas amostragem dos fertilizantes para fins de análise fiscais. Em 2011, foram feitas 38 amostragens, representando volume de 12.865,89tn de fertilizantes sólidos e 1.600l de fertilizantes líquidos, sendo todas as amostras analisadas nos Laboratórios Nacionais Agropecuários - LANAGROS do MAPA. Quase todos os resultados das amostras realizadas em 2011, foram recebidos até o presente momento. Deste total, 04 encontram-se fora das garantias declaradas pelo fabricante. O nível de conformidade obtido foi de 97,92% para fertilizante mineral misto e 100% para corretivos de acidez.

Em relação ao emprego de recursos financeiros para execução das atividades supracitadas, os principais custos são com os materiais empregados na coleta de amostras, manutenção de veículo e combustível. Devido à pequena extensão territorial do Distrito Federal, não há necessidade de gastos com diárias e passagens.

Principais Atividades Desenvolvidas	Programadas/ Corrigidas	Executadas
Estabelecimentos fiscalizados (SIPLAN)	80	115
Estabelecimentos registrados em 2011	-	11
Coleta de amostra	39	38
Auto de infração	-	12
Produto apreendido	-	10
Multas aplicadas	-	08*
	-	R\$ 15.460,25

* 08 multas aplicadas referentes a processos administrativos em andamento no final do ano de 2010 e processos de 2011.

Execução física e financeira das ações realizadas pela UJ

Quadro A.2.2 Execução Física e Financeira – Ação 2141

Função	Sub Função	Programa	Ação	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Execução Física			Execução Financeira	
							Meta prevista	Meta realizada	Meta a ser realizada em 2012	Meta prevista	Meta realizada
20	125	375	2141	A	3	FISC	80	115	84	1.246,56	1.213,54

2.3.3.3.4.3 Desempenho operacional

Após a produção, os fertilizantes são colocados em sacarias com identificação ou são armazenados a granel. Estas sacarias são separadas em lotes conforme, categoria e tamanho. Neste momento, os Fiscais Federais Agropecuários coletam amostras, e estas enviadas ao Laboratório Oficial de Análise localizado em Goiânia-GO. Após análise, o laboratório emite os Certificados de Análise Fiscal. Estes boletins são enviados para o Serviço de Fiscalização Vegetal que os analisa e os resultados são confrontados com os valores declarados pelo fabricante atestando ou não a conformidade dos padrões de qualidade. Para os resultados atestados fora dos padrões é emitido Auto de Infração e aberto processo administrativo para apurar as irregularidades na produção e eventual aplicação de medidas cautelares de apreensão de produtos, retirando do comércio os produtos em desacordo com as garantias declaradas.

Escolheu-se usar como indicador a relação percentual entre o número de determinações analíticas de fertilizantes agrícolas dentro dos padrões e o total de determinações analíticas de fertilizantes executadas, pois a qualidade dos insumos agrícolas tem influência direta na produtividade, sendo fator preponderante no incremento da competitividade do agronegócio brasileiro. Vale dizer que o resultado de 97,92% a seguir, demonstra que a qualidade do **fertilizante mineral sólido** produzido e comercializado no DF está acima da média nacional, que é de 80% de conformidade. Foi calculada ainda a conformidade do corretivo de acidez, que para o ano de 2011, foi de 100%.

Indicador(es) Utilizado(s)

Utilidade	Verificar se os fertilizantes produzidos estão de acordo com as garantias fornecidas pelo fabricante.
Indicador	366 - Taxa de Conformidade de Fertilizantes Agrícolas / Unidade de Medida: percentagem
Descrição	Relação percentual entre o número de determinações analíticas de fertilizantes agrícolas dentro dos padrões e o total de determinações analíticas de fertilizantes executadas no ano de 2008.
Tipo	Eficácia
Fórmula de Cálculo	$\frac{\text{Número de Determinações Analíticas de Fertilizantes Agrícolas}}{\text{Padrões}} \times 100$ Número Total de Determinações Analíticas de Fertilizantes Executadas
Método de aferição	Certificados de Análise Fiscal
Área Responsável pelo Cálculo e/ou Medição	Serviço de Inspeção, Sanidade e Fiscalização Vegetal – SIFISV/DDA/SFA-DF.
Resultado do Indicador No exercício 2011	97,92 %

Análise de desempenho

Descrição das disfunções estruturais ou situacionais que impactaram o resultado obtido neste indicador	Manter a amostragem de produtos em empresas, cujas análises foram detectadas deficiências em seus componentes para que se atinja o percentual máximo de conformidade, a exemplo dos corretivos de acidez.
Descrição das principais medidas implementadas e/ou a implementar para tratar as causas de insucesso neste indicador e quem são os responsáveis.	Não Houve.

2.3.3.3.5 Ação: 2177 - Fiscalização de Serviços Agrícolas (PI-FISCAGRIC)

2.3.3.3.5.1 Dados gerais

Tipo	Finalístico
Finalidade	Assegurar a adequada qualidade de máquinas, implementos, insumos e serviços de aviação agrícola, visando compatibilizar o avanço tecnológico com a segurança humana e com a sustentabilidade ambiental
Descrição	Fiscalização das empresas prestadoras de serviços agrícolas e junto aos proprietários de aviões agrícolas; registro e manutenção de cadastro das empresas prestadoras de serviços agrícolas; e homologação e publicação da relação de produtos químicos em condições de serem aplicados pela aviação agrícola.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento
Coordenador Nacional da Ação	Carlos Alberto Nunes Batista
Unidades executoras	Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento

2.3.3.3.5.2 Resultados

Foram realizadas no primeiro semestre, seis fiscalizações a partir de denúncias de moradores da zona rural ou de técnicos que atuam na região, no entanto, sem êxito no flagrante das irregularidades, porém, muito útil para identificar alguns dos operadores das atividades em aviação agrícola. No segundo semestre, período de pouca utilização desse tipo de serviço foram realizadas cinco atividades para fomento e regularização das empresas atuantes na região. Foram realizadas reuniões com representantes, tanto in loco quanto na SFA/DF, para cobrança de documentação pendente e esclarecimentos sobre as ações do MAPA. Os resultados ocorreram de acordo com o programado cabendo destaque para o avanço na regularização das empresas que operam no Distrito Federal.

Execução física e financeira das ações realizadas pela UJ

Quadro A.2.2 Execução Física e Financeira – Ação 2177

Função	Sub Função	Programa	Ação	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Execução Física			Execução Financeira	
							Meta prevista	Meta realizada	Meta a ser realizada em 2012	Meta prevista	Meta realizada
20	125	0375	2177	A	3	Un	15	11	16	500,00	500,00*

* Os recursos utilizados referem-se a combustível para as ações. Nenhum valor foi previsto inicialmente, no entanto, no decorrer do ano foram solicitados e utilizados os valores acima.

2.3.3.3.5.3 Desempenho Operacional

Apesar das atividades terem sido realizadas de acordo com a programação, alguns fatores não contribuíram para o bom desempenho operacional. Primeiro foi o fato de ter sido o primeiro ano que as ações relacionadas à fiscalização da aviação agrícola passaram a ser de responsabilidade da DPDAG gerando algumas dúvidas, principalmente no primeiro semestre. Outro fator importante está relacionado à legislação, já que o Distrito Federal proíbe o uso de aviação agrícola para

aplicação de agrotóxicos e a legislação federal permite, fato este já equacionado. Para o ano de 2012 as atividades poderão ser mais bem executadas.

Indicador(es) Utilizado(s)

Utilidade	Não se aplica
Indicador **	Não há indicador no PPA para o PI FISCAGRIC
Descrição	Não se aplica
Tipo	Não se aplica
Fórmula de Cálculo	Não se aplica
Método de aferição	Não se aplica
Serviço Responsável pelo Cálculo e/ou Medição	Não se aplica
Resultado do Indicador Em 2012	Não se aplica

Análise de desempenho

Descrição das disfunções estruturais ou situacionais que impactaram o resultado obtido neste indicador	Não há indicador oficial que conste no PPA. As ações têm como referência de indicador as fiscalizações realizadas. Neste caso as situações que influenciaram negativamente foi o fato de ter sido o primeiro ano sob a responsabilidade deste setor sem a devida condição para execução adequada das ações. O outro fator foi a incompatibilidade das legislações estadual e federal já citadas.
Descrição das principais medidas implementadas e/ou a implementar para tratar as causas de insucesso neste indicador e quem são os responsáveis.	A principal medida a ser implementada será a oferta do curso de capacitação em fiscalização da aviação agrícola ao técnico responsável por essas ações na DPDAG-DF. Outra medida importante é a adequação da legislação distrital à legislação federal.

2.3.3.3.6 Ação: 2179 – Fiscalização de Sementes e Mudas (PI= FISCALSEM1)

2.3.3.3.6.1 Dados gerais

Tipo	Atividade
Finalidade	Garantir a oferta de materiais de propagação vegetal de qualidade para os produtores rurais e certificar a produção de sementes e mudas para garantia de conformidade com os padrões de qualidade fisiológica, fitossanitária e identidade genética.

Descrição	Fiscalização de Sementes e Mudanças consiste da execução dos seguintes processos: 1) Registro de cultivares; 2) Inscrição de produtor, beneficiador embalador, armazenador, comerciante de sementes e mudas e credenciamento de certificador laboratório amostrador e responsável técnico no Registro Nacional de Sementes e Mudanças-RENASSEM; 3) Fiscalização da produção, comercialização e utilização de sementes e mudas 3) elaboração e revisão de normas técnicas relativas ao registro e credenciamento; 4) Monitoramento e avaliação das ações de fiscalização, por meio da realização de supervisões e auditorias nas unidades descentralizadas no MAPA e nas unidades credenciadas. Acrescenta-se a esses esforços a supervisão e a realização de reuniões técnicas e treinamentos em serviços com vistas ao aprimoramento desses processos.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Secretaria de Defesa Agropecuária - SDA/MAPA
Coordenador nacional da ação	José Neumar Francelino
Unidades executoras	Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no DF

2.3.3.3.6.2 Resultados

A avaliação dos resultados previstos no Cronograma Físico do SIPLAN – Sistema Integrado de Planejamento – Módulo de Acompanhamento e Gerenciamento do PPA - foi realizada com base no Percentual de Execução de Fiscalizações Realizadas - 86,97%. Este é o quociente entre o Realizado sobre o Previsto Corrigido. O Previsto Inicial foi de 408 Fiscalizações Realizadas. O Previsto Corrigido, mês a mês, foi para 284, e o Realizado foi de 247.

Execução física e financeira das ações realizadas pela UJ

Quadro A.2.2 Execução Física e Financeira – Ação 2179

Função	Sub Função	Programa	Ação	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Execução Física			Execução Financeira	
							Meta prevista	Meta realizada	Meta a ser realizada em 2012	Meta prevista	Meta realizada
20	125	375	2179	A	3	FISC	284	247	225	16.822,65	15.291,06

2.3.3.3.6.3 Desempenho operacional

O universo de ação da fiscalização de sementes e mudas foi de 25.000 ha de campos de semente que resultaram em produção estimada de 75.000 toneladas no Distrito Federal. Além dos trabalhos de escritório – registros, homologações e elaboração de Relatórios para Instrução de Julgamento de processos administrativos.

A fiscalização abrangeu 86% das Entidades; 26% dos Campos Inscritos; 100% dos Viveiros Inscritos; e, 0,06% de coleta de amostras sobre os lotes produzidos.

Verificou-se maior atuação na fiscalização de campos e viveiros em detrimento da coleta de amostras.

O número de lotes amostrados foi de 31, sendo 18 analisados em 2011 pelo Laboratório Oficial, resultando em 3 fora dos padrões.

As irregularidades registradas resultaram em 10 Autos de Infração, com suspensão da comercialização de 481 toneladas de sementes.

Indicador(es) Utilizado(s)

Utilidade	Verificar se as sementes estão de acordo com padrões pré-estabelecidos
------------------	--

Indicador	Fiscalização Realizada
Descrição	Relação percentual entre o número de fiscalizações (Termos de Fiscalização + Termos de coletas de amostras + laudos de vistoria + Número de lotes de sementes suspensos) realizadas e o total de fiscalizações previstas.
Tipo	Eficiência
Fórmula de Cálculo	$\frac{\text{Número de Fiscalizações Realizadas pela SIFISV}}{\text{Número de Fiscalizações Programadas Corrigidas}} \times 100$
Método de aferição	Contagem do indicador Fiscalização Realizada (Termos de Fiscalização + Termos de coletas de amostras + laudos de vistoria + Número de lotes de sementes suspensos)
Área Responsável pelo Cálculo e/ou Medição	Serviço de Inspeção, Fiscalização e Sanidade Vegetal - SIFISV
Resultado do Indicador No exercício 2011	86,97

Análise de desempenho

Descrição das disfunções estruturais ou situacionais que impactaram o resultado obtido neste indicador	Reestruturação do quadro de pessoal da Superintendência – Portaria 300/2010 – a área de sementes e mudas passou de 2 fiscais para 1 fiscal para atuar no DF
Descrição das principais medidas implementadas e/ou a implementar para tratar as causas de insucesso neste indicador e quem são os responsáveis.	Há a necessidade de dispor mais um servidor para auxiliar na área.

2.3.3.3.5 Ação: 2909 - Fiscalização de Agrotóxicos e Afins (PI=FISAGROTOX)

2.3.3.3.5.1 Dados gerais

Tipo	Atividade
Finalidade	Assegurar que os agrotóxicos e afins ofertados no mercado interno e externo, sejam efetivos no controle de pragas de plantas cultivadas, que atendam aos requisitos legais para a proteção do meio ambiente e da saúde humana.
Descrição	A Fiscalização de Agrotóxicos e Afins consiste da execução dos seguintes processos: 1) Normalização da atividade pela elaboração de dispositivos legais para orientação sobre procedimentos de registro, fiscalização e aplicação dos agrotóxicos; 2) Registro de agrotóxicos; 3) Credenciamento de empresas para emissão de laudos de eficácia e praticabilidade agrônômica e para o tratamento fitossanitário de vegetais e partes de vegetais para a importação e exportação 4) Fiscalização dos produtos registrados, das entidades credenciadas e do trânsito interestadual; 5) Monitoramento e avaliação das ações de fiscalização, por meio da realização de supervisões e auditorias nas unidades descentralizadas no MAPA. Acrescenta-se a esses esforços a realização de reuniões técnicas e treinamentos em serviços com vistas ao aprimoramento desses processos e a participação nos fóruns internacionais de discussão sobre registro, uso e controle de pesticidas (FAO, Codex Alimentarius e Convenções da ONU).
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Secretaria de Defesa Agropecuária - SDA/MAPA
Coordenador Nacional da Ação	Luis Eduardo Pacifici Rangel
Unidades executoras	Coordenação Geral de Agrotóxicos e Afins – CGAA

2.3.3.3.5.2 Resultados

No Sistema de Planejamento - SIPLAN, em 2011, o Coordenador de Ação Nacional – CAN e o Coordenador de Ação Estadual – CAE não previram ações efetivas para a realização de

atividades, dada a ausência de estabelecimentos e público alvo para a ação até o ano de 2010. No entanto, a Portaria N° 1 de 03 de fevereiro de 2011, publicada na página N° 6, da seção 1 do DOU N° 25 de 04 de fevereiro de 2011, credencia a primeira Estação Experimental para pesquisas e ensaios experimentais com agrotóxicos e afins no DF, objetivando a emissão de laudos de eficiência e praticabilidade agrônômica, de fitotoxidade e de resíduos para fins de registro.

Para tanto, o Serviço de Inspeção, Sanidade e Fiscalização Vegetal – SIFISV/DDA/SFA-DF, programou a execução de 2 fiscalizações obrigatórias, respectivamente para os meses de abril e novembro de 2011, conforme coluna previsto corrigido no SIPLAN. As 2 (duas) fiscalizações técnicas foram realizadas a contento, conforme coluna realizado, além de outras 2 fiscalizações provenientes de apuração de denúncia em conjunto com a SEAGRI-DF realizada no mês de maio, conforme detalhamento constante no referido mês no SIPLAN.

Principais Atividades Desenvolvidas	Programadas	Executadas
Estabelecimentos fiscalizados (SIPLAN)	0	4
Estabelecimentos registrados em 2011	0	1
Coleta de amostra	0	0
Auto de infração	0	0
Produto apreendido	0	0
Multas aplicadas	0	0

Execução física e financeira das ações realizadas pela UJ

Quadro A.2.2 Execução Física e Financeira – Ação 2909

Função	Sub Função	Programa	Ação	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Execução Física			Execução Financeira	
							Meta prevista	Meta realizada	Meta a ser realizada em 2012	Meta prevista	Meta realizada
20	125	375	2909	A	3	FISC	0	4	2	19.460,77	19.457,37

2.3.3.3.5 Desempenho Operacional

Na execução financeira, ao longo do ano de 2011, houve a participação no Encontro Técnico Anual – ENFISA – 9º Encontro de Fiscalização e Seminário Nacional sobre Agrotóxicos, realizado na cidade de Campo Grande – MS. Houve ainda a participação exclusiva no encontro regional que precede a reunião nacional, que por sua vez aconteceu na cidade de Porto Alegre – RS. Houve ainda a descentralização de recursos para viabilizar a participação de 2 FFA na IV Reunião Anual de Insumos Agrícolas – RAIA na cidade de Maceió/AL.

Indicador(es) Utilizado(s)

Utilidade	Verificar se os Defensivos produzidos estão de acordo com as garantias fornecidas pelo fabricante.
Indicador **	Taxa de Conformidade de Defensivos Agrícolas
Descrição	Relação percentual entre o número de determinações analíticas de defensivos agrícolas dentro dos padrões e o total de determinações analíticas de defensivos executados no ano.

Tipo	Eficácia
Fórmula de Cálculo	$\frac{\text{Número de Determinações Analíticas de Defensivos Padrões} \times 100}{\text{Número Total de Determinações Analíticas de Defensivos Executadas}}$
Método de aferição	Certificados de Laboratório
Serviço Responsável pelo Cálculo e/ou Medição	Serviço de Inspeção, Sanidade e Fiscalização Vegetal – SIFISV/DDA/SFA-DF
Resultado do Indicador Em 2012	*

* Sem haver empresa produtora no DF, logo não houve atividade que impactasse o referido indicador de conformidade dos Defensivos Agrícolas, visto que não houve coleta/aferição de qualidade de agrotóxicos.

Análise de desempenho

Descrição das disfunções estruturais ou situacionais que impactaram o resultado obtido neste indicador	Não Houve
Descrição das principais medidas implementadas e/ou a implementar para tratar as causas de insucesso neste indicador e quem são os responsáveis.	Não Houve

2.3.4 Programa: 1442 – Desenvolvimento Sustentável do Agronegócio

2.3.4.1. Dados Gerais:

Tipo	Finalístico
Objetivo Geral	Contribuir para a garantia da qualidade e competitividade dos agropecuários brasileiros, tendo por princípio a organização setorial das cadeias produtivas, o uso de boas práticas, a agregação de valor à produção e a busca da sustentabilidade ambiental, social e econômica das atividades agropecuárias.
Objetivo Específico	Garantir o fomento e estímulo a produção sustentável econômica, social e ambiental no Distrito Federal.
Gerente do Programa	Erikson Camargo Chandoha
Gerente Executivo	Carlos Magno Chaves Brandão
Responsável pelo programa no âmbito da UJ	Ariadne Nemer Xavier
Indicadores ou parâmetros utilizados	* Número de Tecnologias Protegidas no Âmbito do Agronegócio Nacional * Taxa de Participação das Exportações Brasileiras no Mercado Mundial de Frutas * Taxa de Participação de Associados de Associações Rurais e Cooperativas na População Brasileira * Taxa de Participação dos Alimentos Orgânicos na Produção Agropecuária Brasileira * Taxa de Utilização e Manejo Adequados do Solo
Público alvo	Produtores, cooperativas, agroindústrias, pesquisadores e técnicos do setor agropecuário

2.3.4.2. Principais Ações do Programa

➤ **Ação 4720 – Aplicação de Mecanismos de Garantia da Qualidade Orgânica (PI= CERTORGAN)**

Esta ação é responsável pela aplicação das normas legais através dos trabalhos de fiscalização e inspeção em toda cadeia produtiva dos produtos orgânicos produzidos e comercializados no Distrito Federal. Esta é a forma que poderá garantir ao consumidor a aquisição de produtos de qualidade, respeitada a legislação vigente.

2.3.4.3. Gestão das Ações

2.3.4.3.1 Ação 4720 – Aplicação de Mecanismos de Garantia da Qualidade Orgânica (PI= CERTORGAN)

2.3.4.3.1.1 Dados gerais:

Tipo	Atividade
Finalidade	Garantir ao consumidor a identidade e a qualidade dos produtos orgânicos.
Descrição	Credenciamento, supervisão e auditoria de entidades certificadoras da produção orgânica; cadastramento e fiscalização de produtores e produtos orgânicos; supervisão e orientação dos órgãos responsáveis pelo cadastramento e fiscalização dos produtores orgânicos não certificados; fiscalização do comércio de produtos clandestinos ou falsificados; capacitação de recursos humanos para a fiscalização e auditorias; implantação e manutenção de sistema de informações sobre entidades certificadoras, produtores e produtos orgânicos.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	SDC/MAPA
Coordenador da ação nacional	Rogério Pereira Dias
Unidade executora	Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no DF

2.3.4.3.1.2 Resultados:

A publicação do Decreto 6323 de 28/12/2007 que regulamenta a Lei 10.831 de 23/12/2003 é o marco inicial da regulamentação para aplicação dos mecanismos de garantia da produção orgânica. A partir de janeiro de 2011, com o final do prazo de adequação estipulado no Decreto, passou a valer a obrigatoriedade do atendimento à legislação vigente. As atividades referentes a esta ação se desenvolveram no decorrer do ano, baseadas principalmente na orientação aos fiscalizados, além da fiscalização de rotina.

Execução física e financeira das ações realizadas pela UJ

Quadro A.2.2 Execução Física e Financeira – Ação 4720

Função	Sub Função	Programa	Ação	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Execução Física			Execução Financeira	
							Meta prevista	Meta realizada	Meta a ser realizada em 2012	Meta prevista	Meta realizada
20	125	1442	4720	A	3	Unidade	32	21	40	0,00	0,00

Não houve solicitação de recursos no ano de 2011. As ações foram realizadas com despesas referentes apenas a combustível oriundo de outros PIs sendo utilizado conjuntamente em saídas para outras ações.

2.3.4.3.1.3 Desempenho Operacional:

As metas apontadas acima referem-se apenas ao cadastramento de produtores e seus Organismos de Controle Social. Não houve programação para realização das ações de fiscalização, no entanto, todas as demandas que surgiram no decorrer do ano foram atendidas.

Utilidade	Fiscalização e implantação da rede de produção orgânica e sua adequação à legislação brasileira da agricultura orgânica
Indicador	Área sob sistemas orgânicos de produção (hectares)
Descrição	Não definido pelo coordenador de ação nacional
Tipo	Não definido pelo coordenador de ação nacional
Fórmula de Cálculo	Área sob sistemas orgânicos de produção = área de agropecuária orgânica + área de extrativismo sustentável orgânico.
Método de aferição	Áreas sob sistemas orgânicos de produção incluídas no sistema informatizado para Controle da Produção orgânica Brasileira e do cadastro nacional de produtores Orgânicos
Serviço Responsável pelo Cálculo e/ou Medição	Coordenação de Agroecologia
Resultado do Indicador em 2011	Ainda não implantado devido ao atraso na implantação do Sistema Informatizado

Avaliação dos resultados: Neste primeiro ano de vigência da legislação após o período de adequação não foi possível avançar de acordo com o desejado já que várias dificuldades operacionais ocorreram principalmente a falta de recursos, que dificultaram inclusive as capacitações e o nivelamento para aplicação dos procedimentos de fiscalização.

INFORMAÇÕES RELEVANTES SOBRE O PROGRAMA 1442 – DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO AGRONEGÓCIO

Ações que apresentaram problemas de execução: De um modo geral todas as ações foram comprometidas na execução já que os problemas foram de ordem operacional. Dois foram os fatores principais: Primeiro ano da aplicação das normas sem o devido preparo dos fiscais para execução das atividades; grande contingenciamento de recursos.

Ações que superaram de forma significativa as metas estabelecidas: As metas não foram previamente estabelecidas. Todas as ações foram realizadas aquém das expectativas pelos motivos já apresentados.

Ações Prioritárias na LDO: A ação 4720 - Aplicação de Mecanismos de Garantia da Qualidade Orgânica não está contemplada como prioritária na LDO, no entanto, contribui fortemente para a promoção do crescimento econômico ambientalmente sustentável apontado como prioritário. Desta forma as ações realizadas tiveram resultado positivo sobre as ações prioritárias na LDO.

2.3.5 Programa: 0356 - Segurança e Qualidade de Alimentos e Bebidas

Garantir a inocuidade e melhoria da qualidade dos produtos e alimentos de origem animal e vegetal é de fundamental importância para a adequada proteção do consumidor, bem como para assegurar a competitividade da agroindústria brasileira, tanto para o comércio nacional como internacional, contribuindo para a redução do Custo Brasil e adequando, ainda, às regras e padrões internacionais nos termos dos acordos da OMC, especialmente de Agricultura.

Ressalta-se ainda a influência e interação com outras áreas e atividades, como o melhoramento da produtividade agrícola e pecuária, demanda de pesquisas aplicadas, melhor implementação dos sistemas de classificação produtos de origem vegetal e animal, políticas de abastecimento e comercialização.

Os riscos à saúde humana, pela contaminação de produtos de origem agropecuária, e ao mercado, pela fraude e ausência de qualidade e conformidade se constituem no principal problema a ser controlado pelo Programa de Segurança e Qualidade dos Alimentos e Bebidas.

As ações são planejadas e coordenadas pelas unidades executoras e implantadas de forma descentralizada. A implementação do Sistema de Análise de Perigo e Pontos Críticos de Controle - APPCC é oficializada pelos Serviços de Inspeção e implantada pelas indústrias, constituindo-se em ação integrada e que requer parcerias internas e externas ao setor público. Igualmente as ações de classificação de vegetais e de carcaças de animais de açougue.

Portanto, o planejamento e coordenação são ações dos órgãos centrais e a implantação e execução é de responsabilidade compartilhada, ocorrendo nas indústrias de processamento de produtos agropecuários. Criação de equipes profissionais multidisciplinares dos segmentos envolvidos em cada área de atividade para implementação conjunta, desde a fase de capacitação, difusão e execução das atividades, reservando-se as ações de auditoria e certificação aos órgãos oficiais.

2.3.5.1 Dados gerais:

Tipo	Finalístico
Objetivo geral	Assegurar a qualidade e inocuidade de alimentos, bebidas e correlatos ofertados aos usuários.
Objetivos Específicos	Garantir a segurança alimentar
Gerente do programa	Francisco Sérgio Ferreira Jardim
Responsável pelo programa no âmbito da UJ	Luiz Cláudio Coelho
Indicadores utilizados (*)	2536 - Índice de Conformidade de Produtos de Origem Animal e Vegetal / Unidade de Medida: número índice.
Público-alvo (beneficiários)	Produtores, indústrias, cerealistas, armazenistas, estabelecimentos comerciais, bolsas de mercadorias e consumidores.

2.3.5.2 Principais Ações do Programa

➤ 8938 - Inspeção e Fiscalização de Produtos de Origem Animal (PI = INSPANIMAL3)

Visa fiscalizar, inspecionar e supervisionar as atividades dos estabelecimentos registrados ou relacionados com o Serviço de Inspeção Federal - SIF, além de fiscalizar, através da inspeção de comércio varejista e atacadista e do atendimento às denúncias, a comercialização de produtos de origem animal irregulares e clandestinos (sem inspeção), no território do Distrito Federal.

➤ 8939 - Inspeção e Fiscalização de Produtos de Origem Vegetal (PI = IPVEGETAL2)

Visa a garantir a qualidade e a idoneidade dos produtos de origem vegetal, notadamente, as bebidas, vinagres, polpas de frutas e vinhos e derivados da uva e do vinho ofertados ao consumidor, por meio do controle dos processos de registro, produção, comércio, importação e exportação dos mesmos.

➤ **4746 - Padronização, Classificação, Fiscalização e Inspeção de Produtos de Origem Vegetais**
(PI = PADCLASSIF)

Visa a fiscalizar a classificação vegetal da produção, importação e exportação e comercialização interestadual e internacional de produtos de origem vegetal com padrão oficial, destinados diretamente ao consumo humano ou a importação.

➤ **4745 – Fiscalização das Atividades com Organismos Geneticamente Modificados (PI FISCORGEN)**

Acompanhamento e fiscalização de atividades que envolvam organismos geneticamente modificados (OGM), a fim de garantir o cumprimento das determinações da CTNBio.

2.3.5.3 Gestão das ações

2.3.5.3.1 Ação: 8938 - Inspeção e Fiscalização de Produtos de Origem Animal (PI INSPANIMAL3)

2.3.5.3.1.1 Dados gerais:

Tipo	Finalístico
Finalidade	Garantir a segurança higiênico-sanitária e tecnológica, a identidade e qualidade dos produtos e subprodutos de origem animal.
Descrição	a) Inspeção tecnológica e higiênico-sanitária nas indústrias que abatem animais ou recebem, produzem, manipulam e beneficiam matéria-prima de origem animal, envolvendo a inspeção ante-mortem e post-mortem dos animais de consumo humano, a fiscalização dos produtos industrializados, subprodutos e derivados de modo geral, decorrentes do abate, a fiscalização dos estabelecimentos das áreas de leite, pescado, ovos, mel, cera de abelha e outros produtos apícolas, coalhos, margarinas, produtos derivados e subprodutos de origem animal, comestíveis ou não-comestíveis, adicionados ou não de produtos vegetais, bem como aqueles que armazenam, distribuem ou manipulem estes produtos, e a realização de rotinas operacionais com vistas à confirmação do atendimento às normas vigentes e aos acordos internacionais para manutenção do Brasil no mercado de exportação; b) Fiscalização dos produtos acabados (industriais) e dos estabelecimentos comerciais que geram grandes quantitativos de apreensão de produtos adulterados ou de qualidade comprometida; c) Estabelecimento de diretrizes básicas, normas e regulamentos para a garantia da qualidade dos produtos de origem animal, baseados nos princípios gerais do Sistema de Análise de Perigos e Pontos Críticos de Controle (APPCC) e seus pré-requisitos. Boas Práticas de Fabricação (BPF) e Procedimentos-Padrão de Higiene Operacional (PPHO) e Sistema de Análise de Risco nos processos de produção, beneficiamento, armazenamento, transporte e processamento; inspeção, certificação, monitoramento, supervisões, auditorias e rastreamento do sistema; capacitação de recursos humanos (fiscais, auditores, RT e demais agentes envolvidos na cadeia produtiva); supervisão e auditoria das atividades descentralizadas ou credenciadas; d) Classificação e tipificação de produtos de origem animal destinados ao comércio interestadual ou internacional e certificação de produtos com qualidade diferenciada.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Coordenação-Geral de Inspeção – CGI / DIPOA / SDA
Coordenador nacional da ação	Pedro Henrique Salgado Bueno
Unidades executoras	Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Distrito Federal

2.3.5.3.1.2 Resultados:

Execução Física e Financeira das Ações Realizadas pela UJ

Quadro A.2.2 Execução Física e Financeira – Ação 8938

Função	Sub Função	Programa	Ação	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Execução Física			Execução Financeira	
							Meta prevista	Meta realizada	Meta a ser realizada em 2012	Meta prevista	Meta realizada
20	125	356	8938	A	3	Estab.	21	34	21	33.151,00	32.675,73

2.3.5.3.1.3 Desempenho Operacional

No ano de 2011, o serviço de inspeção de produtos de origem animal teve bom desempenho nas atividades de inspeção e fiscalização de estabelecimentos produtores e distribuidores de produtos de origem animal. A meta mensal prevista para o ano de 2011 foi de 21 estabelecimentos inspecionados, sendo que atualmente temos registrados 34 estabelecimentos, inspecionados mensalmente. Além disso, foram realizadas 21 auditorias/supervisões nesses estabelecimentos das quais somente 03 obtiveram resultados não conformes e consequentemente autuadas pelo serviço. Para o ano de 2012, o ideal é que o SIFISA/DDA/SFA-DF consiga auditorias/ supervisões em todos os estabelecimentos registrados com SIF, porém para isso há necessidade imediata de reposição do quadro atual de Fiscais Federais Agropecuários e Agentes de Inspeção Sanitária e Industrial de produtos de origem animal (déficit de 50% dos servidores atuais por transferências e por aposentadorias).

Indicador(es) Utilizado(s)

Utilidade	Indica o índice de estabelecimentos auditados em conformidade com a legislação e o índice de amostras de produtos analisados em conformidade com legislação.
Indicador	2536 - Índice de Conformidade de Produtos de Origem Animal / Unidade de Medida: número índice.
Descrição	O índice depende diretamente da atividade de fiscalização do processo de produção e dos produtos de origem animal. O valor do índice varia de 0 a 1, sendo que quanto mais próximo de 1 melhor é a qualidade da produção animal fiscalizada.
Tipo	Efetividade
Fórmula de Cálculo	ICA - Índice de conformidade de produtos de origem animal; ICA = $(0,7 \times (RA/NT) + 0,3 \times (AC/NA))$, em que: RA - Número de relatórios de auditoria conformes; NT - Número total de relatórios de auditoria; AC - Número de amostra de produtos em conformidade; NA - Número total de amostras analisadas.
Método de aferição	Relatórios de Auditoria e de Supervisão, Autos de Infração, Autos de Apreensão, Termos de Fiscalização, Certificados Oficiais de Análise.

Serviço Responsável pelo Cálculo e/ou Medição	Serviço de Saúde, Inspeção e Fiscalização Animal - SIFISA
Resultado do Indicador em 2011	RA = 18 NT = 21/ AC = 240 NA = 252 ICA = 0,599 + 0,285 = 0,884

Análise de desempenho

Descrição das disfunções estruturais ou situacionais que impactaram o resultado obtido neste indicador	O número insuficiente de servidores Fiscais Federais Agropecuários e Agentes de Inspeção Sanitária e Industrial tem prejudicado demasiadamente a realização das auditorias e supervisões nos estabelecimentos sob SIF tanto de inspeção permanente como os de inspeção periódica, impactando diretamente na execução satisfatória dos trabalhos.
Descrição das principais medidas implementadas e/ou a implementar para tratar as causas de insucesso neste indicador e quem são os responsáveis.	A reposição de servidores, Fiscais Federais Agropecuários e Agentes de Inspeção Sanitária e Industrial, visto que a deficiência do quadro tem afetado diretamente na execução dos trabalhos. Localização dos Fiscais Federais Agropecuários nos principais SIF's de abate e redistribuição dos Agentes de Inspeção Sanitária e Industrial de produtos de origem animal nos demais SIF's para atendimento das inspeções e fiscalizações mensais. A maior causa atual de insucesso do indicador é a carência de servidores na inspeção de produtos de origem animal da SFA-DF.

2.3.5.3.2 Ação: 8939 – Inspeção e Fiscalização de Produtos de Origem Vegetal (PI = IPVEGETAL2)

2.3.5.3.2.1 Dados gerais

Tipo	Finalístico
Finalidade	- Garantir a segurança higiênico – sanitária e tecnológica dos alimentos, bebidas e demais produtos, subprodutos e derivados de origem vegetal. - Estabelecimento de normas e regulamentos técnicos para o controle da qualidade dos alimentos, bebidas e demais produtos, subprodutos e derivados de origem vegetal; inspeção, fiscalização. - Registros, credenciamento, monitoramento, certificação e auditorias dos pontos industriais de alimentos, bebidas e demais produtos, subprodutos e derivados de origem vegetal - Fiscalização e registro dos alimentos, bebidas e demais produtos, subprodutos e derivados de origem vegetal, bem como a realização de análise prévia a importação e exportação desses produtos - Capacitação de recursos humanos para fiscalização da qualidade e segurança dos alimentos, bebidas e demais produtos, subprodutos e derivados de origem vegetal. - Celebração de convênio entre o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento e demais entidades envolvidas nas ações de inspeção e fiscalização dos estabelecimentos produtores de alimentos, bebidas e demais produtos, subprodutos e derivados de origem vegetal.

Descrição	A) Inspeção e fiscalização em estabelecimentos que produzem alimentos, bebidas e demais produtos, subprodutos e derivados de origem vegetal, de onde são coletadas as amostras para avaliação da qualidade do produto. B) Coleta de amostras dos alimentos, bebidas e demais produtos, subprodutos e derivados de origem vegetal importados, recebendo a certificação de garantia em conformidade com os padrões de identidade e de conformidade oficiais. C) Fechar temporariamente ou permanentemente estabelecimentos produtores de alimentos, bebidas e demais produtos, subprodutos e derivados de origem vegetal que não estejam em conformidade com as normas e regulamento técnicos oficiais, evitando a disponibilidade no mercado de produtos de origem vegetal impróprios ou que possam prejudicar a saúde humana. D) Retirar do mercado alimentos, bebidas e demais produtos, subprodutos e derivados de origem vegetal impróprios ou que possam prejudicar a saúde humana. E) Capacitação de técnicos nos procedimentos de inspeção e fiscalização dos alimentos, bebidas e demais produtos, subprodutos e derivados de origem vegetal.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Coordenação-Geral de Vinhos e Bebidas – CGVB / DIPOV / SDA
Coordenador nacional da ação	Helder Moreira Borges
Unidades executoras	Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Distrito Federal

2.3.5.3.2.2 Resultados

Nas 33 inspeções programadas foram realizadas 26, nas quais foram lavrados 11 autos de infração. Em 2011 foi alcançada taxa de conformidade de 79%, demonstrando que a fiscalização tem apresentado resultados efetivos na detecção de irregularidades.

Execução Física e Financeira das Ações Realizadas pela UJ

Quadro A.2.2 Execução Física e Financeira – Ação 8939

Função	Sub Função	Programa	Ação	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Execução Física			Execução Financeira	
							Meta prevista	Meta realizada	Meta a ser realizada em 2012	Meta prevista	Meta realizada
20	125	356	8939	A	3	Estab.	33	26	27	13.289,05	13.289,05

2.3.5.3.2.3 Desempenho operacional:

O somatório do quantitativo fiscalizado alcançou montante de 79% da estimativa regional lançada na programação. Fiscalização: o Indicador utilizado demonstra o grau de conformidade dos produtos de origem vegetal produzidos no DF. Demonstra também que as ações fiscais desenvolvidas vêm surtindo efeito ao longo dos anos. Ressalta-se a melhoria do Serviço com a qualificação de servidores mediante treinamento e o investimento em equipamentos para exercício das atividades de inspeção de produtos de origem vegetal.

Indicador Utilizado

Utilidade	Indica o índice de estabelecimentos registrados que foram inspecionados e o índice de amostras de produtos analisados em conformidade com legislação.
Indicador	2536 - Índice de Conformidade de Produtos de Origem Animal e Vegetal / Unidade de Medida: número índice.
Descrição	O índice depende diretamente da atividade de fiscalização do processo de produção e dos produtos de origem vegetal. O valor do índice varia de 0 a 1, sendo que quanto mais próximo de 1 melhor é a qualidade da produção vegetal fiscalizada.
Tipo	Eficácia
Fórmula de Cálculo	O índice depende diretamente da atividade de fiscalização do processo de produção e dos produtos de origem animal e vegetal, calculada da seguinte forma: ICV - Índice de conformidade de produtos de origem vegetal: $ICV = (0,5 \times (LVA/LVP)) + (0,5 \times (AC/NA))$, onde: LVA – Lista de Verificação Aplicada; LVP - Lista de Verificação Programada; AC - Número de amostra de produtos em conformidade; NA - Número total de amostras analisadas.
Método de aferição	Termos de Inspeção, Listas de Verificação, Laudos de Análise Laboratorial.
Serviço Responsável pelo Cálculo e/ou Medição	Serviço de Sanidade, Inspeção e Fiscalização Vegetal - SIFISV
Resultado do Indicador em 2011	Valores das Variáveis: LVA = 26 (**), LVP = 33, AC = 22, NA = 34 $ICV = 0,39 + 0,40 = 0,79$

Análise de desempenho

Descrição das disfunções estruturais ou situacionais que impactaram o resultado obtido neste indicador	O resultado da ação não obteve sucesso, em vista do longo período, de julho a outubro, sem FFA na área de bebidas.
Descrição das principais medidas implementadas e/ou a implementar para tratar as causas de insucesso neste indicador e quem são os responsáveis.	A vinda de um FFA para o Setor de bebidas e a aplicação sistemática das Listas de Verificação. Os responsáveis são o Chefe do Serviço e a equipe de fiscalização.

2.3.5.3.3 Ação: 4746 - Padronização, Classificação, Fiscalização e Inspeção de Produtos Vegetais - (PI = PADCLASSIF)

2.3.5.3.3.1 Dados gerais

Tipo	Atividade
Finalidade	Garantir a identidade, qualidade e segurança dos alimentos de origem vegetal e subprodutos e derivados de origem vegetal. Desenvolvimento de estudos e pesquisas para padronização de alimentos de origem vegetal, subprodutos e derivados de origem vegetal; Estabelecimento de normas e regulamentos técnicos para validação dos padrões dos produtos de origem vegetal, e seus subprodutos; Classificação dos alimentos e demais produtos, subprodutos e derivados de origem vegetal para certificação da identidade, qualidade e segurança antes de serem colocados à disposição dos consumidores; Credenciamento dos estabelecimentos que exercem a classificação dos alimentos e demais produtos, subprodutos e derivados de origem vegetal, além da realização de fiscalização e auditorias nesses estabelecimentos credenciados; Fiscalização da identidade, qualidade e segurança dos alimentos, e demais produtos, subprodutos e derivados de origem vegetal durante as fases de preparação, embalagem e comercialização; Capacitação de recursos humanos para a fiscalização da qualidade e segurança dos alimentos e demais produtos, subprodutos e derivados de origem vegetal; Celebração de convênio entre o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento e demais entidades envolvidas nas ações de inspeção e fiscalização dos estabelecimentos produtores de alimentos e demais produtos, subprodutos e derivados de origem vegetal.

Descrição	Coleta de amostras dos alimentos e demais produtos, subprodutos e derivados de origem vegetal, importados e nacionais para análise e avaliação. Inspecção e avaliação das condições técnicas para o exercício da classificação em entidades públicas e privadas. O laudo gerado através dessa atividade é pré-requisito para o credenciamento ou para a renovação do credenciamento da entidade junto ao Ministério da Agricultura. Fiscalizações em estabelecimentos que processam, embalam, distribuem e comercializam alimentos de origem vegetal padronizados e demais produtos, subprodutos e derivados de origem vegetal, de onde serão coletadas as amostras para avaliação da qualidade do produto. Interditar temporariamente ou permanentemente estabelecimentos produtores de alimentos de origem vegetal, subprodutos e derivados de origem vegetal que não estejam em conformidade com as normas e regulamentos técnicos oficiais, evitando a disponibilidade no mercado de produtos de origem vegetal, impróprios ou que possam prejudicar a saúde humana. Retirar do mercado alimentos e demais produtos, subprodutos e derivados de origem vegetal fora dos padrões oficiais ou que possam prejudicar a saúde humana. Capacitação de técnicos nos procedimentos de inspecção e fiscalização dos alimentos de origem vegetal padronizados. .
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Coordenação-Geral da Qualidade Vegetal do Departamento de Inspecção de Produtos de Origem Vegetal – CGQV/DIPOV/MAPA.
Coordenador Nacional da Ação	Fábio Florêncio Fernandes
Unidade executora	Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Distrito Federal

O SIFISV/DDA/SFA/DF, executa as seguintes atividades e processos na área de Qualidade Vegetal: 1) fiscaliza a classificação de produtos vegetais, seus subprodutos e resíduos de valor econômico padronizados; 2) credencia e fiscaliza entidades credenciadas para classificação vegetal; e 3) subsidia a elaboração ou alteração de padrões e especificações destes produtos. Á partir de julho de 2011 o serviço passou a contar com 2 (dois) Fiscais Federais Agropecuários e 02 (dois) Agentes de Atividades Agropecuárias, ambos classificadores e uma estagiária da área de agronomia.

2.3.5.3.3.2 Resultados:

Execução física e financeira das ações realizadas pela UJ

Quadro A.2.2 Execução Física e Financeira – Ação 4746

Função	Sub Função	Programa	Ação	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Execução Física			Execução Financeira	
							Meta prevista	Meta realizada	Meta a ser realizada em 2012	Meta prevista	Meta realizada
20	125	356	4746	A	3	t	240	1.349	1.000	31.790,05	28.790,05

2.3.5.3.3.3 Desempenho operacional:

O Indicador de desempenho utilizado revela o índice de conformidade de amostras coletadas e analisadas

Indicador(es) Utilizado(s):

Utilidade	O indicador tem a finalidade de avaliar o grau de conformidade da quantidade de amostras de produtos vegetais para o período estabelecido.
Indicador	Taxa de Conformidade na Produção de Alimentos e Bebidas / Unidade de Medida: percentagem
Descrição	Depende do número de fiscalizações realizadas e do número de autos de infração lavrados durante o ano.
Tipo	Efetividade
Fórmula de Cálculo	$(QACa/QACb0) \times 100 = (167/204) \times 100 = 81,8\%$ - QACa = Quantidade de amostras analisadas e classificadas dentro da normalidade. - QCAb = Quantidade de amostras coletadas dos estabelecimentos produtores, embaladores e comerciantes de produtos de origem vegetal
Método de aferição	Termos de Fiscalização e Autos de Coleta de Amostra.
Serviço Responsável pelo Cálculo e/ou Medição	Serviço de Sanidade, Inspeção e Fiscalização Vegetal - SIFISV
Resultado do Indicador em 2011	Valores das Variáveis: EI = 26 (**), EP = 33, AC = 167, NA = 204 ICV = $0,39 + 0,40 = 0,79$

Análise de desempenho:

Descrição das disfunções estruturais ou situacionais que impactaram o resultado obtido neste indicador	Faz-se necessário a reciclagem dos dois classificadores.
Descrição das principais medidas implementadas e/ou a implementar para tratar as causas de insucesso neste indicador e quem são os responsáveis.	Foi contratada empresa prestadora de serviço de classificação a partir de julho de 2011, contribuindo para o cumprimento das metas.

2.3.5.3.4 Ação 4745 – Fiscalização das Atividades com Organismos Geneticamente Modificados (PI FISCORGEN)

2.3.5.3.4.1 Dados gerais

Tipo	Fiscalização envolvendo Organismos Geneticamente Modificados
Finalidade	Garantir a identidade, qualidade e segurança dos alimentos, bebidas e demais produtos, subprodutos e derivados de origem vegetal
Descrição	Desenvolvimento de estudos e pesquisas para padronização de alimentos, bebidas e demais produtos, subprodutos e derivados de origem vegetal; Estabelecimento de normas e regulamentos técnicos para validação dos padrões dos alimentos, bebidas e demais produtos, subprodutos e derivados de origem vegetal; classificação dos alimentos, bebidas e demais produtos, subprodutos e derivados de origem vegetal para certificação da identidade, qualidade e segurança antes de serem colocados à disposição dos consumidores; credenciamento dos estabelecimentos que exercem a classificação dos alimentos e demais produtos, subprodutos e derivados de origem vegetal, além da realização de fiscalização e auditorias nesses estabelecimentos credenciados; fiscalização da identidade, qualidade e segurança dos alimentos, bebidas e demais produtos, subprodutos e derivados de origem vegetal durante as fases de preparação, embalagem e comercialização; capacitação de recursos humanos para a fiscalização da qualidade e segurança dos alimentos, bebidas e demais produtos, subprodutos e derivados de origem vegetal; celebração de convênio entre o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento e demais entidades envolvidas nas ações de inspeção e fiscalização dos estabelecimentos produtores de alimentos, bebidas e demais produtos, subprodutos e derivados de origem vegetal.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Coordenação de Biossegurança-CBIO/MAPA

Coordenador Nacional da Ação	Marcus Vinícius Coelho
Unidades executoras	SIFISV/SFA-DF

2.3.5.3.4.2 Resultados

Fiscalizações de experimentos envolvendo OGM conforme demanda e atendimento de meta programada para fiscalizações em plantios comerciais de milho, conforme Resolução da CTNBio.

Execução física e financeira das ações realizadas pela UJ

Quadro A.2.2 Execução Física e Financeira – Ação 4745

Função	Sub Função	Programa	Ação	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Execução Física			Execução Financeira	
							Meta prevista	Meta realizada	Meta a ser realizada em 2012	Meta prevista	Meta realizada
20	604	356	4745	A	3	Fisc.*	20	21	28	2.440,00	2.362,45

* Fiscalização

2.3.5.3.4.3 Desempenho Operacional

Acompanhamento e fiscalização de experimentos científicos e de plantios comerciais que envolvam organismos geneticamente modificados para garantir o cumprimento das determinações da CTNBio e demais legislações referentes a OGM.

Indicador(es) Utilizado(s)

Utilidade	Atender determinações da CTNBio, conforme necessidade de atendimento de medidas de biossegurança.
Indicador **	Quantidade de fiscalizações
Descrição	Medição quantitativa de atendimento das determinações da CTNBio.
Tipo	Atividade de fiscalização
Fórmula de Cálculo	Quantidade de fiscalizações realizadas/Quantidade de fiscalizações programadas
Método de aferição	Termos de Fiscalização
Serviço Responsável pelo Cálculo e/ou Medição	CBIO
Resultado do Indicador Em 2011	100%

Análise de desempenho

Descrição das disfunções estruturais ou situacionais que impactaram o resultado obtido neste indicador	Ainda que a falta de equipamentos e recursos não tenham afetado o desempenho operacional, a disponibilização destes faz-se necessária para o incremento da qualidade dos serviços prestados.
---	--

Descrição das principais medidas implementadas e/ou a implementar para tratar as causas de insucesso neste indicador e quem são os responsáveis.	Não houve
--	-----------

INFORMAÇÕES RELEVANTES SOBRE O PROGRAMA 0356 – SEGURANÇA E QUALIDADE DE ALIMENTOS E BEBIDAS

Ações que apresentaram problemas de execução: A ação de Fiscalização e Inspeção de Produtos de Origem Animal tem atualmente número insuficiente de servidores Fiscais Federais Agropecuários e Agentes de Inspeção Sanitária e Industrial tem prejudicado demasiadamente a realização das auditorias e supervisões nos estabelecimentos sob SIF tanto de inspeção permanente como os de inspeção periódica, impactando diretamente na execução satisfatória dos trabalhos.

Ações que superaram de forma significativa as metas estabelecidas: A ação que superou as metas foi a PADCLASSIF, no que diz respeito ao número de coleta de amostras.

Ações Prioritárias na LDO: Todas as metas foram cumpridas frente às ações prioritárias da LDO.

2.4 Desempenho Orçamentário/Financeiro

2.4.1 Programação Orçamentária da Despesa

A SFA-DF não é Unidade Orçamentária – UO.

2.4.2 Programação de Despesas Correntes

Não se aplica.

2.4.3 Programação de Despesas de Capital

Não se aplica

2.4.3.1 Quadro Resumo da Programação de Despesas

Não se aplica

2.4.3.2 Movimentação Orçamentária por Grupo de Despesa

Quadro A.2.7 - Movimentação Orçamentária por Grupo de Despesa

Natureza da Movimentação de Crédito		UG concedente ou recebedora	Classificação da ação	Despesas Correntes		
				1 – Pessoal e Encargos Sociais	2 – Juros e Encargos da Dívida	3 – Outras Despesas Correntes
Movimentação Interna	Concedidos	130101		NOP		836.008,31
	Recebidos					
Movimentação Externa	Concedidos					
	Recebidos	370013				306.457,32
Natureza da Movimentação de Crédito		UG concedente ou recebedora	Classificação da ação	Despesas de Capital		
				4 – Investimentos	5 – Inversões Financeiras	6 – Amortização da Dívida
Movimentação Interna	Concedidos					
	Recebidos					
Movimentação Externa	Concedidos					
	Recebidos					

Fonte: SIAFI

Não ocorreu movimentação orçamentária no grupo despesas correntes nas modalidades pessoal e juros e encargos da dívida, nem em despesas de capital no período.

2.4.4 Execução Orçamentária da Despesa

2.4.4.1 Execução Orçamentária de Créditos originários da UJ

Não se aplica

2.4.4.2 Execução Orçamentária de Créditos Recebidos pela UJ por Movimentação

Não se aplica

2.4.4.2.1 Despesas por Modalidade de Contratação

Não se aplica

2.4.4.2.2 Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa

Não se aplica

2.4.4.2.3 Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesa

Não se aplica

2.4.4.3 Despesas por Modalidade de Contratação dos créditos recebidos por movimentação

Quadro A.2.11 - Despesas por Modalidade de Contratação dos créditos recebidos por movimentação

Modalidade de Contratação	Despesa Liquidada		Despesa paga	
	2011	2010	2011	2010
Licitação				
Convite				
Tomada de Preços				
Concorrência				
Pregão	322.818,82	928.973,55	322.818,82	928.973,55
Concurso				
Consulta				
Contratações Diretas				
Dispensa	53.943,03	70.808,41	53.943,03	70.808,41
Inexigibilidade	44.525,17	54.050,20	44.525,17	54.050,20
Regime de Execução Especial				
Suprimento de Fundos	4.728,84	14.409,22	4.728,84	14.409,22
Pagamento de Pessoal				
Pagamento em Folha				
Diárias	49.002,77	73.664,85	49.002,77	73.664,85
Outras				

Fonte: SIAFI

A UJ utiliza cartão corportativo

* Os gastos com pessoal da SFA-DF serão informados pela CGRH-SPOA, pois a SFA-DF não é uma UPAG, sendo a sua folha executada por aquela Coordenação-Geral, esclarecendo que as demais SFA's, por serem UPAG, receberam tais informações da CGRH.

2.4.5 Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa dos créditos recebidos por movimentação

Quadro A.2.12 - Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa dos créditos recebidos por movimentação

Grupos de Despesa	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2011	2010	2011	2010	2011	2010	2011	2010
1 – Despesas de Pessoal								
1º elemento de despesa	NOP	NOP	NOP	NOP	NOP	NOP	NOP	NOP
2º elemento de despesa	NOP	NOP	NOP	NOP	NOP	NOP	NOP	NOP
3º elemento de despesa	NOP	NOP	NOP	NOP	NOP	NOP	NOP	NOP
Demais elementos do grupo	NOP	NOP	NOP	NOP	NOP	NOP	NOP	NOP
2 – Juros e Encargos da Dívida								
1º elemento de despesa	NOP	NOP	NOP	NOP	NOP	NOP	NOP	NOP
2º elemento de despesa	NOP	NOP	NOP	NOP	NOP	NOP	NOP	NOP
3º elemento de despesa	NOP	NOP	NOP	NOP	NOP	NOP	NOP	NOP
Demais elementos do grupo	NOP	NOP	NOP	NOP	NOP	NOP	NOP	NOP
3- Outras Despesas Correntes								
333.90.14	49.002,77	73.664,85	47.737,60	73.664,85	---	---	47.737,60	73.664,85
333.90.30	147.666,70	133.229,69	96.263,83	117.580,20	15.649,49	11.945,57	96.263,83	113.316,20
333.90.33	61.739,12	73.192,25	35.009,69	38.087,29	35.104,96	32.274,29	35.009,69	30.846,26
333.90.36	14.588,35	9.515,90	14.588,35	9.515,90	---	---	14.588,35	9.515,90
333.90.37	49.969,92	164.560,72	45.805,76	159.966,50	4.594,22	13.306,71	45.805,76	143.894,04
333.90.39	163.537,95 *	170.016,28 **	132.773,44	143.982,29	26.033,99	30.237,60	132.773,44	133.904,20
333.90.47	6.526,26	6.500,00	6.100,30	5.855,18	644,82	939,61	6.100,30	5.855,18
333.91.39	6.500,00	10.343,00	2.801,00	6.961,69	3.381,31	1.742,73	2.801,00	6.961,69

Fonte: SIAFI

* A esse valor não está somado o montante pago de condomínio, ao INCRA, R\$ 306.457,32, pelo critério de rateio das despesas comuns do edifício que ocupamos, de forma proporcional (metragem), montante, esse, não empenhado, vez que o mesmo é repassado àquele instituto mediante Nota de Crédito.

** A esse valor não está somado o montante pago de condomínio, ao INCRA, R\$ 292.982,22, pelo critério de rateio das despesas comuns do edifício que ocupamos, de forma proporcional (metragem), montante, esse, não empenhado, vez que o mesmo é repassado àquele instituto mediante Nota de Crédito.

Os gastos com pessoal da SFA-DF serão informados pela CGRH-SPOA, pois a SFA-DF não é uma UPAG, sendo a sua folha executada por aquela Coordenação-Geral, esclarecendo que as demais SFA's, por serem UPAG, receberam tais informações da CGRH.

2.4.5 Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesa dos créditos recebidos por movimentação

Quadro A.2.13 - Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesa dos créditos recebidos por movimentação

Grupos de Despesa	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
4 - Investimentos	2011	2010	2011	2010	2011	2010	2011	2010
344.90.52	NOP	684.990,08	NOP	209.067,98	475.922,10	19.050,00	NOP	127.399,48
5 - Inversões Financeiras	NOP	NOP	NOP	NOP	NOP	NOP	NOP	NOP
1º elemento de despesa	NOP	NOP	NOP	NOP	NOP	NOP	NOP	NOP
2º elemento de despesa	NOP	NOP	NOP	NOP	NOP	NOP	NOP	NOP
3º elemento de despesa	NOP	NOP	NOP	NOP	NOP	NOP	NOP	NOP
Demais elementos do grupo	NOP	NOP	NOP	NOP	NOP	NOP	NOP	NOP
6 - Amortização da Dívida	NOP	NOP	NOP	NOP	NOP	NOP	NOP	NOP
1º elemento de despesa	NOP	NOP	NOP	NOP	NOP	NOP	NOP	NOP
2º elemento de despesa	NOP	NOP	NOP	NOP	NOP	NOP	NOP	NOP
3º elemento de despesa	NOP	NOP	NOP	NOP	NOP	NOP	NOP	NOP
Demais elementos do grupo	NOP	NOP	NOP	NOP	NOP	NOP	NOP	NOP

Análise crítica

Não ocorreram alterações significativas no exercício, ressalvado sempre, as limitações orçamentárias rotineiras, sendo certo que as despesas aumentam todos os anos e os recursos disponibilizados diminuem. Houve contingenciamento de recursos, em especial, em diárias e investimento, limitando, em muito, nossa atuação. A prejudicar a execução orçamentária, vale relatar a carência de recursos humanos e as suas capacitações, ressaltando o enorme número de servidores da área meio e fim com tempo de serviço para aposentadoria. Vale explicitar que a UJ não dispõe de créditos originários, os recebendo apenas por movimentação, exatamente como ocorre com as demais superintendências. A movimentação para o INCRA decorre de pagamento de cota-parte do condomínio do edifício que compartilhamos.

2.4.6 Indicadores Institucionais

PROGRAMA 1442				
Indicador	Fórmula de Cálculo	Resultado	Utilidade	Mensurabilidade
NÚMERO DE TECNOLOGIAS PROTEGIDAS NO ÂMBITO DO AGRONEGÓCIO NACIONAL	Número de tecnologias geradas e protegidas no âmbito do agronegócio nacional.	Não há registro de sistemas de produção com tecnologias protegidas no DF	Apesar de não haver registros de tecnologias protegidas este indicador é importante para indicar a implantação de novos projetos.	Número de tecnologias protegidas no DF
TAXA DE PARTICIPAÇÃO DAS EXPORTAÇÕES BRASILEIRAS NO MERCADO MUNDIAL DE FRUTAS	Relação percentual entre o valor das exportações de frutas brasileiras e o valor total do comércio mundial de frutas.	O DF não é exportador de frutas	O DF não tem produção significativa de frutas e não há exportação, portanto, não há utilidade desse indicador.	Não se aplica
TAXA DE PARTICIPAÇÃO DE ASSOCIADOS DE ASSOCIAÇÕES RURAIS E COOPERATIVAS NA POPULAÇÃO BRASILEIRA	Relação percentual entre o número de associados de associações rurais e cooperativas frente a população brasileira. obs: O número de associados de associações rurais e cooperativas fornecidas pela OCB - Organização das Cooperativas Brasileiras e demais organizações representativas do setor.	Não temos dados específicos para o DF. Os dados são da OCB a nível nacional	O indicador é importante para medir a evolução do sistema cooperativo e associativo na região.	Não é mensurado
TAXA DE PARTICIPAÇÃO DOS ALIMENTOS ORGÂNICOS NA PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA BRASILEIRA	Relação percentual entre o número de hectares com produção orgânica e o número total de hectares com produção agropecuária nacional.	1% da área total do DF	O indicador é importante para medir a evolução do sistema produtivo e do mercado consumidor de produtos orgânicos no DF	Área total de agricultura orgânica em relação a área útil total agrícola no Distrito Federal
TAXA DE UTILIZAÇÃO E MANEJO ADEQUADOS DO SOLO	Relação percentual entre a área de solo com uso e manejo adequado e a área total agricultável.	Não há dados confiáveis que indiquem a taxa de uso adequado do solo no DF	O indicador é subjetivo e de difícil mensuração, portanto, não é útil	Não é mensurado

PROGRAMA 0375

Indicador	Fórmula de Cálculo	Resultado	Utilidade	Mensurabilidade
ÍNDICE MÉDIO DE EFICIÊNCIA GLOBAL DA ATIVIDADE DE FISCALIZAÇÃO DE MATERIAL GENÉTICO ANIMAL.	Será utilizada para avaliação Análise por Envoltória de Dados (DEA), que é uma técnica multivariável para monitoramento de produtividade de unidades de fiscalização, que fornece dados quantitativos sobre possíveis direções para a melhoria do status quo das unidades de fiscalização descentralizadas, quando ineficientes. É uma avaliação ex post facto da eficiência relativa dos resultados dos gestores estaduais. Será utilizado Modelo CCR orientado a outputs, que permite avaliação objetiva da eficiência global média (fontes e estimativas de montantes das ineficiências identificadas). Considera-se como inputs: nº de fiscais alocados(NFA); nº estabelecimentos registrados(NER); índice de meta física (IMF =1 meta programada/meta realizada); índice de meta orçamentária (IMO = 1 meta programada/meta executada); e como Outputs: nº de termos de fiscalização emitidos(NTF); nº de auditorias realizadas(NAR); e nº de treinamentos(NTR). Será utilizado para cálculo o programa SIAD, desenvolvido e disponibilizado pela COPPE-UFRJ. Será considerado como ÍNDICE MÉDIO DE EFICIÊNCIA GLOBAL DA ATIVIDADE DE FISCALIZAÇÃO DE MATERIAL GENÉTICO ANIMAL, a média das ineficiências calculadas para cada unidade da federação	Segundo a Divisão de Material Genético Animal do Departamento de Fiscalização de Insumos Pecuários (DMG/DFIP/SDA/MAPA) o indicador “ÍNDICE MÉDIO DE EFICIÊNCIA GLOBAL DA ATIVIDADE DE FISCALIZAÇÃO DE MATERIAL GENÉTICO ANIMAL” não está atualizado e, desta forma, não deve ser preenchido. Definiu-se, durante Reunião Anual da DMG em 2011, que o “ÍNDICE DE CONFORMIDADE DE MATERIAL GENÉTICO ANIMAL – ICMGA” será calculado dividindo-se estabelecimentos conformes por estabelecimentos fiscalizados, considerando “estabelecimentos conformes” os estabelecimentos industriais e comerciais de sêmen e embriões fiscalizados e sem autuação e os estabelecimentos avícolas de reprodução que atendem a IN MAPA 56/2007 no momento da fiscalização de rotina ou para registro. A alteração já foi encaminhada à Assessoria de Gestão Estratégica para atualização do índice.	Sem utilidade	Sem mensurabilidade

TAXA DE CONFORMIDADE DE AGROTÓXICOS	Relação percentual entre o número de determinações analíticas de defensivos agrícolas dentro dos padrões e o total de determinações analíticas de defensivos executados no ano.	Sem haver empresa produtora no DF, logo não há atividade que impacta o referido indicador de conformidade de Agrotóxicos, visto que não há coleta/afervação de qualidade de agrotóxicos no DF.	A utilidade deste indicador está ligada à verificação da conformidade do insumo em si, verificada por meio de análises laboratoriais	A mensurabilidade deste indicador está adequada ao que se destina.
TAXA DE CONFORMIDADE DE CORRETIVOS AGRÍCOLAS	Relação entre a quantidade (em toneladas) de corretivos agrícolas dentro dos padrões e a quantidade total analisada no ano, indicada em percentual. Taxa de conformidade de corretivos agrícolas = $(CADG/TCA) \times 100$ CADG - QUANTIDADE DE CORRETIVO ANALISADO DENTRO DA GARANTIA (TONELADAS) TCA - QUANTIDADE TOTAL DE CORRETIVO ANALISADO NO PERÍODO (TONELADA)	100% para o ano de 2011.	A utilidade deste indicador está ligada à verificação da conformidade do insumo em si, verificada por meio de análises laboratoriais.	A mensurabilidade deste indicador está adequada ao que se destina.
TAXA DE CONFORMIDADE DE FERTILIZANTES MINERAIS	Relação entre a quantidade, em toneladas, de fertilizantes minerais dentro dos padrões e a quantidade total analisada no ano, indicada em percentual. Taxa de conformidade de fertilizantes minerais = $(FMADG/TFMA) \times 100$ FMADG - Quantidade de fertilizante mineral sólido analisado dentro da garantia (toneladas) TFMA - Quantidade total de fertilizante mineral sólido analisado no período (toneladas)	97,92% para o ano de 2011.	A utilidade deste indicador está ligada à verificação da conformidade do insumo em si, verificada por meio de análises laboratoriais.	A mensurabilidade deste indicador está adequada ao que se destina.

TAXA DE CONFORMIDADE DE INOCULANTES	Relação entre a quantidade (1000 doses) de inoculantes dentro dos padrões e a quantidade total analisada no ano, indicada em percentual. Taxa de conformidade de inoculantes = (IADG/TIA)*100 IADG - Quantidade de inoculante analisado dentro da garantia (em 1000 doses); TIA - Quantidade total de inoculante analisado no período (em 1000 doses).	Não houve a coleta de inoculantes no ano de 2011, visto que não há Estabelecimento Produtor de Inoculantes no DF, tampouco verificados Estabelecimentos Comerciais que comercializem volume satisfatório para realização de amostragem/aferição de qualidade.	A utilidade deste indicador está ligada à verificação da conformidade do insumo em si, verificada por meio de análises laboratoriais.	A mensurabilidade deste indicador está adequada ao que se destina.
--	---	---	---	--

PROGRAMA 0357				
Indicador	Fórmula de Cálculo	Resultado	Utilidade	Mensurabilidade
ÁREA COM PLANTÉIS AVÍCOLAS CERTIFICADOS PELO PROGRAMA NACIONAL DE SANIDADE AVÍCOLA	Número total de estabelecimentos certificados pelo PNSA, por estados.	01 Avozeiro e 13 Matrizeiros	Seria mais adequado para uma melhor visualização e também para tomada de decisões, a utilização do número de estabelecimentos certificados do que a área ocupada com plantéis avícolas	Fácil mensuração, bastando apenas comparar o nº de estabelecimentos certificados com o total existente em cada categoria de produção avícola em determinado estado
ÁREA DECLARADA LIVRE DE FEBRE AFTOSA COM VACINAÇÃO	Área do território nacional declarada livre de febre aftosa com vacinação, pela OIE	5.802 Km2	Indicador com utilidade comprovada, já que estima-se que todo o rebanho bovino existente no estado encontra-se imunizado contra a Febre Aftosa	Fácil mensuração, porém deve-se conhecer o total do rebanho bovino existente comparado ao total de bovinos vacinados
ÁREA DECLARADA LIVRE DE FEBRE AFTOSA SEM VACINAÇÃO	Área do território nacional declarada livre de febre aftosa sem vacinação, pela OIE.	Não há	No Distrito Federal não há área livre de febre Aftosa sem vacinação	Não mensurável

ÁREA LIVRE DE SIGATOKA NEGRA	Número de municípios do território nacional declarados livres de sigatoka negra.	Foram realizadas em 2011 análises para manutenção de área livre de Sigatoka Negra no Distrito Federal.	Verificar se o Distrito Federal é área livre do fungo <i>Mycosphaerella fijiensis</i> , agente causal da Sigatoka Negra, importante doença da bananeira.	Indicador adequado.
INCIDÊNCIA CONTROLADA DA MOSCA DA CARAMBOLA	Número de municípios do território nacional de incidência controlada da mosca da carambola.	Realização de monitoramento para controle de presença/ausência de <i>Bactrocera carambolae</i> em áreas do Distrito Federal.	Obter dados para que o Distrito Federal seja considerado livre da fitopatôgeno, apesar dessa região ser considerada zona de baixo risco	Indicador adequado.
INCIDÊNCIA DA PRAGA CYDIA POMONELLA	Número de municípios do território nacional com ocorrência da praga em áreas de produção de maçãs.	Não foi realizado monitoramento em áreas do DF, pois não há produção de possíveis hospedeiros para a <i>Cydia pomonella</i> .	Para o DF, o monitoramento se dá via controle de entrada/trânsito de vegetais, mas a praga não ocorre no DF.	Não se aplica (DF como área não produtora de vegetais hospedeiros).
NÚMERO DE ESTABELECIMENTOS CERTIFICADOS COMO LIVRES OU MONITORADOS PARA BRUCELOSE E TUBERCULOSE BOVINA E BUBALINA	Número de estabelecimentos certificados como livres ou monitorados para brucelose e tuberculose bovina e bubalina.	01 (uma) propriedade com bovinos	Este indicador tem sua utilidade comprovada, na medida em que indica, de forma facilmente mensurável, quantas propriedades certificadas/monitoradas em relação à quantidade total de propriedades existentes dentro do estado	A mensurabilidade do indicador está adequado ao que se destina

NUMERO DE OCORRÊNCIAS DE CASOS DA DOENÇA DA VACA LOUCA	Número total de casos confirmados da doença da vaca louca em rebanhos do país	Não houve casos no ano de 2011	Indicador com utilidade comprovada, tendo em vista que o Brasil até a presente data nunca apresentou casos da “Doença da Vaca Louca	A mensurabilidade do indicador está adequado ao que se destina
NUMERO DE OCORRÊNCIAS DE RAIVA BOVINA	Número total de casos confirmados de Raiva Bovina em rebanhos do país.	Não houve casos no ano de 2011	Indicador com utilidade comprovada, porém deve-se ter conhecimento dos números apresentados em anos anteriores e sua comparação visando conhecer o comportamento dessa doença ao longo dos anos	A mensurabilidade do indicador está adequado ao que se destina
TAXA DE CONFORMIDADE NO CONTROLE DE FRONTEIRAS	Relação percentual entre as permissões de trânsito emitidas e o número de partidas inspecionadas, com base na percepção de enfermidades.	Não há fronteiras internacionais no Distrito Federal	No Distrito Federal não há fiscalização para o controle de fronteiras	Não mensurável
TAXA DE INCIDÊNCIA DA DOENÇA CANCRO CÍTRICO	(Número de plantas erradicadas com a doença, em relação ao número de plantas inspecionadas) X 100	Não foi realizado em 2011 pelo órgão de Defesa Vegetal do DF levantamento de dados a respeito do Cancro Cítrico.	Por ser considerada doença de importância quarentenária, estando presente em alguns estados do país, faz-se importante o controle de presença no DF, sendo este área livre de cancro cítrico.	Não se aplica (DF área livre de Cancro Cítrico)

PROGRAMA 0356

Indicador	Fórmula de Cálculo	Resultado	Utilidade	Mensurabilidade
ÍNDICE DE CONFORMIDADE DE PRODUTOS DE ORIGEM ANIMAL E VEGETAL	O índice depende diretamente da atividade de fiscalização do processo de produção e dos produtos de origem animal e vegetal, calculada da seguinte forma: $ICP = 0,6 \times ICA + 0,4 \times ICV$, onde: ICP - Índice de conformidade de produtos de origem animal e vegetal; ICA - Índice de conformidade de produtos de origem animal; $ICA = (0,7 \times (RA/NT) + 0,3 \times (AC/NA))$, em que: RA - Número de relatórios de auditoria conformes; NT - Número total de relatórios de auditoria; AC - Número de amostra de produtos em conformidade; NA - Número total de amostras analisadas. ICV - Índice de conformidade de produtos de origem vegetal: $ICV = (0,5 \times (EI/ER) + (0,5 \times (AC/NA)))$, onde: EI - Número de estabelecimentos inspecionados; ER - Número total de estabelecimentos registrados; AC - Número de amostra de produtos em conformidade; NA - Número total de amostras analisadas. Obs: O valor do ICP varia de 0 a 1, sendo que quanto mais próximo de 1 melhor é a qualidade da produção animal e vegetal fiscalizada.	Em 2011, analisando-se o indicador institucional, o ER do Setor de Bebidas era 26 (vinte e seis) estabelecimentos produtores de bebidas registrados e em atuação, e o EI (Estabelecimentos Inspeccionados) foi 26 (vinte e seis). Portanto: $EI / ER = 26 / 26 = 1 \text{ (ou 100\%);}$ Na fórmula geral, temos: $ICV = 0,5(EI / ER) + 0,5(AC / NA)$ $ICV = 0,5(1,00) + 0,40$ $ICV = 0,50 + 0,40$ $ICV = 0,90$ $ICA = (0,7 \times (RA/NT) + 0,3 \times (AC/NA)), \text{ logo } ICA = (0,7 \times (18/21) + 0,3 \times (240/252))$ $ICA = 0,599 + 0,285 = 0,884$ $ICP = 0,6 \times 0,884 + 0,4 \times 0,90$ $ICP = 0,53 + 0,36 = 0,89$	Sua utilidade consistiria em subsidiar o planejamento do ano seguinte, no tocante à priorização de se efetuar a inspeção naqueles estabelecimentos que não foram fiscalizados no exercício anterior, a fim de se atingir 100% de cobertura do parque industrial, todavia e a meu ver, como já ressaltado, na prática, este indicador é inútil. Quanto aos produtos de origem animal indicador é útil na avaliação do índice de conformidade do estabelecimentos de produtos de origem animal supervisionados/auditados e na avaliação do índice de conformidade das amostras fiscais de produtos de origem animal coletadas nos estabelecimentos inspecionados. Esse indicador mede a eficácia do controle sanitário nos estabelecimentos inspecionados e da qualidade e conformidade dos produtos por eles	Este indicador pretende mensurar a COBERTURA da atuação da equipe de fiscalização. Hipoteticamente, sua utilidade residiria na constatação, findo um determinado período, de quanto do parque industrial registrado fora coberto pela equipe naquele período. Porém, como um mesmo estabelecimento pode (e deve, se for preciso) ser inspecionado mais de uma vez num período analisado, este indicador perde sua finalidade. A mensuração desse indicador é simples e de fácil acesso, visto que, para obtê-lo basta dividir o somatório dos estabelecimentos inspecionados (número de Termos de Inspeção lavrados em estabelecimentos produtores) pelo número dos estabelecimentos produtores registrados (SIPE). A mensurabilidade do indicador quanto aos

			produzidos.	produtos de origem animal é realizada através de controle mensal dos estabelecimentos de produtos de origem animal supervisionados/auditados e das coletas de amostras fiscais encaminhadas ao LANAGRO e seus resultados.
ÍNDICE DE QUALIFICAÇÃO DA REDE NACIONAL DE LABORATÓRIOS AGROPECUÁRIOS	$Niq = (Toi) \times 0,45 + (Tci) \times 0,25 + (Tog) \times 0,20 + (Tcg) \times 0,10;$ Sendo: Niq Número índice de qualificação; Toi - Taxa de ensaios em laboratórios oficiais acreditados conforme a ISO 17.025; Tci - Taxa de ensaios em laboratórios credenciados acreditados conforme a ISO 17.025; Tog - Taxa de ensaios em laboratórios oficiais acreditados conforme a ISO GUIA 43; Tcg - Taxa de ensaios em laboratórios credenciados acreditados conforme a ISO GUIA 43 A taxa de ensaios em laboratórios é dada pela relação entre o número de ensaios acreditados pela ABNT sobre o total de laboratórios agropecuários, credenciados ou oficiais, conforme a natureza.	Não houve resultado	O indicador ao lado não se aplica à SFA-DF, pois não existe nenhum Laboratório da Rede Nacional de Laboratórios Agropecuários sob jurisdição desta unidade.	Não se aplica

NÚMERO DE ESTABELECIMENTOS COM SISTEMA DE ANÁLISE DE PERIGOS E PONTOS CRÍTICOS DE CONTROLE (APPCC)	Somatório dos estabelecimentos com sistema de Análise de Perigos e Pontos Críticos de Controle - APPCC implantado no ano.	Na área de inspeção de produtos de origem animal, no ano de 2011, dos 34 estabelecimentos registrados com SIF, apenas 07 estabelecimentos possuem implantado o Sistema de Análises de Perigos e Pontos Críticos de Controle (APPCC).	O indicador serve como parâmetro para avaliar a capacidade inspeção dos estabelecimentos e verificação da implantação do Sistema de Análise de Perigos e Pontos Críticos de Controle (APPCC) anualmente. Tal resultado serve de subsídio para o planejamento do ano seguinte, no tocante à priorização de se efetuar a inspeção naqueles estabelecimentos que apresentaram ainda o Sistema de Análise de Perigos e Pontos Críticos de Controle (APPCC) no exercício anterior, a fim de se atingir 100% de implantação.	A mensuração é realizada através de relatórios de supervisão/auditoria para verificação oficial de implantação do Sistema de Análise de Perigos e Pontos Críticos de Controle (APPCC).
--	--	---	---	---

NÚMERO DE ESTABELECIMENTOS DE PRODUÇÃO DE ALIMENTOS E BEBIDAS COM CONTROLE SANITÁRIO	Somatório dos estabelecimentos de produção de alimentos e bebidas com controle sanitário, no ano.	Dos 22 (vinte e dois) estabelecimentos registrados produtores de bebidas, apenas 14 (catorze) foram inspecionados em 2011. Sendo que alguns destes sofreram mais de uma inspeção no ano (daí se atingir as 33 inspeções em 2011). Na área de produção de alimentos de origem animal, todos os 34 estabelecimentos registrados com SIF, foram inspecionados/supervisionados no ano de 2011. Não houve registro de novo estabelecimento com SIF no ano de 2011.	Este indicador refere-se ao universo de COBERTURA da atuação da equipe de fiscalização. Sua utilidade reside apenas na constatação, findo um determinado período, de quanto do parque industrial registrado fora coberto pela equipe naquele período. Além de subsidiar o planejamento do ano seguinte, no tocante à priorização de se efetuar a inspeção naqueles estabelecimentos que não foram fiscalizados no exercício anterior, a fim de se atingir 100% de cobertura. Na área de produção de alimentos de origem animal o indicador serve como parâmetro de medição da capacidade de fiscalização e registro de estabelecimentos com controle sanitário oficial anualmente. Como o registro de novo estabelecimento é realizado por demanda, não há com prevê uma meta para esse índice.	A mensuração desse indicador é simples e de fácil acesso, visto que, para obtê-lo basta acessar o SIPE e emitir o relatório dos estabelecimentos produtores registrados. A mensuração do indicador é simples visto que as ações de inspeção dos estabelecimentos são informadas mensalmente no SIPLAN. As informações dos estabelecimentos registrados com SIF estão disponíveis no sistema SIGSIF.
--	--	--	--	--

--	--	--	--	--

3 – Informações sobre o reconhecimento de passivos por insuficiência de créditos ou recursos.

Não Aplicável a Natureza Jurídica da UG

4. Informações sobre a movimentação e os saldos de Restos a Pagar de Exercícios Anteriores

4.1 Pagamentos e cancelamentos de Restos a Pagar de exercícios anteriores

A.4.1 Situação dos restos a pagar de exercícios anteriores

Restos a Pagar Processados				
Ano de Inscrição	Montante Inscrito	Cancelamentos Acumulados	Pagamentos Acumulados	Saldo a Pagar em 31/12/2010
2010	427.503,26	127.451,79	229.618,67	
2009	244.551,73	629,57	221.802,91	22.119,25
2008	224.551,73	63.924,19	206.1573	49.605,58

Restos a Pagar não Processados				
Ano de Inscrição	Inscritos	Cancelados	Pagos	A Pagar
2010	NOP	NOP	NOP	NOP
2009	NOP	NOP	NOP	NOP
2008	NOP	NOP	NOP	NOP

4.2 Análise Crítica

O atraso do envio de recursos pelo órgão central, a eventual demora da análise dos processos licitatórios da UJ pela Consultoria Jurídica, e alguma falta de planejamento, em razão dos atrasos pela coordenação das áreas internas para as aquisições e realizações comuns da SFA, propiciam a inscrição de restos a pagar, os quais são devidamente acompanhados e controlados.

5 - Informações sobre Recursos Humanos da unidade, contemplando as seguintes perspectivas

5.1 Composição do Quadro de Servidores Ativos

5.1.1 Demonstração da força de trabalho à disposição da unidade jurisdicionada

Quadro A.5.1 – Força de Trabalho da UJ – Situação apurada em 31/12

Tipologias dos Cargos	Lotação		Ingressos no exercício	Egressos no exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Servidores em cargos efetivos (1.1 + 1.2)	Não há	85	-	-
1.1. Membros de poder e agentes políticos	-	-	-	-
1.2. Servidores de Carreira (1.2.1+1.2.2+1.2.3+1.2.4)	Não há	85	-	-
1.2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão	Não há	84	-	-
1.2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado	Não há	-	-	-
1.2.3. Servidores de carreira em exercício provisório	Não há	-	-	-
1.2.4. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas	Não há	1	-	-
2. Servidores com Contratos Temporários	-	-	-	-
3. Total de Servidores (1+2)	Não há	85	-	-

Fonte: SGP/SAD/SFA-DF

5.1.2 Situações que reduzem a força de trabalho efetiva da unidade jurisdicionada

Quadro A.5.2 – Situações que reduzem a força de trabalho da UJ – Situação em 31/12

Tipologias dos afastamentos	Quantidade de pessoas na situação em 31 de dezembro
1. Cedidos (1.1+1.2+1.3)	NOP
1.1. Exercício de Cargo em Comissão	NOP
1.2. Exercício de Função de Confiança	NOP
1.3. Outras situações previstas em leis específicas (especificar as leis)	NOP
2. Afastamentos (2.1+2.2+2.3+2.4)	
2.1. Para Exercício de Mandato Eletivo	NOP
2.2. Para Estudo ou Missão no Exterior	NOP
2.3. Para Serviço em Organismo Internacional	NOP
2.4. Para Participação em Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu no País	NOP
3. Removidos (3.1+3.2+3.3+3.4+3.5)	1
3.1. De ofício, no interesse da Administração	1
3.2. A pedido, a critério da Administração	NOP
3.3. A pedido, independentemente do interesse da Administração para acompanhar cônjuge/companheiro	NOP
3.4. A pedido, independentemente do interesse da Administração por Motivo de saúde	NOP
3.5. A pedido, independentemente do interesse da Administração por Processo seletivo	NOP
4. Licença remunerada (4.1+4.2)	
4.1. Doença em pessoa da família	NOP
4.2. Capacitação	NOP
5. Licença não remunerada (5.1+5.2+5.3+5.4+5.5)	
5.1. Afastamento do cônjuge ou companheiro	NOP
5.2. Serviço militar	NOP
5.3. Atividade política	NOP
5.4. Interesses particulares	NOP
5.5. Mandato classista	NOP
6. Outras situações (Especificar o ato normativo)	NOP
7. Total de servidores afastados em 31 de dezembro (1+2+3+4+5+6)	1

Fonte: SGP/SAD/SFA-DF

5.1.3 Quantificação dos cargos em comissão e das funções gratificadas da unidade jurisdicionada

Quadro A.5.3 – Detalhamento estrutura de cargos em comissão e funções gratificadas da UJ – Situação em 31/12

Tipologias dos cargos em comissão e das funções gratificadas	Lotação		Ingressos no exercício	Egressos no exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Cargos em comissão	NOP	6	NOP	NOP
1.1. Cargos Natureza Especial	NOP	Não há	NOP	NOP
1.2. Grupo Direção e Assessoramento superior	NOP	6	NOP	NOP
1.2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão	NOP	5	NOP	NOP
1.2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado	NOP	Não há	NOP	NOP
1.2.3. Servidores de outros órgãos e esferas	NOP	Não há	NOP	NOP
1.2.4. Sem vínculo	NOP	1	NOP	NOP
1.2.5. Aposentados	NOP	Não há	NOP	NOP
2. Funções gratificadas	NOP	16	NOP	NOP
2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão	NOP	16	NOP	NOP
2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado	NOP	Não há	NOP	NOP
2.3. Servidores de outros órgãos e esferas	NOP	Não há	NOP	NOP
3. Total de servidores em cargo e em função (1+2)	NOP	22	NOP	NOP

Fonte: SGP/SAD/SFA-DF

5.1.4 Qualificação do quadro de pessoal da unidade jurisdicionada segundo a idade

Quadro A.5.4 – Quantidade de servidores da UJ por faixa etária - Situação apurada em 31/12

Tipologias do Cargo	Quantidade de Servidores por Faixa Etária				
	Até 30 anos	De 31 a 40 anos	De 41 a 50 anos	De 51 a 60 anos	Acima de 60 anos
1. Provedimento de cargo efetivo					
1.1. Membros de poder e agentes políticos	-	-	-	-	-
1.2. Servidores de Carreira	6	7	14	24	12
1.3. Servidores com Contratos Temporários	-	-	-	-	-
2. Provedimento de cargo em comissão					
2.1. Cargos de Natureza Especial	-	-	-	-	-
2.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	-	2		4	-
2.3. Funções gratificadas	2	1	1	11	1
3. Totais (1+2)	8	10	15	39	13

Fonte: SGP/SAD/SFA-DF

5.1.5 Qualificação do quadro de pessoal da unidade jurisdicionada segundo a escolaridade

Quadro A.5.5 – Quantidade de servidores da UJ por nível de escolaridade - Situação apurada em 31/12

Tipologias do Cargo	Quantidade de pessoas por nível de escolaridade								
	1	2	3	4	5	6	7	8	9
1. Provedimento de cargo efetivo									
1.1. Membros de poder e agentes políticos									
1.2. Servidores de Carreira				11	32	41			
1.3. Servidores com Contratos Temporários	-	-	-	-	-	-	-	-	-
2. Provedimento de cargo em comissão									
2.1. Cargos de Natureza Especial	-	-	-	-	-	-	-	-	-
2.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	-	-	-	-	-	1	-	-	-

2.3. Funções gratificadas		-	-	-	-	-	-	-	-
3. Totais (1+2)	-	-	-	11	32	42	-	-	-
LEGENDA Nível de Escolaridade 1 - Analfabeto; 2 - Alfabetizado sem cursos regulares; 3 - Primeiro grau incompleto; 4 - Primeiro grau; 5 - Segundo grau ou técnico; 6 - Superior; 7 - Aperfeiçoamento / Especialização / Pós-Graduação; 8 – Mestrado; 9 – Doutorado/Pós Doutorado/PhD/Livre Docência; 10 - Não Classificada.									
Fonte: SGP/SAD/SFA-DF									

5.2 Composição do Quadro de Servidores Inativos e Pensionistas

5.2.1 Classificação do quadro de servidores inativos da unidade jurisdicionada segundo o regime de proventos e de aposentadoria

Por ocasião da aposentadoria ou concessão de pensão relativa a servidor da SFA-DF, os controles respectivos passam para a CGRH-SPOA

5.2.2 Demonstração das origens das pensões pagas pela unidade jurisdicionada

Por ocasião da aposentadoria ou concessão de pensão relativa a servidor da SFA-DF, os controles respectivos passam para a CGRH-SPOA

5.3 Composição do Quadro de Estagiários

Quadro A.5.8 - Composição do Quadro de Estagiários

Nível de escolaridade	Quantitativo de contratos de estágio vigentes				Despesa no exercício (em R\$ 1,00)
	1º Trimestre	2º Trimestre	3º Trimestre	4º Trimestre	
1. Nível superior					R\$ 0,00
1.1 Área Fim	7	7	7	7	R\$ 0,00
1.2 Área Meio	0	0	0	0	R\$ 0,00
2. Nível Médio					R\$ 0,00
2.1 Área Fim	1	1	1	1	R\$ 0,00
2.2 Área Meio	2	2	2	2	R\$ 0,00
3. Total (1+2)	10	10	10	10	R\$ 0,00

Fonte: SGP/SAD/SFA-DF

Os gastos com estagiários da SFA-DF serão informados pela CGRH-SPOA, pois a SFA-DF não é uma UPAG, sendo a sua folha executada por aquela Coordenação-Geral, esclarecendo que as demais SFA's, por serem UPAG, receberam tais informações da CGRH

5.4 Demonstração dos custos de pessoal da unidade jurisdicionada

As despesas de pessoal da SFA-DF não serão declaradas em virtude do fato de que a execução e pagamento da folha dos servidores desta unidade são realizadas pela CGRH-SPOA.

5.5 Terceirização de mão de obra empregada pela unidade jurisdicionada

5.5.1 Informações sobre terceirização de cargos e atividades do plano de cargos do órgão

Não ocorreu no período

5.5.2 Autorizações expedidas pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão para realização de concursos públicos para substituição de terceirizados

Não ocorreu no período

5.5.3 Informações sobre a contratação de serviços de limpeza, higiene e vigilância ostensiva pela unidade

Os empregados de conservação limpeza e vigilância fazem parte do quadro do condomínio, sendo as despesas pagas através de rateio de cota parte de cada condômino ocupante.

5.5.4 Informações sobre locação de mão de obra para atividades não abrangidas pelo plano de cargos do órgão

Quadro A.5.13 - Contratos de prestação de serviços com locação de mão de obra

Unidade Contratante													
Nome: Superintendência Federal de Agricultura													
UG/Gestão: 130014				CNPJ: 00.396.895 0075 61									
Informações sobre os contratos													
Ano do contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período contratual de execução das atividades contratadas		Nível de Escolaridade exigido dos trabalhadores contratados						Sit.
							F		M		S		
					Início	Fim	P	C	P	C	P	C	
2011	05	(O)	03/2010	07.735.797/0001-14	05/06/2011	06/05/2012			2	2			P
Observações:													
LEGENDA Área: 1. Conservação e Limpeza; 2. Segurança; 3. Vigilância; 4. Transportes; 5. Informática; 6. Copeiragem; 7. Recepção; 8. Reprografia; 9. Telecomunicações; 10. Manutenção de bens móveis 11. Manutenção de bens imóveis 12. Brigadistas 13. Apoio Administrativo – Menores Aprendizizes 14. Outras Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial. Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior. Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado. Quantidade de trabalhadores: (P) Prevista no contrato; (C) Efetivamente contratada.													

Fonte: SGP/SAD/SFA-DF

5.6 Indicadores Gerenciais sobre Recursos Humanos

Não ocorreu no período, tendo em vista que tal definição é de responsabilidade da área de Recursos Humanos da SPOA.

6 Informação sobre as transferências mediante convênio, contrato de repasse, termo de cooperação, termo de compromisso ou outros acordos, ajustes ou instrumentos congêneres, vigentes no exercício de referência.

6.1 Instrumentos de transferências vigentes no exercício

6.1.1 Relação dos instrumentos de transferência vigentes no exercício de 2011

Não ocorreu no período

6.1.2 Quantidade de instrumentos de transferências celebrados e valores repassados nos três últimos exercícios

Não ocorreu no período

6.1.3 Informações sobre o conjunto de instrumentos de transferências que vigerão no exercício de 2012 e seguintes

Não ocorreu no período

6.2 Informações sobre a prestação de contas relativas aos convênios, termos de cooperação e contratos de repasse

Quadro A.6.4 – Resumo da prestação de contas sobre transferências concedidas pela UJ na modalidade de convênio, termo de cooperação e de contratos de repasse.

Unidade Concedente					
Nome: Superintendência Federal de Agricultura do DF					
CNPJ: 00.396.895 0075 61			UG/GESTÃO:130014		
Exercício da prestação das contas	Quantitativos e montante repassados		Instrumentos (Quantidade e Montante Repassado)		
			Convênios	Termo de Cooperação	Contratos de Repasse
2011	Contas prestadas	Quantidade	NOP	NOP	NOP
		Montante Repassado	NOP	NOP	NOP
	Contas NÃO prestadas	Quantidade	NOP	NOP	NOP
		Montante Repassado	NOP	NOP	NOP
2010	Contas prestadas	Quantidade	1		
		Montante Repassado	R\$ 1.642.360,00		
	Contas NÃO prestadas	Quantidade	NOP	NOP	NOP
		Montante Repassado	NOP	NOP	NOP
2009	Contas prestadas	Quantidade	NOP	NOP	NOP
		Montante Repassado	NOP	NOP	NOP
	Contas NÃO prestadas	Quantidade	NOP	NOP	NOP
		Montante Repassado	NOP	NOP	NOP
Anteriores a 2009	Contas NÃO prestadas	Quantidade	NOP	NOP	NOP
		Montante Repassado			

Fonte: SICONV

6.2.1 Informações sobre a análise das prestações de contas de convênios e de contratos de repasse

Quadro A.6.5 - Visão Geral da análise das prestações de contas de Convênios e Contratos de Repasse

Unidade Concedente ou Contratante			
Nome: Superintendência Federal de Agricultura do DF			
CNPJ: 00.396.895 0075 61		UG/GESTÃO:130014	
Exercício da prestação	Quantitativos e montantes repassados	Instrumentos	
		Convênios	Contratos de

das contas					Repasse
2011	Quantidade de contas prestadas			NOP	NOP
	Com prazo de análise ainda não vencido	Quantidade	Contas analisadas	NOP	NOP
			Contas Não analisadas	NOP	NOP
		Montante repassado (R\$)		NOP	NOP
	Com prazo de análise vencido	Contas analisadas	Quantidade Aprovada	NOP	NOP
			Quantidade Reprovada	NOP	NOP
			Quantidade de TCE	NOP	NOP
		Contas NÃO analisadas	Quantidade	NOP	NOP
			Montante repassado (R\$)	NOP	NOP
2010	Quantidade de contas prestadas				
	Contas analisadas	Quantidade Aprovada		R\$ 1.642.360,00	NOP
		Quantidade Reprovada		NOP	NOP
		Quantidade de TCE		NOP	NOP
	Contas NÃO analisadas	Quantidade		NOP	NOP
		Montante repassado (R\$)		NOP	NOP
2009	Quantidade de contas prestadas			NOP	NOP
	Contas analisadas	Quantidade Aprovada		NOP	NOP
		Quantidade Reprovada		NOP	NOP
		Quantidade de TCE		NOP	NOP
	Contas NÃO analisadas	Quantidade		NOP	NOP
		Montante repassado		NOP	NOP
Exercícios anteriores a 2009	Contas NÃO analisadas	Quantidade		NOP	NOP
		Montante repassado		NOP	NOP

Fonte: SICONV

6.3 Análise Crítica

No exercício de 2011 não ocorreu a celebração de Convênio, Contrato de Repasse, Termo de Cooperação ou Termo de Compromisso e nem os temos em andamento.

7 - Declaração da área responsável atestando que as informações referentes a contratos e convênios ou outros instrumentos congêneres estão disponíveis e atualizadas, respectivamente, no Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais – SIASG e no Sistema de Gestão de Convênios, Contratos de Repasse e Termos de Parceria – SICONV, conforme estabelece o art. 19 da Lei nº 12.309, de 9 de agosto de 2010.



MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO.
Superintendência Federal de Agricultura no DF - SFA/DF

DECLARAÇÃO

Eu, **WILSON DANTAS DO NASCIMENTO**, CPF nº 146.689.201-34, ocupante do cargo de Chefe do Serviço de Administração, exercido na SFA/DF, declaro junto aos órgãos de controle interno e externo que todas as informações referentes a contratos, firmados até o exercício de 2011 por esta Unidade estão disponíveis e atualizadas, no Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais – SIASG, conforme estabelece o art. 19 da Lei nº 12.309, de 9 de agosto de 2010 e suas correspondentes em exercícios anteriores.

Brasília, 14 de março de 2012.


WILSON DANTAS DO NASCIMENTO
146.689.201-34
CHEFE DO SAD/SFA/DF

8- Informações sobre o cumprimento das obrigações estabelecidas na Lei nº 8.730, de 10 de novembro de 1993, relacionadas à entrega e ao tratamento das declarações de bens e rendas.

8.1 Situação do cumprimento das obrigações impostas pela Lei 8.730/93

Quadro A.8.1 – Demonstrativo do cumprimento, por autoridades e servidores da UJ, da obrigação de entregar a DBR

Detentores de Cargos e Funções obrigados a entregar a DBR	Situação em relação às exigências da Lei nº 8.730/93	Momento da Ocorrência da Obrigação de Entregar a DBR		
		Posse ou Início do exercício de Função ou Cargo	Final do exercício da Função ou Cargo	Final do exercício financeiro
Autoridades (Incisos I a VI do art. 1º da Lei nº 8.730/93)	Obrigados a entregar a DBR			
	Entregaram a DBR			
	Não cumpriram a obrigação			
Cargos Eletivos	Obrigados a entregar a DBR			
	Entregaram a DBR			
	Não cumpriram a obrigação			
Funções Comissionadas (Cargo, Emprego, Função de Confiança ou em comissão)	Obrigados a entregar a DBR	22		
	Entregaram a DBR	22		
	Não cumpriram a obrigação	-		

* Não houve nomeação de cargos comissionados e designação de FG no exercício.

8.2 Análise Crítica

A Unidade Jurisdicionada acompanha a entrega das DBR pelas pessoas obrigadas pela Lei nº 8.730/93. A unidade de RH da SFA é a responsável pelo recebimento, em papel, e guarda dos referidos documentos. A cobrança dos inadimplentes é feita pessoalmente, sem a utilização de controles informatizados. Uma vez entregues a DBR's, as mesmas são encaminhadas para a CGRH-SPOA. Vale lembrar que a SFA-DF não possui terminais ou senhas do SIAPE, cabendo à CGRH-SPOA a operacionalização das ações de RH nesse sistema.

9 - Informações sobre o funcionamento do sistema de controle interno da UJ, contemplando os seguintes aspectos:

A.9.1 – Estrutura de controles internos da UJ

Aspectos do sistema de controle interno	Avaliação				
Ambiente de Controle	1	2	3	4	5
1. Os altos dirigentes da UJ percebem os controles internos como essenciais à consecução dos objetivos da unidade e dão suporte adequado ao seu funcionamento.					X
2. Os mecanismos gerais de controle instituídos pela UJ são percebidos por todos os servidores e funcionários nos diversos níveis da estrutura da unidade.				X	
3. A comunicação dentro da UJ é adequada e eficiente.				X	
4. Existe código formalizado de ética ou de conduta.					X
5. Os procedimentos e as instruções operacionais são padronizados e estão postos em documentos formais.				X	
6. Há mecanismos que garantem ou incentivam a participação dos funcionários e servidores dos diversos níveis da estrutura da UJ na elaboração dos procedimentos, das instruções operacionais ou código de ética ou conduta.			X		
7. As delegações de autoridade e competência são acompanhadas de definições claras das responsabilidades.				X	
8. Existe adequada segregação de funções nos processos da competência da UJ.				X	
9. Os controles internos adotados contribuem para a consecução dos resultados planejados pela UJ.				X	
Avaliação de Risco	1	2	3	4	5
10. Os objetivos e metas da unidade jurisdicionada estão formalizados.					X
11. Há clara identificação dos processos críticos para a consecução dos objetivos e metas da unidade.			X		
12. É prática da unidade o diagnóstico dos riscos (de origem interna ou externa) envolvidos nos seus processos estratégicos, bem como a identificação da probabilidade de ocorrência desses riscos e a consequente adoção de medidas para mitigá-los.				X	
13. É prática da unidade a definição de níveis de riscos operacionais, de informações e de conformidade que podem ser assumidos pelos diversos níveis da gestão.			X		
14. A avaliação de riscos é feita de forma contínua, de modo a identificar mudanças no perfil de risco da UJ, ocasionadas por transformações nos ambientes interno e externo.			X		
15. Os riscos identificados são mensurados e classificados de modo a serem tratados em uma escala de prioridades e a gerar informações úteis à tomada de decisão.			X		
16. Existe histórico de fraudes e perdas decorrentes de fragilidades nos processos internos da unidade.		X			
17. Na ocorrência de fraudes e desvios, é prática da unidade instaurar sindicância para apurar responsabilidades e exigir eventuais ressarcimentos.					X
18. Há norma ou regulamento para as atividades de guarda, estoque e inventário de bens e valores de responsabilidade da unidade.					X
Procedimentos de Controle	1	2	3	4	5
19. Existem políticas e ações, de natureza preventiva ou de detecção, para diminuir os riscos e alcançar os objetivos da UJ, claramente estabelecidas.				X	
20. As atividades de controle adotadas pela UJ são apropriadas e funcionam consistentemente de acordo com um plano de longo prazo.				X	
21. As atividades de controle adotadas pela UJ possuem custo apropriado ao nível de benefícios que possam derivar de sua aplicação.				X	
22. As atividades de controle adotadas pela UJ são abrangentes e razoáveis e estão diretamente relacionados com os objetivos de controle.				X	
Informação e Comunicação	1	2	3	4	5
23. A informação relevante para UJ é devidamente identificada, documentada, armazenada e comunicada tempestivamente às pessoas adequadas.				X	
24. As informações consideradas relevantes pela UJ são dotadas de qualidade suficiente para permitir ao gestor tomar as decisões apropriadas.				X	
25. A informação disponível à UJ é apropriada, tempestiva, atual, precisa e acessível.				X	

26. A Informação divulgada internamente atende às expectativas dos diversos grupos e indivíduos da UJ, contribuindo para a execução das responsabilidades de forma eficaz.				X	
27. A comunicação das informações perpassa todos os níveis hierárquicos da UJ, em todas as direções, por todos os seus componentes e por toda a sua estrutura.				X	
Monitoramento	1	2	3	4	5
28. O sistema de controle interno da UJ é constantemente monitorado para avaliar sua validade e qualidade ao longo do tempo.				X	
29. O sistema de controle interno da UJ tem sido considerado adequado e efetivo pelas avaliações sofridas.				X	
30. O sistema de controle interno da UJ tem contribuído para a melhoria de seu desempenho.					X
Considerações gerais:					
LEGENDA Níveis de Avaliação: (1) Totalmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente não aplicado no contexto da UJ. (2) Parcialmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua minoria. (3) Neutra: Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ. (4) Parcialmente válida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua maioria. (5) Totalmente válido. Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente aplicado no contexto da UJ.					

10 - Informações quanto à adoção de critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens, materiais de tecnologia da informação (TI) e na contratação de serviços ou obras, tendo como referência a Instrução Normativa nº 1/2010 e a Portaria nº 2/2010, ambas da Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão e informações relacionadas à separação de resíduos recicláveis descartados em conformidade com o Decreto nº 5.940/2006.

10.1 Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis

Quadro A.10.1 - Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis

Aspectos sobre a gestão ambiental	Avaliação				
	1	2	3	4	5
Licitações Sustentáveis					
1. A UJ tem incluído critérios de sustentabilidade ambiental em suas licitações que levem em consideração os processos de extração ou fabricação, utilização e descarte dos produtos e matérias primas. ▪ Se houver concordância com a afirmação acima, quais critérios de sustentabilidade ambiental foram aplicados?			X		
2. Em uma análise das aquisições dos últimos cinco anos, os produtos atualmente adquiridos pela unidade são produzidos com menor consumo de matéria-prima e maior quantidade de conteúdo reciclável.			X		
3. A aquisição de produtos pela unidade é feita dando-se preferência àqueles fabricados por fonte não poluidora bem como por materiais que não prejudicam a natureza (ex. produtos de limpeza biodegradáveis).			X		
4. Nos procedimentos licitatórios realizados pela unidade, tem sido considerada a existência de certificação ambiental por parte das empresas participantes e produtoras (ex: ISO), como critério avaliativo ou mesmo condição na aquisição de produtos e serviços. ▪ Se houver concordância com a afirmação acima, qual certificação ambiental tem sido considerada nesses procedimentos?			X		
5. No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos que colaboram para o menor consumo de energia e/ou água (ex: torneiras automáticas, lâmpadas econômicas). ▪ Se houver concordância com a afirmação acima, qual o impacto da aquisição desses produtos sobre o consumo de água e energia?			X		
6. No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos reciclados (ex: papel reciclado). ▪ Se houver concordância com a afirmação acima, quais foram os produtos adquiridos?	X				
7. No último exercício, a instituição adquiriu veículos automotores mais eficientes e menos poluentes ou que utilizam combustíveis alternativos. ▪ Se houver concordância com a afirmação acima, este critério específico utilizado foi incluído no procedimento licitatório?			X		
8. Existe uma preferência pela aquisição de bens/produtos passíveis de reutilização, reciclagem ou reabastecimento (refil e/ou recarga). ▪ Se houver concordância com a afirmação acima, como essa preferência tem sido manifestada nos procedimentos licitatórios?			X		
9. Para a aquisição de bens/produtos é levada em conta os aspectos de durabilidade e qualidade de tais bens/produtos.					X
10. Os projetos básicos ou executivos, na contratação de obras e serviços de engenharia, possuem exigências que levem à economia da manutenção e operacionalização da edificação, à redução do consumo de energia e água e à utilização de tecnologias e materiais que reduzam o impacto ambiental.					
11. Na unidade ocorre separação dos resíduos recicláveis descartados, bem como sua destinação, como referido no Decreto nº 5.940/2006.				X	
12. Nos últimos exercícios, a UJ promoveu campanhas entre os servidores visando a diminuir o consumo de água e energia elétrica. ▪ Se houver concordância com a afirmação acima, como se procedeu a essa campanha (palestras, folders, comunicações oficiais, etc.)?					X

13. Nos últimos exercícios, a UJ promoveu campanhas de conscientização da necessidade de proteção do meio ambiente e preservação de recursos naturais voltadas para os seus servidores. ▪ Se houver concordância com a afirmação acima, como se procedeu a essa campanha (palestras, <i>folders</i> , comunicações oficiais, etc.)?			X		
Considerações Gerais: : Com relação às nossas contratações, vale explicitar que as compras de produtos e serviços da SFA-DF seguem editais sugeridos pela sede e analisados pela CONJUR-MAPA. Com relação à separação de resíduos e descartes e campanhas de conscientização, informe-se que: a) Em agosto de 2010 indicamos servidor para integrar comissão do condomínio, que trata do disciplinamento e execução das atividades citadas, sendo certo que o nosso representante está sendo capacitado no assunto e integrado ao grupo de trabalho. No exercício de 2012 está sendo realizada a licitação para habilitar as empresas que farão a coleta e tratamento do material a recolher; b) Continuamos a realizar campanhas de conscientização, tais como, use copo de vidro, desligue seu computador, periféricos, desligue a luz ao sair. Paralelamente, desligamos luzes alternadas nas salas e corredor, diminuindo o consumo de energia. A unidade não adquiriu veículos no último exercício.					
LEGENDA Níveis de Avaliação: (1) Totalmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente não aplicado no contexto da UJ. (2) Parcialmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua minoria. (3) Neutra: Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ. (4) Parcialmente válida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua maioria. (5) Totalmente válida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente aplicado no contexto da UJ.					

11- Informações sobre a gestão do patrimônio imobiliário de responsabilidade da UJ, classificado como “Bens de Uso Especial”, de propriedade da União ou locado de terceiros.

11.1 Gestão de Bens Imóveis de Uso Especial

Quadro A.11.1 – Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial de Propriedade da União

LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA		QUANTIDADE DE IMÓVEIS DE PROPRIEDADE DA UNIÃO DE RESPONSABILIDADE DA UJ	
		EXERCÍCIO 2010	EXERCÍCIO 2011
BRASIL	Distrito Federal		
	Brasília	1	1
	município 2		
	município “n”		
	UF “n”		
	município 1		
	município 2		
	município “n”		
Subtotal Brasil		1	1
EXTERIOR	PAÍS 1		
	cidade 1		
	cidade 2		
	cidade “n”		
	PAÍS “n”		
	cidade 1		
	cidade 2		
	cidade “n”		
Subtotal Exterior		0	0
Total (Brasil + Exterior)		1	1

* A sede da SFA-DF é utilizada em regime de comodato, em imóvel pertencente a CONAB.

Quadro A.11.2 – Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial Locados de Terceiros

LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA		QUANTIDADE DE IMÓVEIS LOCADOS DE TERCEIROS PELA UJ	
		EXERCÍCIO 2010	EXERCÍCIO 2011
BRASIL	Distrito Federal		
	Brasília	1	1
	município 2		
	município “n”		
	UF “n”	Σ	Σ
	município 1		
	município 2		
	município “n”		
Subtotal Brasil		Σ	Σ
EXTERIOR	PAÍS 1	Σ	Σ
	cidade 1		
	cidade 2		
	cidade “n”		
	PAÍS “n”	Σ	Σ
	cidade 1		
	cidade 2		
	cidade “n”		
Subtotal Exterior		Σ	Σ

Total (Brasil + Exterior)	1	1
----------------------------------	----------	----------

Obs.: não ocorreu no período

Quadro A.11.3 – Discriminação dos Bens Imóveis de Propriedade da União sob responsabilidade da UJ

UG	RIP	Regime	Estado de Conservação	Valor do Imóvel			Despesa com Manutenção no exercício	
				Valor Histórico	Data da Avaliação	Valor Reavaliado	Imóvel (condomínio)	Instalações
130014		7	4	R\$ 1.347.628,83	-	-	R\$ 306.457,32	-
Total							R\$ 306.457,32	-

Obs. : Trata-se de imóvel cedido pela CONAB à SFA-DF, em regime de comodato.

12 - Informações sobre a gestão de tecnologia da informação (TI) da UJ, contemplando os seguintes aspectos:

12.1 Gestão de Tecnologia da Informação (TI)

Quadro A.12.1 – Gestão da Tecnologia da Informação da unidade jurisdicionada

Quesitos a serem avaliados	Avaliação				
	1	2	3	4	5
Planejamento da área					
1. Há planejamento institucional em vigor ou existe área que faz o planejamento da UJ como um todo.				X	
2. Há Planejamento Estratégico para a área de TI em vigor.				X	
3. Há comitê que decida sobre a priorização das ações e investimentos de TI para a UJ.			X		
Perfil dos Recursos Humanos envolvidos					
4. Quantitativo de servidores e de terceirizados atuando na área de TI.	03				
5. Há carreiras específicas para a área de TI no plano de cargos do Órgão/Entidade.	X				
Segurança da Informação					
6. Existe uma área específica, com responsabilidades definidas, para lidar estrategicamente com segurança da informação.			X		
7. Existe Política de Segurança da Informação (PSI) em vigor que tenha sido instituída mediante documento específico.			X		
Desenvolvimento e Produção de Sistemas					
8. É efetuada avaliação para verificar se os recursos de TI são compatíveis com as necessidades da UJ.			X		
9. O desenvolvimento de sistemas quando feito na UJ segue metodologia definida.	X				
10. É efetuada a gestão de acordos de níveis de serviço das soluções de TI do Órgão/Entidade oferecidas aos seus clientes.	X				
11. Nos contratos celebrados pela UJ é exigido acordo de nível de serviço.			X		
Contratação e Gestão de Bens e Serviços de TI					
12. Nível de participação de terceirização de bens e serviços de TI em relação ao desenvolvimento interno da própria UJ.	70				
13. Na elaboração do projeto básico das contratações de TI são explicitados os benefícios da contratação em termos de resultado para UJ e não somente em termos de TI.			X		
14. O Órgão/Entidade adota processo de trabalho formalizado ou possui área específica de gestão de contratos de bens e serviços de TI.	X				
15. Há transferência de conhecimento para servidores do Órgão/Entidade referente a produtos e serviços de TI terceirizados?			X		
Considerações Gerais: Esclareça-se que todas as respostas fornecidas foram feitas considerando a ocorrência das situações no âmbito da UJ, valendo frisar que as definições para a área de tecnologia são idealizadas e formalizadas no âmbito da CGTI-SPOA-MAPA, que detém os poucos recursos humanos da casa trabalhando na atividade, sendo certo que as SFA's seguem o modelo e orientações da sede e contam, quase que exclusivamente, com empregados terceirizados para a consecução do serviço.					
LEGENDA Níveis de avaliação: (1) Totalmente inválida: Significa que a afirmativa é integralmente NÃO aplicada ao contexto da UJ. (2) Parcialmente inválida: Significa que a afirmativa é parcialmente aplicada ao contexto da UJ, porém, em sua minoria. (3) Neutra: Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ. (4) Parcialmente válida: Significa que a afirmativa é parcialmente aplicada ao contexto da UJ, porém, em sua maioria. (5) Totalmente válida: Significa que a afirmativa é integralmente aplicada ao contexto da UJ.					

13 - Informações sobre a utilização de cartões de pagamento do governo federal, observando-se as disposições dos Decretos nºs 5.355/2005 e 6.370/2008.

13.1 Despesas Com Cartão de Crédito Corporativo

Quadro A.13.1 - Despesa Com Cartão de Crédito Corporativo por UG e por Portador

Código da UG 1	130014	Limite de Utilização da UG	R\$ 20.000,00		
Portador	CPF	Valor do Limite Individual	Valor		Total
			Saque	Fatura	
Joaquim Silva Ferreira	143.674.751-15	20.000,00	0,0	20.000,00	20.000,00
Total utilizado pela UG		4.728,84			
Código da UG 2:		Limite de Utilização da UG:			
Total utilizado pela UG					
Total utilizado pela UJ					

Fonte: SIAFI

13.1.2 Utilização dos cartões de crédito corporativo da unidade

Quadro A.13.2 – Despesa Com Cartão de Crédito Corporativo (Série Histórica)

Exercícios	Saque		Fatura		Total (R\$)
	Quantidade	(a) Valor	Quantidade	(b) Valor	(a+b)
2011		-		4.728,84	4.728,84
2010		-		13.443,31	13.443,31
2009		-		14.926,73	14.926,73

Fonte: SIAFI

14 - Informações sobre Renúncia Tributária, contendo declaração do gestor de que os beneficiários diretos da renúncia, bem como da contrapartida, comprovaram, no exercício, que estavam em situação regular em relação aos pagamentos dos tributos juntos à Secretaria da Receita Federal do Brasil – SRFB, ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS e à Seguridade Social.

Não Aplicável a Natureza Jurídica da UJ

15 - Informações sobre as providências adotadas para atender às deliberações exaradas em acórdãos do TCU ou em relatórios de auditoria do órgão de controle interno a que a unidade jurisdicionada se vincula ou as justificativas para o não cumprimento.

No exercício de 2011 não ocorreram deliberações ou recomendações do Tribunal de Contas da União. No que pertine à Controladoria-Geral da União, cabe esclarecer que, em razão de termos apresentado Prestação Anual de Contas em 2011, referente ao exercício de 2010, recebemos a visita da equipe de auditoria, que analisou a nossa execução, com a edição de inúmeras Solicitações de Auditoria. Na ocasião, apresentamos todas as justificativas e recebemos um relatório final, o qual nos levou a elaboração de um Plano de Providências. Tal Plano de Providências vem sendo cumprido fielmente. Quanto à Assessoria Especial de Controle Interno, não ocorreram recomendações no período.

15.2 Deliberações do TCU pendentes de atendimento ao final do exercício

Não ocorreu no período.

15.3 Recomendações do OCI atendidas no exercício

Não ocorreu no período.

15.4 Recomendações do OCI pendentes de atendimento ao final do exercício

Não ocorreu no período.

16 - Informações sobre o tratamento das recomendações realizadas pela unidade de controle interno, caso exista na estrutura do órgão, apresentando as justificativas para os casos de não acatamento.

Não ocorreu no período.

16.1 Recomendações da unidade de controle interno ou de auditoria interna atendidas no exercício

Não ocorreu no período.

16.2 Recomendações da unidade de controle interno ou de Auditoria Interna pendentes de atendimento

Não ocorreu no período.

B – INFORMAÇÕES CONTÁBEIS DA GESTÃO

1 - Declaração do contador responsável pela unidade jurisdicionada atestando que os demonstrativos contábeis (Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e a Demonstração das Variações Patrimoniais, previstos na Lei n.º 4.320, de 17 de março de 1964) e o demonstrativo levantado por unidade gestora responsável – UGR (válido apenas para as unidades gestoras não executoras) refletem a adequada situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada que apresenta relatório de gestão.

1.1 Declaração do contador atestando a conformidade das demonstrações contábeis

DECLARAÇÃO DO CONTADOR			
Denominação completa (UJ):		Código da UG:	
SUPERINTENDENCIA FEDERAL DE AGRIC., PEC. E ABASTECIMENTO – SFA/DF		130014	
Declaro que os demonstrativos contábeis constantes do Sistema Siafi (Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e a Demonstração das Variações Patrimoniais, previstos na Lei n.º 4.320, de 17 de março de 1964), relativa ao exercício de 2011 refletem adequadamente a situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada que apresenta Relatório de Gestão, EXCETO no tocante a: a) - FALTA CONFORMIDADE DE GESTAO Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.			
Local	Brasília, DF	Data	31 DE DEZEMBRO DE 2011
Contador Responsável	Alberto Jeronimo Pereira	CRC nº	006624/T-8 GO

RESULTADOS E CONCLUSÕES

O Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - MAPA pode ser apontado como um bom exemplo dos poucos ministérios que se utilizam de modernas ferramentas de gestão estratégica de seus recursos, técnicas e resultados. A SFA/DF, em face dos números que apresentou no decorrer deste relatório, tem evidenciado elevados índices de eficiência e eficácia na execução dos programas definidos coletivamente pela equipe do MAPA, com focos no alcance do interesse coletivo e na garantia da legalidade na gestão de recursos públicos.

Pautados pelos diversos indicadores de desempenho desenvolvidos para aferir os resultados da gestão estratégica do MAPA, para cada perspectiva de atuação, quais sejam: Perspectiva da sociedade, perspectiva do agronegócio e parceiros, perspectiva de processos internos, perspectiva de pessoas, aprendizado e crescimento e governança e controles, a SFA/DF incrementou a sua aproximação com os diversos agentes sociais, tais como, Produtores Rurais, Associações de Produtores, órgãos públicos (SEAPA/DF, EMATER, EMBRAPA etc), por meio de encontros e criação de grupos de trabalho para o desenvolvimento de temas específicos, bem como investiu na capacitação de seus servidores, além de garantir a modernização do parque de informática, mediante a implantação de moderna rede de gestão de dados.

Para a consecução dos objetivos coletivamente definidos, foram implementadas, no âmbito da SFA/DF as seguintes ações específicas:

- 4716 – Operação dos Serviços Administrativos das Unidades Descentralizadas;
- 2134 – Vigilância e Fiscalização do Trânsito Interestadual de Vegetais, seus Produtos e Insumos;
- 2139 – Vigilância e Fiscalização do Trânsito Interestadual de Animais, seus Produtos e Insumos;
- 2180 – Vigilância e Fiscalização do Trânsito Internacional de Vegetais, seus Produtos e Insumos;
- 2181 – Fiscalização do Trânsito Internacional de Animais, seus Produtos e Insumos;
- 4738 – Erradicação da Mosca da Carambola;
- 4842 – Erradicação da Febre Aftosa;
- 8572 – Prevenção, Controle e Erradicação de Pragas dos Vegetais;
- 8658 – Prevenção, Controle e Erradicação de Doenças dos Animais;
- 2019 – Fiscalização de Material Genético Animal;
- 2124 – Fiscalização de Insumos Destinados a Alimentação Animal;
- 2140 – Fiscalização de Produtos de Uso Veterinário;
- 2141 – Fiscalização de Fertilizantes, Corretivos e Inoculantes;
- 2177 – Fiscalização de Serviços Agrícolas;
- 2179 – Fiscalização de Sementes e Mudanças;
- 2909 – Fiscalização de Agrotóxicos e Afins;
- 4720 – Aplicação de Mecanismos de Garantia da Qualidade Orgânica;
- 8938 – Inspeção e Fiscalização de Produtos de Origem Animal;
- 8939 – Inspeção e Fiscalização de Produtos de Origem Vegetal;
- 4746 – Padronização, Classificação, Fiscalização e Inspeção de Produtos de Origem Vegetal;
- 4745 – Fiscalização das Atividades com Organismos Geneticamente Modificados;

Importante ressaltar que, em quase sua totalidade, as metas foram cumpridas ou superadas, apresentando variação positiva entre 2010 e 2011. Assim, somos campeões em produtividade em diversos produtos agropecuários, tais como, soja, frango, feijão, sorgo e outros tantos, afinal, conforme exaustivamente noticiado nos veículos jornalísticos locais, somos o 5º PIB do BRASIL, com crescimento expressivo nos últimos anos. O parque avícola cresce em escala vertiginosa, principalmente para fins de exportação, sendo 16 milhões de aves alojadas, 340 mil abates diários, sendo 90% para exportação da lista geral. Somos referência em produção orgânica, exportando práticas e técnicas para outros estados da federação. Conseguimos, há mais de 18 anos, manter o

status de área 100% livre de febre aftosa. No Aeroporto Internacional de Brasília estamos atendendo 100% dos vôos internacionais, contribuindo para impedir a entrada de pragas exóticas no mercado local. Insumos agrícolas, a média de conformidade está dentro dos padrões exigidos pelas normas.

Portanto, as ações executadas pela SFA/DF no exercício de 2011 espelham, de forma clara, os resultados positivos colhidos em prol de todos os agentes sociais envolvidos, quando da implementação dos programas e políticas de governo, sob a sua responsabilidade.

Por todo o exposto, forçoso concluir que as principais metas da Gestão Estratégica do MAPA previstas para o exercício 2011 foram cumpridas, apesar das inúmeras dificuldades operacionais encontradas, especialmente quanto ao contingenciamento das dotações orçamentárias.

Registre-se, por fim, que os resultados alcançados deveram-se, principalmente, às ações articuladas dos diversos órgãos superiores do MAPA e da SFA/DF, e, principalmente, da dedicação e compromisso de um corpo funcional que, apesar de pequeno, é gigante no agir.

Para 2012, um dos principais objetivos a serem atingidos diz respeito à adequada recomposição e capacitação do quadro de pessoal da unidade, pois a carência na área é enorme. Vale ressaltar que os sucessivos e recentes concursos têm privilegiado, nesta capital, a sede (unidade de formulação), em detrimento da execução, que ocorre no âmbito da Superintendência. Ademais, conforme fartamente demonstrado, o PIB Agropecuário do DF cresce exponencialmente, o que comprova a necessidade de aportes de pessoas e recursos financeiros, para fazer frente aos novos desafios.